

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
FACULDADE DE LETRAS - FALE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA - PPGLL**

RENATA MENEGHETTI SARZI SARTORI

**ESTUDO RETÓRICO-ARGUMENTATIVO EM REDAÇÕES NOTA 1000 DO ENEM
2021**

Maceió - AL

2024

RENATA MENEGHETTI SARZI SARTORI

**ESTUDO RETÓRICO-ARGUMENTATIVO EM REDAÇÕES NOTA 1000 DO ENEM
2021**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Linguística, na área de concentração Estudos textuais: oralidade, leitura e escrita.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Francisca Oliveira Santos

Maceió - AL

2024

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária Myrtes Vieira do Nascimento CRB4/1680

S251e Sartori, Renata Meneghetti Sarzi
Estudo retórico – argumentativo em redações nota 1000 do Enem 2021. /
Renata Meneghetti Sarzi Sartori - 2024.
116 f.; il.

Dissertação de Pós-graduação em Letras e Linguística –
Universidade Federal de Alagoas, Campus Ac. Simões. Maceió, 2024.

Orientação: Dra. Maria Francisca Oliveira Santos

Inclui bibliografia e anexos

1. Persuasão. 2. Argumentação. 3. Estratégias argumentativas.
I. Título.

CDU: 801



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALAGOAS FACULDADE DE LETRAS PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA E LITERATURA



TERMO DE APROVAÇÃO

RENATA MENEGHETTI SARZI SARTORI

Título do trabalho: "ESTUDO RETÓRICO-ARGUMENTATIVO EM REDAÇÕES NOTA 1000 DO ENEM 2021"

DISSERTAÇÃO aprovada como requisito para obtenção do grau de MESTRA em LINGUÍSTICA, pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:

Documento assinado digitalmente
 **MARIA FRANCISCA OLIVEIRA SANTOS**
Data: 26/10/2024 11:18:27-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Maria Francisca Oliveira Santos (PPGLL/Ufal)

Examinadores:

Documento assinado digitalmente
 **ANTONIO CARLOS SANTOS DE LIMA**
Data: 05/11/2024 08:52:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Antônio Carlos Santos de Lima (Ifal)

Documento assinado digitalmente
 **SANDRA ARAUJO LIMA CAVALCANTE**
Data: 26/10/2024 12:07:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Sandra Araújo Lima (Ifal)

Documento assinado digitalmente
 **DEYWID WAGNER DE MELO**
Data: 01/11/2024 09:36:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Deywid Wagner de Melo (PPGLL/Ufal)

Maceió, 25 de outubro de 2024.

AGRADECIMENTOS

A Deus e à Nossa Senhora, meu porto-seguro nos momentos de tantas incertezas e de tantos medos.

Aos meus pais, Nilda e Zelci (in memorian), pelo incentivo constante aos estudos, pelo colo nos momentos difíceis, pelos exemplos de persistência e responsabilidade e pelo abrigo que sempre representaram para mim.

À minha orientadora, Profa. Dra. Maria Francisca Oliveira Santos, pela orientação durante esse tempo, pela compreensão, pelas palavras de incentivo e pelo exemplo de profissional e pessoa.

Ao meu irmão Gerson e à minha cunhada Jéssica, pela motivação e pela inspiração.

Ao meu marido Cristian da Rosa Silva, pelo companheirismo na vida e pelo apoio no mestrado.

Aos meus filhos Francisco e Gabriel, razão do meu viver, pelo amor e pelo carinho diário e por serem a maior motivação para eu me tornar melhor como pessoa, como profissional, como mãe e exemplo.

À minha sogra Natália da Rosa Silva, pelo grande auxílio na criação do meu pequeno Gabriel.

Às minhas melhores amigas e confidentes, Cibeli Marzari Bertagnolli e Edinéia Dal Ongaro, pela amizade de tempo, pela irmandade, pela compreensão de minha ausência e pela constante escuta empática.

À minha amiga, colega e professora Débora Raquel Hettwer Massmann, pela amizade de longa data e pelo incentivo para a realização do Mestrado.

Aos meus colegas de mestrado, em especial Rosiane Maria Barros Santos e Zoroastro Pereira de Araújo Neto, pelo imenso auxílio, pelo incentivo e pelo apoio constante ao longo desse período de aprofundamento acadêmico.

À Universidade Federal de Alagoas e ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas, pela oportunidade de realizar meu sonho de fazer o Mestrado e pelo tanto que aprendi durante esse período de evolução acadêmica.

Aos professores do Programa, pelo ensino de excelência.

Aos demais amigos e familiares, aos muitos colegas e alunos, às escolas em que trabalho, que contribuíram direta e indiretamente nesse processo.

Muito obrigada!

RESUMO

Este trabalho analisa como os participantes do Exame Nacional do Ensino Médio constroem a argumentação no texto dissertativo-argumentativo realizado na prova do exame, no que concerne aos princípios retórico-argumentativos. Seu objetivo está centrado na compreensão da escrita argumentativa de redações nota 1000 do Enem, com foco nas técnicas argumentativas utilizadas, observando se há uso produtivo delas. A fundamentação teórica está embasada especialmente em Aristóteles na retórica clássica, para, em seguida, trilhar os caminhos de seus sucessores e chegar aos postulados da nova retórica no que se refere à teoria dos argumentos com Meyer (1998), Reboul (2004), Abreu (2008), Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) e Gracio (2011). Este estudo se insere em uma abordagem qualitativa, a qual realiza um estudo amplo do objeto de pesquisa, considerando o contexto em que ele está inserido e as características da sociedade a que pertence. O trabalho se apresenta relevante por refletir acerca da eficiência das estratégias argumentativas a partir do seu emprego (in)coerente na redação, com vistas à otimização das práticas de ensino-aprendizagem desse gênero textual importante para o aluno tanto na escola, quanto em vestibulares e Enem.

Palavras-chave: Persuasão; Argumentação; Estratégias argumentativas

ABSTRACT:

This work is titled "Productive and Coherent Use of Argumentative Strategies in Enem 2021 Essays Scored 1000" and falls within rhetorical-argumentative studies in the field of Textual and Enunciative Studies: orality, reading, and writing, from the Postgraduate Program in Linguistics and Literature at the Federal University of Alagoas. Its objective is centered on understanding the argumentative writing of Enem essays scored 1000, focusing on the employed argumentative strategies and observing their productive use. The theoretical foundation is primarily based on Aristotle's classical rhetoric, followed by exploring the paths of his successors and reaching the postulates of the new rhetoric regarding argument theory with Meyer (1998), Reboul (2004), Abreu (2008), Perelman and Olbrechts-Tyteca (2014), and Gracio (2011). This study adopts a qualitative approach, conducting a comprehensive examination of the research object, considering its context and the characteristics of the society it belongs to. It is relevant for reflecting on the efficiency of argumentative strategies through their (in)coherent application in essays, aiming to optimize teaching and learning practices of this important textual genre for students in both school and standardized tests like vestibulares and Enem.

Keywords: Persuasion; Argumentation; Argumentative strategies

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 RETÓRICA E ARGUMENTAÇÃO.....	13
2.1 O surgimento da retórica: a retórica sofística.....	13
2.2 A queda da sofística e a condenação da retórica.....	15
2.3 A reabilitação da retórica.....	16
2.4 Retórica: Da idade média ao século XX.....	21
2.5 Nova retórica.....	22
2.5.1 Formas argumentativas: os elementos do acordo prévio.....	23
2.6 Argumento, argumentação e tipos de argumentos	27
2.6.1 As técnicas argumentativas na construção do texto.....	29
2.6.2 Esquemas de ligação.....	30
2.6.2.1 Argumentos quase lógicos.....	30
2.6.2.2 Argumentos fundados na estrutura do real.....	34
2.6.2.3 Argumentos que fundamentam a estrutura do real.....	38
2.6.3 Esquemas de dissociação.....	40
3 CONSIDERAÇÕES SOBRE ARGUMENTAÇÃO EM REDAÇÕES DO ENEM.....	41
3.1 Uma breve história do Enem.....	41
3.2 A redação no Enem.....	45
3.2.1 A argumentação na redação no Enem.....	50
3.2.2 Funções de atuação da argumentação: proponente, oponente e terceiro.....	52
3.2.3 O Sistema Retórico na Redação do Enem.....	54
3.2.3.1 Etapas do processo argumentativo.....	54
3.2.3.1.1 A invenção.....	55
3.2.3.1.2 A disposição.....	56

3.2.3.1.3 A elocução.....	58
3.2.3.1.4 A ação.....	59
3.2.3.1.5 A memória.....	60
3.2.3.2 As partes do discurso.....	61
3.2.3.2.1 O exórdio.....	62
3.2.3.2.2 A narração.....	63
3.2.3.2.3 A onfirmação.....	64
3.2.3.2.4 A peroração.....	64
3.2.4 Coerência e coesão: uma breve análise.....	65
4 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	69
4.1 Análises dos textos selecionados.....	73
4.1.1 A proposta de redação de 2021.....	73
4.1.2 O percurso para a análise das redações.....	74
4.1.3 Análise das redações.....	76
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
REFERÊNCIAS.....	112
ANEXOS.....	115

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, as pesquisas sobre a redação escolar têm evoluído, sobretudo no que se refere à estrutura que compõe o gênero pertencente ao tipo dissertativo-argumentativo. No entanto, observa-se a falta de um olhar direcionado ao processo retórico-argumentativo que o orador desenvolve para convencer e persuadir o leitor do seu texto.

Nesse sentido, a importância dessa temática se deve ao fato de que muitos alunos de escolas da educação básica apresentam dificuldade de produzir um texto dissertativo-argumentativo, em especial de construir uma argumentação que seja organizada, que contenha estratégias devidamente inseridas e coerentemente utilizadas. Muitas vezes, eles têm conhecimento da estrutura textual (introdução, desenvolvimento e conclusão), entretanto encontram obstáculos para argumentar, isto é, defender um ponto de vista sobre um assunto proposto a eles, já que em geral não conseguem usar estratégias argumentativas para fundamentar seus argumentos. Sendo assim, aqueles que desejam fazer a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) – ou outro exame que contém a prova de redação como parte avaliativa – acabam tendo dificuldade de passar por esse processo e podem inclusive desistir de fazê-lo.

Com isso, é necessário lembrar que capacitar um aluno para escrever uma redação consistente e coerente quanto à argumentação viabiliza maior possibilidade de ele ter um bom desempenho no Enem, prova que hoje é, se não a principal, uma das principais vias de acesso ao ensino superior público de qualidade. Esse melhor desempenho ocorre porque a nota da redação no Enem tem mais peso na média final do que gabaritar as questões objetivas.

Isso se deve ao fato de que o Enem utiliza como método de correção a chamada Teoria de Resposta ao Item (TRI), o qual segue um critério de avaliação do conhecimento do aluno, medindo o número de erros e acertos nas provas objetivas, variando o valor das questões de acordo com o nível de dificuldade delas. Desse modo, a redação do Enem é a única prova do exame em que a nota diz respeito a cada participante de forma particular, sendo, dessa forma, a única prova em que é possível tirar a nota máxima independentemente do desempenho dos outros inscritos. Assim, aprimorar as habilidades argumentativas dos alunos para desenvolver devidamente a argumentação no texto é fundamental por contribuir para a melhoria

de seus resultados escolares e, conseqüentemente, para o acesso a cursos superiores, uma vez que a produção de uma redação é requisito da maioria das provas seletivas.

Este estudo também é importante porque a habilidade de escrever de maneira coerente e persuasiva é crucial em diversos outros aspectos da sociedade, como na comunicação profissional (e-mails, relatórios e documentos são essenciais no ambiente de trabalho para transmitir informações de maneira clara e eficiente); e na comunicação pessoal (cartas, mensagens e anotações contribuem para a comunicação cotidiana entre amigos, familiares e colegas).

Também é necessário na documentação legal (contratos, acordos e outros documentos legais requerem precisão na escrita para evitar ambiguidades e conflitos); no desenvolvimento profissional (currículos, cartas de apresentação e perfis profissionais on-line são ferramentas importantes na busca por oportunidades de trabalho); em redes sociais e *blogging* (compartilhar ideias, opiniões e informações através de plataformas on-line requer habilidades de escrita para alcançar e envolver um público) e em autoexpressão e reflexão (diários, blogs pessoais e escrita criativa são formas de explorar pensamentos, sentimentos e experiências pessoais), por exemplo.

O objetivo geral deste estudo está centrado na compreensão da escrita argumentativa de redações nota 1000 do Enem, com foco nas estratégias argumentativas utilizadas, observando o uso produtivo, coerente delas, com vistas à otimização das práticas de ensino-aprendizagem.

Como objetivos específicos, este trabalho tem por finalidade fazer uma revisão da literatura sobre Retórica, argumentação, aspectos metodológicos, com foco na abordagem qualitativa, e sobre a redação do Enem. Também tem o intuito de analisar as estratégias argumentativas usadas nas redações selecionadas.

A construção da revisão fez-se a partir de um fichamento dos livros a fim de que se garantisse melhor organização dos aspectos mais importantes de cada obra e maior facilidade no uso deles para embasar a escrita deste estudo. Em seguida, a leitura das redações nota 1000 do ano de 2021, disponibilizadas pela Cartilha a Mil 4.0 do autor Lucas Felpi, permitiu selecionar os textos para análise. Por fim, seguiu-se para a análise das redações nota 1000 selecionadas.

Este estudo justifica-se pela necessidade de compreender como se constrói a argumentação baseada em estratégias argumentativas coerentemente utilizadas e

bem desenvolvidas dentro de um texto, haja vista que essa compreensão potencializa o ensino-aprendizado da redação e oportuniza àqueles que escolhem participar de processos avaliativos, como o Enem, melhores instruções que auxiliem na construção devida do texto dissertativo-argumentativo.

Em relação às perguntas que nortearam este trabalho, destacam-se duas: De que maneira os participantes do Enem com nota máxima na prova de redação se organizam quanto à linguagem no uso das estratégias argumentativas? Quais estratégias são as mais dominantes? O presente estudo se desenvolve procurando responder a essas questões ao longo de sua análise.

Do ponto de vista da sua estrutura, o presente trabalho, além desta parte introdutória, está organizado em quatro seções: a seção I tem o objetivo de entender a origem da Retórica, o papel dela na época e na atualidade e, para isso, discorre sobre a história da Retórica e a relação com a argumentação; a seção II apresenta algumas considerações sobre argumentação em provas do Enem, a qual apresenta uma riqueza de elementos a serem analisados; a seção III traz os aspectos metodológicos com as análises das redações selecionadas. Esta dissertação apresenta, ainda, considerações finais e as referências bibliográficas.

2 RETÓRICA E ARGUMENTAÇÃO

Neste trabalho, a linguagem humana é tratada como um recurso usado pelos indivíduos para exercer influência, negociar produtos, ideias e emitir opiniões sobre o seu meio e as suas ações no mundo. Para este estudo, o objetivo maior da comunicação, de maneira geral, é o convencimento, a persuasão do outro por meio do discurso. Por isso, este trabalho inclui a Retórica e a Argumentação como embasamento teórico, pois elas são inter-relacionadas.

Sobre a Retórica, Mateus (2018) defende que estudar é importante porque:

[...] profissionais dedicados, que dependem da comunicação para o seu sucesso, procuram na Retórica uma ferramenta eficaz. Se o leitor se encontra numa destas situações, saiba que a Retórica pode oferecer-lhe muito mais do que conhecimentos dispersos ou fórmulas universais sobre como o orador se deve dirigir ao auditório. (p.24) [...] afectar o auditório é para Aristóteles, uma questão, não de conhecimento ou de verdade, mas de persuasão no discurso (Mateus, 2018, p.27).

Dessa maneira, percorrer o caminho criado pela Retórica, pela arte de persuadir, é de grande importância para este estudo. Em relação à Argumentação, Reboul (2004) afirma que ela constitui um dos pilares da Retórica, por isso seu estudo torna-se justificável. Assim, a fim de entender a relação existente entre ambas, é importante uma análise histórica dessas duas áreas. Inicialmente, o trabalho percorre um breve quadro da evolução histórica da Retórica para em seguida adentrar na Argumentação.

2.1 O surgimento da Retórica: a Retórica Sofística

A Retórica, ou arte de convencer e persuadir pelo discurso, é uma das mais antigas técnicas de que se tem registro. Segundo Reboul (2004), ela é anterior à própria história, pois dificilmente a humanidade não tenha usado a linguagem para persuadir. Não obstante a isso, pode-se afirmar que ela é uma invenção grega. Seu nascimento ocorre na Grécia Antiga, mais especificadamente na Sicília, em 465 a.C. Sua origem é judiciária, visto que surge da necessidade de reivindicar propriedade por parte dos cidadãos cujos bens eram tirados pelos tiranos da época: Hierão I – tirano das colônias gregas de Gela e Siracusa, que governou entre 478 e 467 a.C.- e Gelão I – tirano de Gela e Siracusa das colônias fundadas pelos antigos gregos na Sicília-,

que decidiam a deportação e expropriação de inúmeras propriedades. Essa reclamação dos bens deu início a uma guerra civil, a qual foi seguida de grandes conflitos em tribunal. Desse modo, a Retórica nasce em um contexto de disputa.

Nesse período, como não existiam advogados, era preciso dar a esses despojados uma forma para defesa de sua causa. Assim surgem os Sofistas, que, conforme Meyer (2007), são um conjunto de pessoas capazes de mobilizar multidões e, por meio de sua eloquência, convencê-las do que era o mais adequado a se fazer. Os sofistas eram filósofos itinerantes na Grécia antiga, ativos principalmente no século V a.C. Eles se especializaram em técnicas retóricas para ajudar as pessoas a argumentar, persuadir e defender seus pontos de vista em debates públicos e tribunais.

Com isso, muito rapidamente, eles começaram a vender e a ensinar o seu conhecimento prático, isto é, eles negociavam a própria palavra para convencer. Como o sistema grego era democrático, criou-se a necessidade de uma nova educação, capaz de discutir o assunto. Dessa forma, se alguém precisasse de uma pessoa para negociar uma propriedade, os Sofistas eram indicados para fazer o negócio. O importante é destacar que a Retórica era pública, com isso o treino retórico se tornou imprescindível a quem queria ascender politicamente.

Desse modo, as pessoas ricas procuravam os sofistas para que ensinassem aos seus filhos a boa oratória. Diante disso, “Na eloquência retórica, [...] o que importa é o mérito individual do orador” (Mateus, 2018, p.62), ou seja, a palavra apresenta um poder encantatório que se sobrepõe à pertinência das provas. Dessa forma, o que se verifica é que não existem diferenças de classes, pois rico ou pobre, anônimo ou célebre, qualquer um pode vencer pelo discurso desde que tenha sido orientado para isso.

Entre os professores mais conhecidos dessa nova técnica reivindicativa estavam o filósofo Empédocles de Agrigento, Córax (discípulo de Empédocles) e Tísias (discípulo de Córax), os quais foram os primeiros mestres. Consoante Reboul (2004), ambos os discípulos publicaram uma coletânea de normas práticas com exemplos para uso das pessoas que recorressem à justiça, isto é, criaram uma “arte oratória”. Córax foi a pessoa que construiu a primeira definição da retórica, criadora de persuasão.

Desse modo, a Retórica era tratada como uma profissão em Atenas, que era o centro do mundo e oferecia oportunidade aos falantes, argutos, capazes de

argumentar em público. Para os Sofistas, no uso dessa técnica, a verdade era relativa, e a persuasão era mais importante do que a busca pela verdade absoluta, assim como afirmou Reboul (2004, p. 2): “Sua retórica não argumenta a partir do verdadeiro, mas a partir do verossímil (eikos)”, pois acreditavam que o poder da palavra podia fazer o outro seu escravo, que a pessoa com boa oratória titubeava quem a escutasse. Assim, seu discurso tinha como critério absoluto convencer (vencer, deixar o interlocutor sem réplica, segundo Reboul (2004), por meio de um discurso aparentemente lógico e com estilo. Ele devia ser puramente eficaz, não necessariamente verdadeiro. O objetivo da Retórica usada pelos Sofistas era dominar a partir da palavra, dotada de poder e não necessariamente de saber.

Em síntese, os Sofistas eram livres pensadores que não obedeciam a padrões, mas aceitavam pôr tudo em causa. Eles queriam o dinheiro e trabalhavam por ele. Pregavam a palavra sem estar preocupados em usar a verdade, mas sim em preparar as pessoas interessadas para o discurso público, para que tivessem a capacidade de defender qualquer tese (pró e contra) que obtivesse o convencimento. Segundo Meyer (2007), os discursos eram tão bonitos que embriavam quem escutava os sofistas.

A palavra encanta de tal maneira que a prova aparece, mas não tem valor primário. Com isso, destaca-se a ênfase sofística na persuasão em detrimento da busca pela verdade objetiva. Em suas práticas, alguns sofistas se concentravam mais na habilidade de convencer do que na fundamentação sólida de seus argumentos. Acerca disso, Mateus (2018, p.68) defende que a Retórica dos sofistas “é uma mera atividade ou rotina vazia porque gera, não saber, mas apenas a crença sobre o justo e o injusto”.

2.2 A queda da Sofística e a condenação da Retórica

No entanto, a Retórica dos sofistas como um meio de manipulação em vez de busca pela verdade foi condenada por Isócrates, um professor grego antigo de arte oratória, nascido em Atenas em 436 a.C. e falecido 338 a.C. Nesse momento ocorre a queda da Sofística e a condenação da Retórica. O “humanista” - como foi chamado Isócrates - acusou os Sofistas de prometerem o que não podiam cumprir, como o ensino das virtudes e da justiça, pois estes não ensinavam virtudes, visto que o objetivo deles era a obtenção do dinheiro.

Dessa forma, a Retórica estava a serviço da adulação e da subserviência, conforme defendeu Mateus (2018). Com isso, Isócrates propôs uma retórica mais moral do que a dos Sofistas. Ele rejeitou a aprendizagem automática (Reboul, 2004) de normas para convencer, buscou desenvolver nos seus alunos a capacidade reflexiva acerca do que defendiam e pregou que apenas o ensino de normas de convencimento não é necessariamente eficaz, porque, a seu ver, para ser um bom orador, a pessoa precisa de aptidão natural, prática constante e ensino sistemático.

Além disso, Isócrates, o antissofista proclamado por si mesmo, também moralizava a Retórica ao defender que ela só era aceitável se estivesse a serviço de uma causa honesta e nobre. Ele ensinava que ela deveria ter um objetivo para depois procurar um meio para atingi-lo. Assim, ele enaltecia a Retórica, que, para ele, era confundível com a filosofia. Em sua visão, a filosofia constitui a cultura geral, centrada na arte oratória (Reboul, 2004).

2.3 A reabilitação da Retórica

Após Isócrates, um dos influentes pensadores a trabalhar a retórica foi Aristóteles. A partir dele, inicia-se a reabilitação da Retórica. Embora contemporâneo de Isócrates, Aristóteles desenvolveu sua própria abordagem da Retórica, que é notável em sua obra "Retórica". Pode-se afirmar que ele foi o fundador da Retórica como prática de comunicação persuasiva. Enquanto Isócrates estava mais inclinado para uma educação prática em Retórica, Aristóteles procurou uma compreensão mais teórica e sistemática dos princípios retóricos.

O filósofo, assim como Isócrates, enfatizou a importância de persuadir um público, no entanto ele aprofundou a análise da argumentação, examinando os elementos lógicos (Lógos – estrutura lógica da argumentação), emocionais (Pathos – apelo aos sentimentos evocados pelo orador em seus argumentos) e éticos (Ethos - credibilidade do orador, princípio ético que orienta a argumentação). A tríade aristotélica (Lógos, Pathos e Ethos) tornou-se um conceito central na teoria retórica e está, intrinsecamente, ligada ao orador, ao auditório e ao discurso, conforme Reboul (2004).

Aristóteles foi um discípulo crítico de Platão. No entanto, apesar de compartilharem um contexto histórico e terem um relacionamento aluno-professor, apresentaram abordagens distintas em relação à Retórica. Platão tinha uma visão

crítica em relação a essa técnica, como se pode visualizar em sua obra "Górgias", em que ele traz essa reflexão sobre a natureza da retórica e argumenta que ela muitas vezes é usada para manipular, em vez de buscar a verdade.

Para Platão, a Retórica não providencia a justiça, pois, ao manipular a opinião, ela visa somente persuadir, sem qualquer orientação pelo conhecimento verdadeiro (Mateus, 2018). Com isso, Platão critica o que estava se excedendo em relação à prática da justiça e apresenta duas Retóricas: a primeira é a dos Sofistas, que não é arte, mas falsa adulação; e a segunda é semelhante à filosofia, por isso sem uma função específica enquanto arte da persuasão. Dessa forma, é válido ressaltar que em Platão já se fala em persuasão, que é a principal característica da Retórica.

Além disso, Platão acreditava que a Retórica, ao se concentrar na persuasão sem a busca pela verdade, poderia ser enganosa e perigosa, seria uma falsa adulação. Assim, ele rejeitou a confiança que os Sofistas como Isócrates atribuíam à linguagem. Esse entendimento de Platão vai ao encontro do que apresentou Reboul (2004, p.18): "A autêntica arte do discurso, desvinculada do verdadeiro, não existe e não poderá jamais existir".

Ao contrário de Platão, Aristóteles adotou uma abordagem mais positiva em relação à Retórica. Em sua obra "Retórica", ele reconheceu a importância prática da persuasão na vida pública e judicial. Ele viu a Retórica como um meio legítimo quando usado eticamente e enfatizou a importância de adaptar a mensagem ao público específico, reconhecendo que diferentes audiências tinham diferentes necessidades e expectativas. Assim, conforme Aristóteles (2005), a Retórica constitui a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir. Nesse sentido, segundo Mateus (2018):

[...] a Retórica é um método de pensamento persuasivo: não é a persuasão, mas a competência de persuadir. Como? Antes de mais nada, identificando os meios de persuasão que melhor servem o caso a argumentar. É competência de identificar os mecanismos de persuasão que são apresentados ao retor e, simultaneamente, identificar os mecanismos de persuasão com que ele se apresentará perante o seu auditório. (Mateus, 2018, p.71)

Dessa forma, a diferença nas visões de Platão e Aristóteles sobre a Retórica reflete uma divergência mais ampla em suas filosofias. Platão estava mais inclinado à idealização de verdades absolutas e universais, enquanto Aristóteles era mais pragmático e preocupado com as realidades do mundo prático. Nesse sentido, a

Retórica se reabilita com Aristóteles, denominado fundador da Retórica como prática de comunicação persuasiva. Ele definiu a Retórica como técnica, arte de persuasão, útil para defender ideias discursivamente, ou seja, defender suas convicções pelo discurso.

Para Aristóteles, a Retórica é uma arte teórica que se desdobra a partir da natureza humana. E acrescenta que os modos de persuasão são os grandes constituintes desta arte: todo o resto é acessório. Além disso, defendeu que a Retórica, enquanto técnica, não é em si mesma boa ou má; são os usos que se fazem da Retórica que podem ser classificados como benéficos ou maléficos. Nela há um rigor no discurso.

Dessa forma, surge um sistema retórico em que há introdução, desenvolvimento e conclusão. Há uma relação entre orador e auditório, e o objeto de estudo é constituído pelos meios de persuasão. Assim, o discípulo de Platão proporcionou a primeira sistematização da Retórica. Com seu modo realista de analisar as coisas, Aristóteles defendeu que Retórica é a outra face da dialética, porque ambas se ocupam de questões ligadas ao conhecimento e não correspondem a nenhuma ciência específica. Isso porque todas as pessoas tentam, de alguma maneira, questionar ideias, debater, argumentar, defender-se, acusar. Assim, todos se valem da Retórica.

Cabe ressaltar também que a Retórica de Aristóteles não é o resultado da simples idealização de princípios nascidos com ele e por ele convencidos para persuadir e convencer outras pessoas; ela é, sim, “o produto da experiência consumada de hábeis oradores, a elaboração resultante da análise das suas estratégias, a codificação de preceitos nascidos da experiência com o objetivo de ajudar outros a exercitarem-se corretamente nas técnicas de persuasão” (Aristóteles, 2005. p.16).

Nesse sentido, Aristóteles dá uma ideia mais profunda e sólida da retórica, especialmente porque a vê como poder de defender-se. Para o filósofo, a Retórica constitui uma arte de encontrar meios de persuasão que cada caso comporta, com o objetivo de levar os sujeitos a voluntariamente aderirem às ideias que lhes são propostas. Assim, ela se torna muito mais eficaz, porque possibilita defender-se em casos nos quais a demonstração não é viável. Desse modo, conforme Reboul (2004),

Aristóteles salva a retórica, colocando-a em seu verdadeiro lugar, atribuindo-lhe um papel modesto, mas indispensável num mundo de incertezas e de conflitos. É a arte de encontrar tudo o que um caso contém de persuasivo, sempre que não houver outro recurso senão o debate contraditório. (Reboul, 2004, p. 27)

Desse modo, a visão aristotélica da Retórica a coloca como uma arte de persuadir, que é útil para a defesa de ideias discursivamente, cujos objetos de estudo são os meios de persuasão. Ainda é importante destacar que ele apresentou três tipos possíveis de discurso: 1) os judiciais (a respeito de fatos já ocorridos), 2) os deliberativos (decisões possíveis de serem tomadas no futuro) e 3) os demonstrativos (nos quais não era necessário decidir nada, apenas concordar [ou não], na qualidade de ouvinte, com as afirmações e os juízos de valor do orador). Pretendia com isso abranger todos os âmbitos possíveis dos discursos (e argumentos), e preparar o estudante de Retórica para ser capaz de argumentar racionalmente em prol da verdade, ou seja, para Aristóteles, a Retórica deveria estar a serviço da verdade, e a verdade embasa a persuasão do orador.

Em se tratando de persuasão, é fundamental afirmar que Aristóteles defendeu que as provas de persuasão fornecidas pelo discurso são de três tipos: as que residem no carácter moral do orador (*ethos*); as que se pautam no modo com que se dispõe o ouvinte (*pathos*); e as que residem no próprio discurso (*logos*) (Aristóteles, 2005. p. 1348b). Por isso, a visão retórica desses três elementos é a de que, segundo Meyer (1994):

O orador é simbolizado pelo *ethos*: na sua 'virtude', em suma, na confiança que nele se deposita. O auditório é representado pelo *páthos*: para o convencer é preciso impressioná-lo, seduzi-lo, e mesmo os argumentos fundamentados na razão devem apoiar-se nas paixões do auditório para poderem passar e suscitar adesão. Resta, enfim, a terceira componente, sem dúvida a mais objectiva: o *lógos*, o discurso, que pode ser ornamental, literário, ou então directamente literal e argumentativo (Meyer, 1994, p. 43).

Assim, Aristóteles formou o que se tornou conhecido como tríade aristotélica ou também denominada tríade argumentativa. Dessa forma, os três componentes da persuasão reúnem os três lugares complementares que concorrem para todo movimento argumentativo.

O *ethos* está relacionado à imagem que o orador passa de si no discurso e não previamente a ele, segundo Aristóteles (2005). Para Meyer (2007), o *ethos* é entendido como "a imagem de si, o carácter, a personalidade, os traços de

comportamento” (Meyer, 2007, p. 34). Essa imagem de si mesmo criada pelo orador é simbolizada pelo *ethos*. Para convencer, o orador, ao tomar a palavra – seja ela escrita ou falada –, precisa adaptar-se a seu auditório, tentando imaginar a visão que a outra pessoa tem de mundo, seus valores e suas crenças.

Além disso, é muito importante que o orador busque identificar a maneira como o auditório o percebe, o vê. Isso porque o valor atribuído a essa imagem que o orador constrói de si mesmo por meio do discurso é considerado ponto essencial na argumentação, já que tem o poder de contribuir para a eficácia de seus propósitos discursivos, de seu dizer, uma vez que está ligada à credibilidade ou não que será atribuída às suas ideias.

Desse modo, o *ethos* – que não define o caráter real do orador, mas aquele transmitido por meio do discurso –, a partir de diferentes perspectivas teóricas, pode ser compreendido como: o caráter, a imagem de si produzida pelo discurso e projetada pelo orador que deseja agir por sua fala; a aliança do intelecto e da virtude que permite tornar o orador digno de confiança em relação à maneira como esse orador se apresenta em sua fala.

O *pathos*, segundo Reboul (2004), está relacionado às paixões, às emoções, ao afetivo, ou seja, por meio dele, busca-se atingir o emocional do auditório a fim de conquistar sua adesão ao discurso apresentado. Como Aristóteles explica em sua obra Retórica, “persuade-se pela disposição dos ouvintes, quando estes são levados a sentir emoção por meio do discurso, pois os juízos que emitimos variam conforme sentimos tristeza ou alegria, amor ou ódio” (Aristóteles, 2005, p. 49).

Por isso, o *pathos* é que norteia os argumentos do orador e alinha as intencionalidades do *ethos*. Aristóteles esclarece que persuadir não é um objetivo que seja obtido somente por meio de provas lógicas confiáveis; a Retórica deve incorporar o *ethos* e o *pathos* para criar provas que possam influenciar as pessoas.

Como terceiro elemento da tríade aristotélica, há o *logos*, que é a prova racional da retórica. Aristóteles (2005) definiu logos como um dos três modos de persuasão, o argumento da razão. Para o autor, logos trata do próprio discurso. Nas palavras de Reboul (2004), o *logos* é a argumentação propriamente dita. Na persuasão, logos é o raciocínio lógico por trás das declarações do orador.

Sendo assim, há três modos de persuasão para Aristóteles: persuade-se pelo caráter (*ethos*), por quem é o orador, se este é digno de fé; pela emoção (*pathos*), pelos sentimentos de tristeza ou alegria, amor ou ódio e pela lógica (*logos*) dos

argumentos apresentados. Logo, a persuasão que acontece pelo caráter do orador é alcançada quando o discurso é proferido do modo que deixa a impressão de que o orador é digno de fé; o auditório, como efeito, é persuadido quando é conduzido à emoção por meio dos artifícios persuasivos enunciados pelo orador.

Além disso, Aristóteles (2005) defendeu que quem argumenta deve ser capaz de o fazer persuasivamente sobre coisas contrárias; não para fazer uma e outra coisa – pois não se deve persuadir o que é imoral –, mas “para que não nos escape o real estado da questão e para que, sempre que alguém argumentar contra a justiça, nós estejamos habilitados a refutar os seus argumentos.” (Aristóteles, 2005. p. 1354a-1355a). Desse modo, Aristóteles garantiu que sempre que alguém argumentasse contra a justiça, fosse possível rebater seus argumentos, uma vez que pensava que a persuasão não deve ser usada para fazer o que é imoral, mas sim o que é justo.

2.4 Retórica: Da Idade Média ao Século XX

Durante a Idade Média, a Retórica perdeu o *status* adquirido com a sistematização de Aristóteles, o que se justifica na moral cristã em vigor no mundo medieval, que pregava um conceito absoluto de verdade. Segundo Reboul (2004), a Retórica desenvolveu-se, durante todo esse período, na literatura profana e até mesmo na pregação da Igreja.

Com a chegada da Idade Moderna, mudanças fundamentais ocorreram no interior do programa retórico. Sob a instigação da racionalidade científica, promoveu-se uma ruptura entre a dialética, cujo raciocínio foi plenamente identificado com o cientificismo em uso, e a Retórica, no momento distante da concepção de discurso com vistas a persuadir, para reduzir-se ao estudo dos meios de expressão ornados e agradáveis da Poética (Reboul, 2004). Conforme Mateus (2018), a queda da Retórica manifesta-se quando vulgarmente se pensa a Retórica como mero ornamento estilístico das palavras (*Elocutio*) tornado o discurso agradável e esteticamente rico.

No século XVII, Descartes apresentou a concepção de dúvida metódica, que considera falso tudo o que não é verdadeiro, incluído aí o verossímil, de onde parte o raciocínio retórico. Após isso, o positivismo condenou a Retórica em nome da verdade científica, enquanto o romantismo a rejeitou em nome da sinceridade. Nesse mundo dominado pelo racionalismo, não havia lugar para uma forma de raciocínio assentada no provável, em prejuízo do certo e do verdadeiro.

A partir desse momento, a Retórica passou por um período de quase pleno esquecimento até que, a partir do final dos anos de 1950, foi recuperada junto ao desenvolvimento dos meios de comunicação de massa e à consolidação dos Estados democráticos. Essa recuperação se deve, principalmente, a Perelman que, em 1958, publicou, juntamente com Olbrechts-Tyteca, uma compilação dos estudos que vinha desenvolvendo acerca das técnicas discursivas empregadas a fim de se promover, ou reforçar a adesão dos espíritos às teses que lhes são apresentadas.

Todas as considerações feitas em relação aos fundamentos da Antiga Retórica, formalizada e sistematizada por Aristóteles, são importantes para este trabalho, visto que servem para refletir sobre o sistema retórico, analisando sua aplicação nas redações nota 1000 do Enem. Além disso, a necessidade de fazer uma breve análise acerca desse sistema e de suas implicações para o discurso justifica-se, pois a Retórica fornece dispositivos argumentativos capazes de serem utilizados para evidenciar as artimanhas persuasivas presentes no discurso da redação, já que, como assegura Ferreira (2010, p. 26), “a retórica não é apenas uma arte que ensina a produzir bons textos, mas uma teoria que pretende ampliar a compreensão do discurso”.

Apresentadas as bases sobre as quais se desenvolveu a Retórica na Antiguidade clássica, segue-se, na próxima subseção, para a exposição da Nova Retórica, sob o olhar principal de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), os quais apresentaram as bases da argumentação e as técnicas argumentativas.

2.5 Nova Retórica

Segundo Mateus (2018), a Nova Retórica funda-se, não no indiscutível, mas naquilo que é plausível ou razoável acreditar. Nela, a argumentação não advém da persuasão de uma verdade exterior pré-existente sobre a qual pretendemos que os outros acreditem.

Consoante Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), a Nova Retórica surge da necessidade de retoricamente chegar-se a um acordo com os interlocutores acerca da verdade possível ou daquilo que é razoável. Nela, enfatiza-se o raciocínio conjunto, pois é em função de um auditório e de uma questão premente que a argumentação se desenvolve. Nesse sentido,

Tanto o desenvolvimento como o ponto de partida da argumentação pressupõem acordo com auditório. Esse acordo tem por objeto ora o conteúdo das premissas explícitas, ora as ligações particulares utilizadas, ora a forma de servir-se dessas ligações; do princípio ao fim, a análise da argumentação versa sobre o que é presumidamente admitido pelos ouvintes. (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014, p.73)

Desse modo, a principal razão para a aproximação entre a teoria da argumentação vista no Tratado da Argumentação de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) e a retórica aristotélica é o fato de que é pelo auditório que qualquer argumentação se desenvolve, uma vez que a ideia de adesão e de espíritos para os quais se direciona um discurso é, do mesmo modo, preocupação principal na retórica antiga. Assim, a seção a seguir, esclarece quais são os elementos do acordo entre orador e auditório.

2.5.1 Formas argumentativas: Os Elementos do Acordo Prévio

Os argumentos são os elementos característicos da persuasão retórica. Contudo, o meio de influenciar positivamente o auditório não depende em exclusivo dos argumentos em si; depende igualmente da força que o orador imprime aos argumentos. Isso significa que o orador tem a absoluta necessidade de conhecer bem o auditório ao qual se dirige sob pena de não poder modelar a forma argumentativa mais adequada a cada caso.

Desse modo, o Acordo sobre o Real diz respeito ao auditório universal e corresponde a tudo o que é admitido como fato, verdade ou presunção. O Acordo sobre o Preferível lida com valores, hierarquias e lugares do preferível e está relacionado ao auditório particular.

O Acordo sobre o Real define e delimita aquilo que orador e auditório entendem como real, afinal não há argumentação possível sem um acordo prévio entre o orador e seu auditório. Os elementos que constituem o Acordo sobre o Real são fatos e verdades por um lado e presunções por outro (Perelman, Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 75), sendo todos premissas do auditório universal, ou pontos de partida da argumentação, que não equivalem à opinião, pois lidam com a realidade.

Reboul (2004, p. 164) explica que o fato é “uma verificação que todos podem fazer, que se impõe ao auditório universal, que parece o caso de nosso ‘fato estatístico’”, ou seja, um fato é algo que pode ser comprovado pela experiência ou

pela observação. Sob o ponto de vista argumentativo, os fatos são certos tipos de dados baseados na realidade objetiva. Como destaca Poincaré (apud Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014, p.75),

um fato designa o que é comum a vários entes pensantes, podendo ser uma premissa comum a todos. Os fatos são subtraídos, pelo menos provisoriamente, à argumentação, o que significa que a intensidade de adesão não tem de ser aumentada, nem de ser generalizada, e que essa adesão não tem nenhuma necessidade de justificação. A adesão ao fato não será, para o indivíduo, senão uma reação subjetiva a algo que se impõe a todos (Poincaré, apud Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014, p.75).

E as verdades, para o autor, são nexos prováveis, elas correspondem à realidade e podem ser conhecidas com certeza. São premissas mais abrangentes que os fatos, são sistemas complexos referentes a ligações entre fatos, os quais transcendem as experiências, sejam filosóficas, científicas ou religiosas. Sobre elas, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014, p.77) afirmam:

Fala-se geralmente de fatos para designar objetos de acordo precisos, limitados; em contrapartida, designar-se-ão de preferência com o nome de verdades sistemas mais complexos, relativos a ligações entre fatos, que se trate de teorias científicas ou de concepções filosóficas ou religiosas que transcendem a experiência (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014 p.77).

Já as presunções são as hipóteses tidas por verdadeiras, ou admitidas como verossímeis – até que se prove o contrário. São o terceiro ponto inicial da argumentação, que lida com a natureza da realidade. São premissas que permitem ser reforçadas em uma argumentação, o que não ocorre com fatos e verdades. “As presunções têm função capital, pois constituem o que chamamos de ‘verossímil’, ou seja, o que todos admitem até prova em contrário” (Reboul, 2004, p.165). Desse modo, não possibilitam a mesma garantia que os fatos e as verdades, no entanto permitem estabelecer uma convicção do que pode ser provável.

Em relação ao Acordo sobre o preferível, afirma-se que os valores, as hierarquias e os lugares do preferível dizem respeito aos pontos de partida da argumentação referentes ao que é preferível, procurando a adesão de grupos particulares. Conforme Reboul (2004), os valores estão ao mesmo tempo na base da argumentação e no termo dela. Além disso, são variáveis conforme o auditório. Assim o valor exprime o atributo concedido a algum objeto e como se reage e interage com esse objeto.

Na Retórica, são os valores morais que mais importam já que eles tendem a determinar o conjunto de regras pelas quais os seres humanos coexistem na sociedade. Concordar com um valor, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014, p.84), “(...) é admitir que um objeto, um ser ou um ideal deve exercer sobre a ação e as disposições à ação uma influência determinada, que se pode alegar numa argumentação, sem se considerar, porém, que esse ponto de vista se impõe a todos”. Os autores esclarecem que os valores, em um certo momento, intervêm em todas as argumentações.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014, p.92) destacam ainda que, embora sejam admitidos por muitos auditórios particulares, os valores são percebidos com maior ou menor força. “A intensidade da adesão a um valor, em comparação com a intensidade com a qual se adere a outro, determina entre esses valores uma hierarquia que se deve levar em conta” (ibid.). Desse modo, a argumentação sobre o preferível sustenta-se ainda sobre as hierarquias.

Eventualmente, as hierarquias são consideradas mais importantes que os próprios valores, porque remetem aos princípios que ordenam, que arranjam os valores. Assim, é menos complexo conseguir estabelecer como um valor será realmente comparado, hierarquizado que selecionar valores a serem aceitos por um auditório, pois “o que caracteriza cada auditório é menos os valores que admite do que o modo como os hierarquiza” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014, p.92). Dessa forma, assim como os valores são ordenados conforme hierarquias, estas podem ser ordenadas conforme os lugares do preferível, que são o terceiro ponto inicial da argumentação sobre o acordo preferível e são vistos pelo Tratado da Argumentação como valores ainda mais abstratos, segundo Reboul (2004).

Na Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca, são destacados os lugares da quantidade, da qualidade e os outros lugares, que incluem ordem, existência, essência e pessoa.

Quanto ao lugar da quantidade, são destacadas as relações quantitativas. “É preferível aquilo que proporciona mais bens, o bem maior, o mais durável, ou ainda o que propicia o ‘mal menor’” (Reboul, 2004, p.166). “Entendemos por lugares da quantidade os lugares-comuns que afirmam que alguma coisa é melhor do que outra por razões quantitativas” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014, p.94). Desse modo, o lugar da quantidade incide sobre os lugares comuns que definem a supremacia de uma coisa sobre outra devido à quantidade de cada uma.

Por outro lado, no lugar da qualidade, contesta-se a virtude do número, o que se valoriza é raro, o singular, o eterno. “Desse modo, o único passa a ser o preferível; enquanto se despreza o banal, o intercambiável, ‘a sociedade de consumo’, valoriza-se o raro, o precário, o insubstituível. A norma já não é o normal, é o original, até mesmo o marginal, o anômalo” (Reboul, 2004, p.166). Assim, o único passa a ser o preferível.

Sobre os demais lugares apontados pelo Tratado da Argumentação, Perelman e Olbrechts-Tyteca, (2014, p.105) afirmam: “Os lugares da ordem afirmam a superioridade do anterior sobre o posterior, ora da causa, dos princípios, ora do fim ou do objetivo”. Esse lugar fica visível nos exemplos apresentados por Abreu (2009, p.86), pois as grandes invenções e acontecimentos da humanidade são valorizados pelo lugar da ordem, como a ida do primeiro homem à lua e a invenção do avião. As medalhas distribuídas aos vencedores também refletem o lugar da ordem: o primeiro é ouro, o segundo é prata e o terceiro é bronze

O lugar do existente prefere aquilo que já existe. “O emprego que já existe é hierarquizado acima do emprego que ainda não existe” (Abreu, 2009, p.92). Nas palavras de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014, p.106), “os lugares do existente afirmam a superioridade do que existe, do que é atual, do que é real, sobre o possível, o eventual ou o impossível”.

O lugar da essência é aquele que concede “(...) um valor superior aos indivíduos enquanto representantes bem caracterizados dessa essência” (ibid.). Sendo assim, o lugar de essência caracteriza-se por tudo aquilo que existe nas pessoas que são consideradas as que melhor representam a classe à qual pertencem, que são modelos de uma certa essência.

O lugar da pessoa, como o próprio termo afirma, é a superioridade daquilo que está ligado às pessoas. Abreu (2009, p. 94) afirma: “Primeiro as pessoas, depois as coisas! é o slogan que materializa esse lugar”. Desse modo, o lugar de pessoa remete à valorização do ato realizado por uma pessoa ou até mesmo o cuidado pelo ser humano, isto é, esse lugar utiliza-se da iniciativa de indicar melhores condições voltadas ao bem-estar do homem.

Sendo assim, todos esses lugares da argumentação encontram-se à disposição e são utilizados por qualquer orador para construir os argumentos e, com isso, elevar a intensidade da adesão perante um determinado auditório. Assim, no

momento de necessidade argumentativa, os oradores recorrem a esses diversos lugares.

O tema da próxima seção possibilita, entre outras informações, as possíveis contribuições advindas deste trabalho. As técnicas argumentativas são entendidas, de modo geral, como estruturas que se baseiam nos lugares da argumentação e nos valores acionados nas produções discursivas. Essas técnicas se configuram em processos de ligação e de dissociação das noções e serão vistas a seguir.

2.6 Argumento, argumentação e tipos de argumentos

Antes de se chegar aos tipos de argumento, é de grande valia esclarecer o conceito de argumento, por que argumentar é importante, quando se argumenta para que esse complexo campo da argumentação possa ser compreendido, assim como o próprio ato de argumentar que encontra espaço em todos os lugares em que haja a abertura para a dúvida e para o conflito, onde não se disponha de uma verdade definitiva a respeito de um dado, a exemplo das redações do Enem.

Um argumento é uma sequência de declarações ou proposições, chamadas de premissas, que são apresentadas como suporte para outra declaração que se tenta provar ou sustentar com base nas premissas (conclusão). Em outras palavras, é uma tentativa de persuadir ou demonstrar que uma determinada afirmação é verdadeira ou válida, com base em outras afirmações que se acredita serem verdadeiras. No entanto, para Weston (2009), um argumento não pode ser considerado meramente uma afirmação de ponto de vista. Para ele, “Os argumentos são tentativas de fundamentar determinados pontos de vista com razões” (Weston, 2009, p.11). O autor também defende que o argumento constitui um meio de investigação, porque é o que permite descobrir qual ponto de vista é melhor entre os que se têm: “Algumas conclusões podem estar fundamentadas em boas razões; outras têm fundamentação bem mais frágil” (Weston, 2009, p.12). Sendo assim, vê-se no argumento a função de explicar e defender um ponto de vista, para que, a partir disso, segundo Weston (2009), outras pessoas possam formar suas opiniões por si mesmas.

Para Plantin (2008), o argumento é considerado uma unidade de fundamentação de uma resposta a uma questão argumentativa, ou seja, constitui uma garantia que dá suporte a uma conclusão. Essa assertiva vai ao encontro do que defende Fiorin (2020, p.69), o qual defende que “um argumento são proposições

destinadas a fazer admitir uma dada tese”. Dessa forma, constata-se que o argumento tem uma função primordial no processo argumentativo, visto que é ele quem torna o ponto de vista convincente ou não. Fiorin (2020) também defende que esse processo de argumentar prevê a construção de um discurso com o propósito de persuadir. Assim, em qualquer discurso cujo objetivo seja a persuasão, o argumento é considerado um enunciado resultante de um processo de enunciação que envolve três elementos, consoante Fiorin (2020): o orador (éthos), o auditório (páthos) e o discurso (logos) – a argumentação propriamente dita.

Do mesmo modo, Leitão (2011, p. 25) defende que argumento é “como um conjunto mínimo de ponto de vista e justificativa”. Desse modo, construir o argumento é o primeiro movimento da argumentação. É preciso inserir o auditório na discussão que será desenvolvida, apresentando-lhe o ponto de vista defendido pelo orador, bem como o motivo que o levou à defesa desse ponto de vista. Na produção do texto dissertativo-argumentativo, esse conjunto mínimo referido por Leitão configura-se como tese.

Para Perelman (1987, p. 235), “A argumentação é essencialmente comunicação, diálogo, discussão. ”, ou seja, a argumentação é um processo interativo, no qual as partes envolvidas se comunicam, trocam ideias e buscam alcançar um entendimento mútuo. Desse modo, a persuasão eficaz não ocorre em um vácuo, mas sim por meio do engajamento ativo com um auditório, interlocutor. Desse modo, a capacidade de dialogar e discutir de forma construtiva é fundamental para alcançar os objetivos da argumentação.

Do mesmo modo, para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), a fim de que uma argumentação se desenvolva, é preciso que haja determinadas condições prévias. Uma delas, e considerada de fundamental importância, é a existência de um interesse mútuo na abordagem de uma polêmica. É importante que o orador tenha autoridade ou legitimidade para assumir o posto de orador – o locutor- e que aqueles a quem se dirige –alocutários-, seu auditório, estejam dispostos a formar uma opinião - ou modificar a que já têm - sobre determinado assunto. Nesse sentido, se a questão é tida como “fora de discussão” para uma das partes, não há como se instalar a argumentação, isto é, a existência inicial de teses conflituosas a serem discutidas constitui uma característica imprescindível da argumentação, também presente na retórica clássica.

Desse modo, afirma-se que a relação entre orador e auditório se fundamenta na instauração de um acordo prévio, que é o ponto de partida de toda argumentação, ou seja, sem ele não há como acontecer a argumentação. Se houver um auditório interessado no debate de determinado tema, a instalação de um acordo entre o orador e esse auditório constitui o passo principal para que haja a argumentação, haja vista que o orador só pode desenvolver sua persuasão conectando seus argumentos a teses já admitidas pelos ouvintes, o auditório.

Nesse processo da argumentação, selecionar as estratégias mais adequadas é fundamental, porque a adesão do auditório é suscetível de maior ou menor intensidade, visto que o assentimento tem seus graus, e uma tese, quando admitida, pode não prevalecer diante de outras, se a intensidade da adesão não for suficiente. Dessa forma, embora concedida a adesão inicial por parte do auditório, esta poderá ser negada mais adiante, porque a qualquer momento o auditório pode discordar do que o orador apresenta a ele. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014, p. 220) defendem que “o estudo das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento”, e teorizam sobre quatro tipos de técnicas argumentativas: os argumentos quase lógicos, os argumentos baseados na estrutura do real, os argumentos que fundam a estrutura do real e os argumentos que dissociam noções. Cada uma dessas tipologias possui ramificações como se pode observar na próxima subseção.

2.6.1 As técnicas argumentativas na construção do texto

O objeto de análise da teoria da argumentação é formado pelos recursos discursivos para se obter a adesão das mentes, com ênfase na técnica que utiliza a linguagem para persuadir e convencer, conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014). Assim, o interesse pelas técnicas argumentativas justifica-se devido ao resultado obtido por meio delas.

Essas técnicas argumentativas constituem um recurso discursivo utilizado por um orador para convencer um determinado auditório. No Tratado da Argumentação, há uma preocupação em agrupar e descrever essas técnicas argumentativas, de modo que elas possam ser identificadas em diferentes contextos. Sobre essas técnicas argumentativas, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) consideram que:

é possível, ademais, que esses esquemas atuem sem ser claramente percebidos e que apenas um trabalho de explicitação, raramente efetuado, permita ao orador e, mormente, aos seus ouvintes ficarem conscientes dos esquemas intelectuais que utilizam ou cuja ação estão participantes (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014 p. 212).

Assim, com o objetivo de organizar e exemplificar os tipos de argumento, sem estabelecer um grau de superioridade entre eles, Perelman (1987) os distingue em relação aos aspectos que favorecem a ligação e a dissociação dos elementos do discurso, conforme pode ser observado nas próximas subseções.

2.6.2 Esquemas de ligação

Os esquemas de ligação aproximam elementos distintos, estabelecendo entre eles uma relação de solidariedade. Neles aparecem os Argumentos quase lógicos, Argumentos Fundados na Estrutura do Real e Argumentos que fundamentam a estrutura do real.

2.6.2.1 Argumentos quase lógicos

Os argumentos quase lógicos, consoante Perelman e Olbrechts-Tyteca, (2014), são caracterizados pela sua natureza não formal, por isso requerem esforço mental para conduzi-la ao formal. Dessa forma, esse tipo de argumentação “se apresentará de uma forma mais ou menos explícita. Ora o orador designará os raciocínios formais aos quais se refere prevalecendo-se do pensamento lógico, ora estes constituirão apenas uma trama subjacente” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 220). Sua força persuasiva se apresenta à semelhança de argumentos formais.

Abreu (2009) afirma que os argumentos quase lógicos são utilizados por oradores como técnicas argumentativas para ganhar a adesão do auditório. Isso se deve ao fato de que a argumentação quase lógica tem a função de tornar os argumentos, de certo modo, incontestáveis, aludindo aos raciocínios formais que, aparentemente, não podem ser contestados, visto que a natureza deles apresenta um caráter de exatidão. Nesse sentido, os argumentos quase lógicos, ao se assemelharem dos argumentos lógicos, geram confiança ao discurso proferido, no momento em que o orador argumenta perante um auditório particular e/ou universal.

Conforme defende Ferreira (2015, p.149-150), os argumentos quase lógicos têm a sua força persuasiva “na proximidade (semelhança) com argumentos formais: o orador designará os raciocínios formais aos quais se refere, prevalecendo-se do prestígio do pensamento lógico, ora estes constituirão uma trama subjacente” (Ferreira, 2015, p. 149-150), ou seja, visto que os argumentos formais são dignos de credibilidade, os argumentos não formais, por sua semelhança, conseguem obter a adesão do auditório.

Além disso, é o esquema formal que impera na argumentação quase lógica. Os argumentos que compõem essa categorização “não fazem apelo à experiência porque procuram demonstrar. Como, porém, não são lógicos, permitem a refutação, ou seja, que o adversário mostre que não são puramente lógicos” (Ferreira, 2015, p. 150). Nessa perspectiva, como não há concretude dos argumentos quase-lógicos, há a possibilidade de refutação deles, mesmo que eles estejam amparados em fórmulas lógicas. Tal fato vai ao encontro do que defendeu Reboul (2004, p. 168) ao destacar que os argumentos quase lógicos não fazem apelo à experiência, ao vivido comumente: “ao contrário dos princípios lógicos da demonstração, podem ser refutados demonstrando-se que não são ‘puramente lógicos’”. Nesse sentido, os argumentos quase lógicos não possuem um valor conclusivo, embora se apoiem em propriedades de estrutura lógico-formais. A possibilidade de refutação existe e é possível.

Portanto, os argumentos quase-lógicos recebem esse nome, porque, consoante Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014, p. 297), “têm a pretensão a certa validade em virtude de seu aspecto racional, derivado da relação mais ou menos estreita existente entre eles e certas fórmulas lógicas ou matemáticas”. Assim, por meio da aparência de logicidade presente nos argumentos quase-lógicos, é possível proceder às tentativas de persuasão.

Os argumentos quase lógicos estão subdivididos em tipos específicos, conforme a Nova Retórica. São eles: contradição e incompatibilidade, identidade e definição, regra de justiça, argumento da analiticidade, análise e tautologia, reciprocidade, transitividade, inclusão da parte no todo, divisão do todo em suas partes, comparação. Todos esses argumentos foram teorizados e agrupados por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014).

O argumento de contradição ocorre quando o orador deseja combater uma tese que vem sendo desenvolvida. Apresenta-se sob a forma de asserções e suas

negações. No entanto, consoante Reboul (2004, p.168), é muito raro “na argumentação, que não pode recorrer à prova por absurdo”. Diante disso, o que há são incompatibilidades, as quais variam conforme os meios e as culturas. Quando a asserção e sua negação são colocadas juntas, em um mesmo sistema argumentativo, há uma incompatibilidade. Logo, o argumento por contradição e incompatibilidade consiste em:

A asserção, dentro de um mesmo sistema, de uma proposição e de sua negação, ao expor uma contradição que ele contém, torna o sistema incoerente e, com isso, inutilizável. Trazer a lume a incoerência de um conjunto de proposições é expô-lo a uma condenação inapelável, é obrigar quem não quer ser qualificado de absurdo a renunciar pelo menos a certos elementos do sistema. (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 221).

Quanto ao argumento de identidade e de definição, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) os consideram técnicas argumentativas essenciais, uma vez que identificam diversos elementos que compõem o discurso. Segundo Abreu (2004), os argumentos de identificação operacionalizam-se por meio de definições: lógicas, expressivas, etimológicas e normativas.

O caráter argumentativo das definições torna-se potencializado quando há definições variadas de um mesmo termo e o orador pode escolher as que mais lhe servem. Essa situação vai ao encontro do que defendeu Ferreira (2010, p.156): “as definições como argumentos quase-lógicos podem conter apenas o que interessa ao orador e podem ser justificadas”.

O argumento baseado na regra de justiça apresenta como premissa a oferta de um tratamento idêntico a seres ou a situações pertencentes a uma mesma categoria ou classe. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014, p. 248) apontam que “a regra de justiça reconhece o valor argumentativo daquilo a que um de nós chamou justiça formal, segundo o qual os seres de uma mesma categoria essencial devem ser tratados do mesmo modo”. Desse modo, duas situações semelhantes precisam receber os mesmos valores.

Quanto ao argumento da analiticidade, análise e tautologia, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) defendem que, do ponto de vista argumentativo, toda análise é direcional. A escolha desta é determinada pela busca da adesão do auditório. Já a tautologia é resultante do próprio sentido do termo, ou seja, é uma afirmação arbitrária sem interesse científico e independente da experiência.

Em relação aos argumentos de reciprocidade, pode-se afirmar que eles estabelecem relação simétrica entre duas situações correspondentes, em que há um antecedente e um conseqüente de uma mesma relação. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), os argumentos de reciprocidade têm por finalidade aplicar o mesmo tratamento a duas situações correspondentes. Há uma relação de simetria, proveniente da lógica formal, uma vez que a mesma relação pode ser afirmada tanto entre b e a como entre a e b.

Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014, p. 257), os argumentos de transitividade apresentam-se como uma propriedade formal de certas relações “que permitem passar da afirmação de que existe a mesma relação entre os termos a e b e entre os termos b e c, à conclusão de que existe entre os termos a e c: as relações de igualdade, de superioridade, de inclusão, de ascendência são relações transitivas”. Assim, o argumento de transitividade remete às relações transitivas em determinadas situações.

O argumento de inclusão valoriza o todo pelo aspecto realçado em sua parte. Neste tipo de argumento, o orador procura demonstrar a relação que existe entre a parte e o todo que ela compõe. Não existe atribuição de qualidade particular à parte ou ao todo; a relação entre eles é quase de proporcionalidade. Isso tudo é validado por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014, p. 262), os quais afirmam que os argumentos por inclusão “se limitam a confrontar o todo com uma de suas partes, não atribuem nenhuma qualidade particular nem a certas partes, nem ao conjunto: tratam-no como igual a cada uma de suas partes, analisam-se apenas as relações que permitem uma comparação quase-matemática entre o todo e suas partes.”

No argumento de divisão, conforme Santos (2018), a enumeração de suas partes tem de ser exaustiva. Tem por base o dilema, em que duas hipóteses são submetidas a exame. Desse modo, esse argumento fragmenta o todo com o objetivo de provar a existência ou não de uma de suas partes, ou, como defende Ferreira (2010, p.160), “ênfatisar a sua existência ou criar um dilema”

O argumento de comparação ocorre em muitos discursos, já que “a argumentação não poderia ir muito longe sem recorrer a comparações, nas quais se cotejam vários objetos para avaliá-los um em relação ao outro” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 274). Esse argumento faz o embate entre realidades diferentes com a finalidade de confrontá-las umas em relação às outras. Esse processo pode acontecer meio de oposição, ordenamento e pelo uso do superlativo.

2.6.2.2 Argumentos Fundados na Estrutura do Real

Segundo Abreu (2009), os argumentos baseados na estrutura do real não estão relacionados a uma descrição objetiva dos fatos, mas a opiniões relacionadas a ele, a conceitos em que o orador presume que o auditório compreenda seu argumento como um fato, uma verdade ou uma presunção. Eles se apoiam na experiência e não na lógica, uma vez que, neste caso, argumentar não é implicar, é explicar.

Esses argumentos constituem-se em uma descrição do real em um encaminhamento argumentativo, permitindo que o orador transponha possíveis resistências que o auditório possa manifestar em relação à tese apresentada. Para os autores Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), os principais argumentos fundados na estrutura do real são: as ligações de sucessão, que englobam as relações causais, o argumento pragmático, o argumento do desperdício, o argumento de direção e o de superação.

As ligações de sucessão “unem um fenômeno a suas consequências ou as suas causas” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 299). Elas constituem relações baseadas em dados da vida real dos interlocutores. Sobre o vínculo causal, há três tipos de argumentação:

- a) as que tendem a relacionar dois acontecimentos sucessivos dados entre eles, por meio de um vínculo causal;
- b) as que, sendo dado um acontecimento, tendem a descobrir a existência de uma causa que pode determiná-lo;
- c) as que, sendo dado um acontecimento, tendem a evidenciar o efeito que dele deve resultar. (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 299-300).

Nesse sentido, Ferreira (2010, p. 163) apresenta um exemplo de argumento, que estabelece um juízo de valor, relaciona causa e consequência ou vice-versa: “Se dissermos, por exemplo, que um canal de televisão sempre traz a notícia antes de todos os outros e com muitos detalhes, infere-se que o seu serviço de jornalismo é competente e que, como tem sido sempre assim, assim será no futuro.” É possível perceber uma ligação de sucessão que se sustenta no discurso pragmático.

O argumento pragmático é “aquele que permite apreciar um ato ou um acontecimento consoante suas consequências favoráveis ou desfavoráveis”. (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 303). Esse argumento pode ser concebido, assim, como uma ligação de sucessão que possibilita analisar alguma coisa a partir de

suas consequências (des)favoráveis. Segundo Reboul (2004), as superstições também se enquadram no argumento pragmático como, por exemplo, uma pessoa que acredita que foi assaltada numa esquina após a passagem de um gato preto. O argumento pragmático inspira credibilidade, pois é muito verossímil. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014):

O argumento pragmático, que permite apreciar uma coisa consoante suas consequências, presentes ou futuras, tem uma importância direta para a ação. Ele não requer, para ser aceito pelo senso comum, nenhuma justificação. O ponto de vista oposto, cada vez que é defendido, necessita, ao contrário, de uma argumentação; tal como a afirmação de que a verdade deve ser preconizada, sejam quais forem suas consequências, por possuir um valor absoluto, independente destas. (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 303-304).

Desse modo, embora uma ligação fato-consequência valide uma argumentação, o argumento pragmático apresenta fraquezas, segundo Ferreira (2010). Para o autor, a ciência recusa a finalidade, mesmo que esta seja valiosa para as relações humanas.

Quanto ao argumento do desperdício, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014, p. 317) defendem que ele remete à “sucessão dos acontecimentos, das situações, de uma maneira que, sem excluir necessariamente a ideia de causalidade, não a coloca em primeiro plano”. Esse tipo de argumento consiste em afirmar que, uma vez que já se iniciou algo, deve-se prosseguir na mesma direção. Reboul (2004, p. 175) apresenta um exemplo que demonstra que o argumento de desperdício pode estar presente em uma declaração do tipo: “é preciso continuar a guerra porque, caso contrário, todos os mortos teriam tombado em vão”.

Já o argumento de direção “consiste, essencialmente, no alerta contra o uso do procedimento das etapas: se você ceder esta vez, deverá ceder um pouco mais na próxima” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 321). Ele estabelece uma relação causal entre os fins e os meios, o que é bastante comum em negociações, em que há ameaça ou chantagem, segundo Ferreira (2015). Uma das formas do argumento de direção é o argumento da propagação, que alerta contra certos fenômenos que tendem a se transmitir, a se multiplicar de maneira nociva.

Por outro lado, o argumento de superação “tem a própria finalidade como papel central”, conforme Santos (2018, p.68), diferentemente do argumento de direção, que rejeita uma ação por ser meio para um fim que não é o desejado. Essa afirmação vai ao encontro de Reboul (2004), o qual defende:

No argumento da superação, ao contrário, a finalidade desempenha papel motor. Ele parte da insatisfação inerente ao valor: nunca ninguém é bom demais, justo demais, desinteressado demais. O ideal inacessível mostra em cada conquista um trampolim para uma conquista superior, num progresso sem fim. O obstáculo transforma-se então num meio de passar para um estágio superior, como a doença que imuniza, o fracasso que educa. (Reboul, 2004, p. 175)

Em relação às ligações de coexistência, é importante afirmar que elas estão associadas à forma como o orador põe em causa realidades de níveis desiguais em que uma das realidades serve de base para a argumentação, por ser mais fundamental ou mais explicativa que a outra. O Tratado da Argumentação atribui a essa ligação a relação do atributo com a essência e dos atos com a pessoa.

No que se refere ao argumento da essência, que ele explica ou prevê um fato cuja manifestação é esse próprio argumento. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) esclarecem que

essas construções intelectuais se empenham em associar e em explicar fenômenos particulares, concretos, individuais, tratando-os como manifestações de uma essência que se expressa igualmente em outros acontecimentos, objetos, seres ou instituições. (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 372)

Quanto à pessoa e a seus atos, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) afirmam:

A construção da pessoa humana, que se vincula aos atos, é ligada a uma distinção entre o que se considera importante, natural, próprio do ser de quem se fala, e o que se considera transitório, manifestação exterior do sujeito. Como essa ligação entre a pessoa e seus atos não constitui estabilidade da relação existente entre um objeto e suas qualidades, a simples repetição de um ato pode acarretar, seja uma reconstrução da pessoa, seja uma adesão fortalecida à construção anterior. (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 334).

Nesse tipo de argumentação, a pessoa é considerada suporte de uma série de qualidades, autora de uma série de atos e de juízos, objeto de uma série de apreciações. Assim, as noções de responsabilidade, de mérito e de culpabilidade referem-se à pessoa; já as noções de norma e de regra voltam-se para o ato. Consoante Santos (2018, p. 68), o argumento de pessoa “explica o nexos que existe entre a pessoa e seus atos, chegando a afirmações do tipo: ‘isso ela não é capaz de fazer’, ‘é impossível mudá-la’”. Assim, essa estabilidade da pessoa dá fundamento à sua responsabilidade.

O argumento da autoridade, por sua vez, fundamenta-se no ponto de vista ou no ato de uma pessoa ou de um grupo de pessoas de prestígio moral ou intelectual a fim de valer de prova para uma tese: “utiliza atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese”. (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 348). Busca-se a autoridade quando o acordo sobre o que se expressa pode ser questionado. Desse modo, quanto mais importante for a autoridade, mais indiscutíveis são as suas palavras, pois o prestígio, o caráter, o *ethos* do orador é determinante para validar a tese.

Já o argumento *ad hominem* representa o argumento de autoridade invertido, ou seja, refuta-se o que foi dito recorrendo-se a uma personalidade de mau caráter (Reboul 2004). Também se pode destacar as fraquezas de quem o enuncia, a exemplo de “Se ele afirma isso, é porque tem interesse” (Reboul, 2004, p. 178).

Em continuidade, em relação à ligação simbólica, destaca-se que constituem outra estrutura do real, visto que é fundamentada na pertinência de ordem puramente social e cultural, porque os símbolos mudam. Sobre esse argumento, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014, p. 378) expõem:

Pelo fato de que, muito amiúde, símbolo e simbolizado não fazerem parte daquilo que, doutro ponto de vista, é considerado uma mesma camada de realidade, uma mesma área, a relação entre eles poderia ser considerada analógica; mas com isso se destruiria o que há de impressionante na ligação simbólica, pois, para que ela desempenhe seu papel, é preciso que símbolo e simbolizado estejam numa realidade mítica ou especulativa, na qual participam um do outro. Nessa nova realidade, existe uma ligação de coexistência entre os elementos da relação simbólica, mesmo quando, na verdade, o símbolo está separado do simbolizado por um intervalo temporal. (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 378).

Diante disso, visualiza-se que o argumento do símbolo pode desempenhar uma função tanto na apresentação das premissas quanto no conjunto da argumentação.

Por último, o argumento de hierarquia dupla, apresenta uma noção de proporcionalidade, de vínculo entre dois termos. Nele, há uma escala de valores que se estabelece entre os termos em que um se sobrepõe a outro, já aceitos pela sociedade. Reboul (2004) cita um exemplo em que afirma que aquilo que pertence a um Deus é preferível ao que pertence a um homem e o que pertence à alma é preferível ao que pertence ao corpo. Desse modo, observa-se a hierarquia do que é socialmente aceito: Deus e alma são superiores ao homem e ao corpo.

2.6.2.3 Argumentos que fundamentam a estrutura do real

São argumentos que partem de um fato ou evento particular visando a generalizações. Sobre eles, Ferreira (2015) diz:

Valem-se da realidade para estabelecer as conexões que o orador pretende estabelecer com o seu auditório uma vez que não se apoiam nas ligações entre as coisas e fatos, não se apoiam na lógica, mas na experiência, nos elos reconhecidos entre as coisas. Nesses argumentos, importa mais explicar do que implicar. (Ferreira, 2015, p. 162)

Com isso, crê-se que, quanto mais fatos uma tese explicar, mais provável ela será. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014, 297), “Os argumentos fundados na estrutura do real valem-se dela para estabelecer uma solidariedade entre juízos admitidos e outros que se procura promover”, ou seja, esses argumentos são baseados em relações que o sistema de significação considera existentes no mundo objetivo: as ligações de sucessão e as de coexistência.

Pode-se afirmar ainda que os argumentos que fundam a estrutura do real demonstram que o orador, baseado em si próprio, fundamenta uma realidade à qual pretende fazer o auditório aderir. Esses argumentos apresentam-se em dois grupos: o fundamento pelo caso particular e o raciocínio por analogia.

O primeiro grupo subdivide-se em exemplos, ilustrações e modelo/antimodelo. Acerca do argumento de fundamentação por exemplo, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014, p. 399) afirmam que:

[...] o argumento pelo exemplo implica – uma vez que a ela se recorre – certo desacordo acerca da regra particular que o exemplo é chamado a fundamentar, mas essa argumentação supõe um acordo prévio sobre a possibilidade de uma generalização a partir de casos particulares ou, pelo menos, sobre os efeitos da inércia. (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 399)

O exemplo vale-se do estatuto de fato. Esse tipo de argumentação pode apresentar-se com pessoas célebres, membros da família, conhecidos do dia a dia, cuja conduta se admira. Para Santos (2018, p. 69) “o argumento pelo exemplo parte do fato à regra, considerando que o exemplo reforça a regra, pois um exemplo é invalidado quando encontra outro que o contradiz.”

Além do exemplo, há a ilustração, que embasa uma regularidade já estabelecida, reforçando-a, e objetiva “reforçar a adesão por uma regra conhecida e

aceita, fornecendo casos particulares que esclarecem o enunciado geral” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 407). A ilustração tem como objetivo aumentar a presença, por meio de caso particular, o que concretiza uma regra abstrata. Ela se fundamenta por ser um exemplo de caráter fictício e, com certa frequência, facilita a compreensão da regra e pode manifestar-se como surpreendente, inesperada, prestigiosa.

Já a argumentação por modelo e antimodelo, conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), remete a um comportamento particular que pode servir para fundamentar, ilustrar e estimular uma ação nele inspirada. O modelo indica uma conduta a seguir-se e também uma espécie de base à conduta adotada. Nas palavras de Santos (2018), o argumento por modelo serve como norma, segue um comportamento de caráter particular, o qual dá fundamento a uma tese, com o intuito de estimular uma ação inspirada nesse comportamento.

Por outro lado, o antimodelo, por sua vez, permite afastar-se das condutas. Por vezes, a repulsa provocará a mudança de uma atitude adotada anteriormente. Assim, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014, p. 419) defendem que:

Ao propor a outrem um modelo ou um antimodelo, o orador subentende, a não ser que restrinja o papel deles às circunstâncias particulares, que ele próprio também se esforça para aproximar-se ou distinguir-se deles. Isso possibilita réplicas cômicas, do gênero desta: ao pai que diz ao filho, que estuda pouco, ‘Na tua idade, Napoleão era o primeiro da classe’, o menino retruca ‘E na tua idade, ele era imperador’. (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 419)

Desse modo, constata-se que os exemplos, as ilustrações e os modelos/antimodelos são evidências que uma pessoa possui ao fazer uma declaração.

Em relação ao raciocínio por analogia, pode-se afirmar que ela permite que se encontre e prove uma verdade pela presença de uma semelhança de relações. Segundo Reboul (2004). Esse argumento utiliza como tese de adesão inicial um fato que possui uma relação analógica com a tese principal.

As analogias “transpõem para outro domínio o que já é admitido para um domínio determinado” (Perelman, 1987, p. 259). Nesse sentido, um primeiro elemento representa o que se desejaria esclarecer, apoiado em um segundo. As analogias fornecem, desse modo, uma similaridade de relações e não uma simples comparação.

Em relação à metáfora, pode-se afirmar que ele constitui uma analogia condensada, pois, graças à fusão entre os termos análogos, o pensamento pode circular mais facilmente nos dois sentidos, traduzindo as semelhanças de suas relações em identidade (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014).

Além disso, segundo estes mesmos autores, a analogia torna o papel da metáfora mais claro, pois esta condensa aquela. A metáfora argumenta estabelecendo contato entre dois campos heterogêneos.

2.6.3 Esquemas de dissociação

A última técnica argumentativa proposta por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) é a dos argumentos por dissociação das noções. Enquanto as três técnicas argumentativas por esquema de ligação apresentam-se como associação de elementos, provavelmente, independentes, os argumentos por dissociação das noções “consistem, pois, em afirmar que são indevidamente associados elementos que deveriam ficar separados” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014, p.467), ou seja, essa técnica tem como foco a incompatibilidade que há entre esses elementos.

Os esquemas de dissociação tendem a separar os argumentos de ligação, afirmando que esta ligação é indevida. Para isso, fazem uso de uma série de pares de rupturas, que são baseadas no par “aparência x realidade”, “meio/fim” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014). A função desta técnica é fazer com que os fatos possam mudar de parecer ou finalidade.

Diante desse panorama sobre a Nova Retórica, pôde-se analisar as técnicas argumentativas, que estão relacionadas ao modo como o orador justifica ou contesta posicionamentos. Dessa forma, elas mostram o grau de engajamento do sujeito na linguagem por meio da persuasão, ou seja, o objetivo maior será, sempre, discutir os temas, demonstrar repertório e apresentar um posicionamento, justificado, a respeito do assunto.

Em suma, a articulação entre a Antiga Retórica e a Nova Retórica apresentada nesse capítulo fornece a este estudo um referencial teórico que permite a realização de uma ampla análise linguístico-argumentativa de caráter persuasivo do corpus deste trabalho, que é de natureza persuasiva.

3 CONSIDERAÇÕES SOBRE ARGUMENTAÇÃO EM REDAÇÕES DO ENEM

Nesta seção, serão analisados aspectos fundamentais para o entendimento do lugar da argumentação no Exame Nacional de Ensino Médio. Nesse sentido, inicialmente, será apresentada uma breve história do Enem, com foco em como o exame evoluiu até se tornar um dos principais instrumentos de avaliação educacional no Brasil. Em seguida, será descrita a redação cobrada pelo Enem, com destaque à importância dessa prova para a avaliação das habilidades e das competências de escrita dos participantes.

Já em relação ao tema central desta seção, a argumentação na redação do Enem, ele será descrito com mais profundidade, incluindo uma discussão sobre as funções de atuação da argumentação, em que os papéis de Proponente, Oponente e Terceiro serão analisados. Além disso, nesta seção, explica-se o importante Sistema Retórico, o qual se encontra subjacente na construção das redações nota 1000 escritas no exame. Em seguida, detalham-se as etapas do processo argumentativo, as quais são essenciais para a elaboração de uma argumentação organizada, coerente e persuasiva. Por fim, faz-se uma descrição das partes do discurso, que estruturam um texto argumentativo eficaz, conforme exigido pelas Competências avaliadas nas redações do Enem.

3.1 Uma breve história do Enem

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), criado em 1998, apresenta-se como um instrumento de grande importância para avaliar o desempenho de estudantes concluintes da educação básica (ensino fundamental e médio). Serve também como um exame autoavaliativo para o estudante, no qual ele pode verificar seu desempenho em uma prova.

Consoante o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), essa avaliação é constituída por questões de múltipla escolha (63 questões de 1998 a 2009) e por uma prova de redação, a qual exige a produção de um texto dissertativo-argumentativo de, no mínimo, oito (8) linhas e, no máximo, trinta (30). O conteúdo das questões objetivas envolve quatro áreas do Conhecimento: Ciências Humanas e suas Tecnologias; Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias.

Este formato do ENEM permaneceu até o ano de 2008 – houve uma década de avaliação sem reformulações na estrutura da prova, com apenas um padrão: “As questões objetivas e a redação destinam-se a avaliar as competências e habilidades desenvolvidas pelos participantes ao longo da escolaridade básica, a partir de uma Matriz de Competências especialmente desenvolvida para estruturar o exame”. (INEP, 2000).

Desde o seu surgimento, o Enem sofreu modificações no seu objetivo. Após seis anos de criação, o exame deixou de ser apenas um instrumento de avaliação de egressos/as da educação básica e passou a ser uma ferramenta utilizada para ingresso no ensino superior de algumas instituições públicas. Em janeiro de 2009, o ENEM passa por uma grande transformação, tanto em sua estrutura composicional como em seu objetivo.

Nesse ano de 2009, o Ministério da Educação (MEC) desenvolveu o Sistema de Seleção Unificada (SISU) destinado aos candidatos que pretendem se inscrever em Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). A partir desse momento, a nomenclatura do exame foi alterada passando a ser chamado de “o novo Enem”. Nesse novo formato, o exame passou a ser composto por cento e oitenta questões de múltipla escolha e uma prova de redação, constituindo-se o maior e o mais completo instrumento de avaliação educacional do país.

Sabe-se que nem todas as instituições aderiram ao ENEM como processo seletivo e que há outras que aderiram a ele apenas como primeira fase. No entanto, o Ministério da Educação fez um documento nomeado Proposta à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, em 2009, no qual propôs às Instituições a utilização do ENEM como vestibular, afirmando ser um meio de centralizar o processo seletivo, que oportuniza a todos os estudantes que têm interesse em realizar o exame de determinada universidade.

Ainda que o vestibular tradicional cumpra satisfatoriamente o papel de selecionar os melhores candidatos para cada um dos cursos, dentre os inscritos, ele traz implícitos inconvenientes. Um deles é a descentralização dos processos seletivos, que, por um lado, limita o pleito e favorece candidatos com maior poder aquisitivo, capazes de diversificar suas opções na disputa por uma das vagas oferecidas. [...] Exames descentralizados favorecem aqueles estudantes com mais condições de se deslocar pelo país, a fim de diversificar as oportunidades de acesso às vagas em instituições federais nas diferentes regiões. A centralização do processo seletivo nas IFES pode torná-lo mais isonômico em relação ao mérito dos participantes. (ACS, 2009, p. 1 e 2).

O ENEM como vestibular, independentemente da aceitação ou não das IFES, está direcionado, desde essa determinação, a cinco competências, de acordo com o Documento Básico 2000, desde sua primeira formulação. As competências na composição da prova objetiva preveem o domínio da norma culta da Língua Portuguesa e o uso das linguagens matemática, artística e científica; a construção e aplicação de conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas, a seleção, organização, relação, interpretação de dados e informações representados de diferentes formas, para tomar decisões e enfrentar situações-problema; o relacionamento de informações, representadas em diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para construir argumentação consistente e, como quinta competência, a recorrência aos conhecimentos desenvolvidos na escola para elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sociocultural.

Para a redação, também há foco em cinco competências na composição dessa prova. Nela, o participante deve demonstrar domínio da norma culta da língua escrita; compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo; selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista; demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação e elaborar proposta de solução para o problema abordado, mostrando respeito aos valores humanos e considerando a diversidade sociocultural.

Na sequência dessa trajetória, em 2010, foi criado pelo Governo Federal o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), um programa voltado a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos com avaliação positiva. Nesse mesmo período, também foi implementado o Programa de Financiamento Estudantil (P-Fies), o qual oportunizou o ingresso em instituições de ensino superior privadas àqueles participantes que não possuíam/em condições financeiras para pagar a graduação pretendida.

A partir de 2013, o exame também contempla estudantes de cursos técnicos por meio do Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (Sisutec), cujo processo seletivo é similar ao do SISU. É necessário apontar também

que, entre 2009 e 2016, o Enem foi utilizado como certificação de conclusão do ensino médio em cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA), antigo supletivo, substituindo o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), que voltou a ser realizado a partir de 2017.

No ano de 2014, o Enem ganhou maior força: o Inep firmou acordo com mais de 50 universidades, institutos politécnicos e escolas superiores portuguesas de aproveitamento dos resultados do Enem para ingresso em suas graduações. Dessa forma, segundo o Inep, os participantes do exame podem usar seus resultados individuais em processos seletivos de universidades portuguesas.

Por último, no ano de 2020, aconteceu a primeira edição da modalidade digital do Enem, que passou a ser chamado de Enem Digital. Essa proposta inovadora surgiu em função da Pandemia de COVID-19, que produziu grandes impactos na educação mundial. No entanto, o Enem Digital foi suspenso em 2023. Hoje, a nota do exame também é utilizada na concessão de bolsas de estudos do programa Ciências sem Fronteiras e é divulgada por escola com estratificação nos níveis socioeconômicos.

Nesse trajeto de consolidação, em muitas Instituições de Ensino Superior, o Enem substituiu o tradicional vestibular, tornando-se um exame de grande relevância no Brasil. Atualmente, as provas do Enem são realizadas com duas aplicações, uma para modalidade regular, aplicada em todo o país, em que todos os interessados poderão realizar a prova e outra versão para Pessoas Privadas de Liberdade, Enem PPL, que acontece dentro de unidades prisionais e socioeducativas indicadas pelos respectivos órgãos de administração prisional e socioeducativa de cada unidade da Federação, com o mesmo nível de dificuldade do Enem regular.

Em 2009, foi criado o Exame Nacional do Ensino Médio Para Pessoas Privadas de Liberdade e Jovens Sob Medida Socioeducativa (Enem PPL). A prova segue exatamente o mesmo padrão do Enem regular, com 180 questões objetivas fracionadas em quatro provas e redação. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão responsável por realizar o exame, o Enem PPL possui as mesmas características e o mesmo grau de dificuldade que o Enem regular. Por essa razão, os candidatos de ambas as provas podem concorrer às vagas no Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e podem utilizar a nota do Exame em outros programas, como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (Prouni).

Em ambas as aplicações, no primeiro dia, os estudantes devem responder a quarenta e cinco questões de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; quarenta e cinco questões de Ciências Humanas e suas Tecnologias e ainda realizar a prova de Redação, totalizando cinco horas e trinta minutos de avaliação. No segundo dia, os candidatos avaliam seus conhecimentos em noventa questões com conteúdos relacionados às Ciências da Natureza e suas Tecnologias e à Matemática e suas Tecnologias. Nesta etapa, o tempo para realização das provas é de cinco horas.

3.2 A redação e o Enem

No Enem, a produção textual é tão importante que a ela é dedicada uma cartilha específica, a Redação do Enem Cartilha do Participante. De fato, no processo de preparação, o participante tem acesso a diferentes documentos que lhe fornecem diretrizes para a realização da prova. Entre eles, destaca-se a publicação “A redação no Enem 2020: cartilha do participante” (Brasil, 2020), ferramenta que apresenta ao participante as especificidades e os critérios de avaliação da produção textual. Ao acessar essa cartilha, primeiramente, há questões gerais concernentes ao Enem, como o fato de que ele é constituído de “quatro provas objetivas e uma prova de redação” (Brasil, 2020, p. 4).

Em seguida, no universo da produção textual, há a descrição sobre a prova de redação que atualiza uma série de conteúdos e conhecimentos trabalhados na Educação Básica, referentes ao gênero textual requerido, o qual, conforme as orientações da cartilha, deve ser apresentado como um texto em prosa do tipo dissertativo-argumentativo, sobre um tema de ordem social, científica, cultural ou política. De acordo com a Cartilha do Participante do Enem,

A prova de redação exigirá a produção de um texto em prosa, do tipo dissertativo-argumentativo, sobre um tema de ordem social, científica, cultural ou política. Os aspectos a serem avaliados relacionam-se às competências que devem ter sido desenvolvidas durante os anos de escolaridade. Nessa redação, você deverá defender uma tese – uma opinião a respeito do tema proposto –, apoiada em argumentos consistentes, estruturados com coerência e coesão, formando uma unidade textual. Seu texto deverá ser redigido de acordo com a modalidade escrita formal da língua portuguesa. Você também deverá elaborar uma proposta de intervenção social para o problema apresentado no desenvolvimento do texto. Essa proposta deve respeitar os direitos humanos. (Brasil, 2020, p. 4)

Paralelamente à descrição das formas de produção textual, há um roteiro que tem por objetivo orientar visualmente o participante sobre as etapas da escrita. Nele, há uma sequência indicada por setas, dispostas de cima para baixo, com a seguinte constituição: inicia-se com tema, segue-se com ponto de vista e argumentos e, por último, vê-se proposta de intervenção.

Esse esquema do processo de escrita concretiza graficamente um esboço que remete ao esquema retórico-argumentativo, cujas bases remontam à retórica clássica. De acordo com Massmann (2017, p.150), as produções dissertativo-argumentativas em língua portuguesa costumam

seguir uma estrutura retórica muito peculiar: no(s) parágrafo(s) inicial(is), apresenta-se a tese e seus argumentos; no(s) parágrafo(s) seguintes, desenvolve-se a argumentação, isto é, os argumentos são expostos de modo a fundamentar a tese que está sendo defendida; e, em seguida, no(s) parágrafo(s) final(is), retoma-se a tese para confirmá-la ou refutá-la e, na sequência, expõe-se a conclusão do texto. (Massmann, 2017, p.150)

Essa estrutura descrita pela autora vai ao encontro do que se observa nos postulados aristotélicos que “preveem a apresentação da tese nas primeiras etapas da *dispositio*” (Massmann, 2017, p.150). A *dispositio*, segundo Mosca (2004, p. 28), pode ser definida como a “maneira de dispor as diferentes partes do discurso, o qual deve ter os seguintes componentes: exórdio, proposição, partição, narração/descrição, argumentação (confirmação/refutação) e peroração. Trata-se da organização interna do discurso, de seu plano”.

Na sequência, a cartilha apresenta a noção de texto que sustenta todo o processo avaliativo da prova de redação do Enem: “o texto é uma unidade de sentido em que todos os aspectos se inter-relacionam para construir a textualidade” (Brasil, 2020, p. 9). Desse modo, ao definir texto como uma unidade de significação que permite acessar e compreender o funcionamento da textualidade, o Enem situa o texto como um meio para analisar a linguagem e a argumentação em funcionamento. Além disso, articulada à tal definição, já é possível conhecer como se dará o processo avaliativo: “a avaliação dos textos é separada por competências, o que torna o processo mais objetivo (Brasil, 2020, p. 9).

Assim, apresentam-se cinco competências que compreendem requisitos a serem alcançados no desenvolvimento da proposta e são as mesmas desde 2009, segundo ACS (2015). Tais competências constituem uma matriz de referência para

que a avaliação siga parâmetros padronizados que visam a analisar, entre outros aspectos, a variedade da língua, a capacidade de leitura, compreensão e interpretação da temática, o desenvolvimento da argumentação (apresentação de um ponto de vista e de seus argumentos, uso de conectores, elementos coesivos, progressão e coerência) e a proposta de intervenção.

Diante das competências que constituem a matriz de avaliação do Enem, este trabalho tem como foco analisar, especificamente, as competências II e III que se apresentam, respectivamente como aquela em que se avalia a capacidade de o participante “Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa” e “selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões em defesa de um ponto de vista” (Brasil, 2020 p.11 e 15).

Em relação ao segundo descritor a ser avaliado no texto, atenta-se para o fato de que o participante deve escrever um texto dissertativo-argumentativo,

que é um texto em que se demonstra, por meio de argumentação, a assertividade de uma ideia ou de um ponto de vista. É mais do que uma simples exposição de ideias; por isso, você deve evitar elaborar um texto de caráter apenas expositivo, devendo assumir claramente um ponto de vista. (Brasil, 2020, p. 11)

Sendo assim, o texto do tipo dissertativo-argumentativo, que se organiza na defesa de um ponto de vista sobre determinado assunto, é fundamentado com argumentos, a fim de influenciar a opinião do leitor, tentando convencê-lo de que a ideia defendida está correta. É necessário, portanto, expor e explicar ideias. Por isso,

há uma dupla natureza nesse tipo textual: é argumentativo porque defende um ponto de vista, uma opinião, e é dissertativo porque utiliza explicações para justificá-lo. O objetivo desse texto é, em última análise, convencer o leitor de que o ponto de vista é acertado e relevante. Para tanto, mobiliza informações, fatos e opiniões, à luz de um raciocínio coerente e consistente. (Brasil, 2020, p. 16)

Além disso, a Competência dois também analisa o repertório, que, para a Banca avaliadora de 2021, constitui

Elemento importante para a redação do Enem e requisito fundamental para que o participante atinja as notas mais altas na Competência II, o repertório sociocultural configura-se como toda e qualquer informação, fato, citação ou experiência vivida que, de alguma forma, contribui como argumento para a discussão proposta pelo participante. (Brasil, 2019b, p. 10)

O que se observa sobre esse segundo descritor é a expectativa de encontrar na redação produzida o que autores Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) chamaram de técnicas argumentativas, as quais visam persuadir a partir de um discurso mais verdadeiro, atrativo, buscando a adesão do auditório – ação pretendida pelo orador. Sendo assim, ao empregar referências, exemplos e informações contextualizadas, por exemplo, o participante fortalece sua argumentação, fornecendo embasamento e credibilidade ao seu posicionamento, uma vez que o repertório sociocultural serve como uma ferramenta poderosa para fundamentar as ideias apresentadas e para persuadir o leitor.

Também é importante destacar que esse repertório precisa ser legitimado, pertinente e com uso produtivo. Sobre ser legitimado, o Material de leitura da Competência dois defende que repertório legitimado:

Trata-se de repertório em que se utilizam informações, fatos, situações e experiências vividas COM respaldo nas Áreas do Conhecimento. Serão considerados repertórios legitimados por essas Áreas: - conceitos e suas definições; - informações, citações ou fatos e/ou referências a Áreas do Conhecimento, tais como: fatos ou períodos históricos reconhecidos; referência a nomes de autores, filósofos, poetas, livros, obras, peças, filmes, esculturas, músicas etc.; referência a Áreas do Conhecimento e/ou seus profissionais, como Sociologia/sociólogos, Filosofia / filósofos, Literatura / escritores / poetas/autores, Educação / educadores, Medicina / médicos, Linguística / linguistas etc.; referência a estudos e / ou pesquisas; referência a personalidades, celebridades, figuras, personagens etc., desde que conhecidos; referência aos meios de comunicação conhecidos, como redes sociais, mídia, jornais. (Brasil, 2019b, p. 11)

Em relação à pertinência, Brasil (2019 b) defende que, para que essa característica se faça presente, é preciso que haja associação do repertório legitimado a pelo menos um dos elementos (palavras-chave) do tema. Ainda é estabelecido que essa associação pode ocorrer por sinônimos, hiperônimos ou hipônimos, na citação direta ou no uso do próprio repertório.

Por fim, sobre o uso produtivo do repertório legitimado e pertinente, é esperado que participante desenvolva uma reflexão, ou seja, que ele relacione o conhecimento com o tema que discute. Consoante Brasil (2019 b), “Ocorre o uso produtivo de repertório legitimado e pertinente ao tema quando o participante vincula esse repertório à discussão proposta, ainda que de forma pontual.” Assim, observa-se se o repertório tem um aproveitamento por parte do orador para que de fato consiga chegar ao propósito que é a persuasão.

Quanto ao terceiro descritor, observa-se que ele é responsável por avaliar a construção de sentido do texto, observando o caminho percorrido pelo participante e os recursos que são mobilizados para sua argumentação. Desse modo, espera-se que cada participante demonstre a capacidade de selecionar os argumentos mais adequados e de organizá-los de um modo estratégico a partir de um projeto de texto prévio à sua escrita, observado pelo avaliador a partir da organização das ideias no texto. Além disso, no âmbito desta competência, espera-se que esse participante relacione e interprete as informações para desenvolvê-las em defesa de sua opinião acerca do tema proposto pela prova de redação (Brasil, 2020). Nesse sentido, a cartilha do participante afirma:

O terceiro aspecto a ser avaliado é a forma como você, em seu texto, seleciona, relaciona, organiza e interpreta informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa do ponto de vista escolhido. É preciso, então, elaborar um texto que apresente, claramente, uma ideia a ser defendida e os argumentos que justifiquem a posição assumida por você em relação à temática da proposta de redação. A Competência III trata da inteligibilidade do seu texto, ou seja, de sua coerência e da plausibilidade entre as ideias apresentadas, o que está alicerçado no planejamento prévio à escrita, isto é, na elaboração de um projeto de texto.

A inteligibilidade da sua redação depende, portanto, dos seguintes fatores: seleção de argumentos; relação de sentido entre as partes do texto; progressão adequada ao desenvolvimento do tema, revelando que a redação foi planejada e que as ideias desenvolvidas são, pouco a pouco, apresentadas de forma organizada; desenvolvimento dos argumentos, com a explicitação da relevância das ideias apresentadas para a defesa do ponto de vista definido. (Brasil, 2020, p.15)

Em síntese, importa aqui que o texto do participante seja escrito de modo organizado, consistente e estratégico, sem deixar lacunas de informação para que o leitor preencha. Sendo assim, o texto deve ter autonomia, sem depender de conhecimentos externos ou mesmo dos textos motivadores para que faça sentido.

Além disso, este descritor espera que ocorra no desenvolvimento a fundamentação dos argumentos apresentados ao longo da redação. Um bom desenvolvimento pode ser feito por meio de técnicas argumentativas como exemplos, definições, comparações, analogias, estatísticas e de muitas outras formas. De qualquer modo, ele precisa sempre estar relacionado ao ponto de vista que orienta seu projeto de texto, para que nenhuma informação pareça solta ou confusa (Brasil, 2020).

Por conseguinte, é possível afirmar que, para atingir o nível mais alto de nota, uma redação construída no Enem precisa atender ao que cada uma das cinco

competências avalia. No caso pontual da Competência dois, ela exige que quem escreve a redação deve apresentar uso produtivo de repertório (técnica argumentativa) legitimado e pertinente ao tema. E, em relação à Competência três, o orador precisa mostrar em seu texto a qualidade com que seleciona, relaciona, organiza e interpreta informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista relacionado ao tema proposto pela prova de redação do Enem.

3.2.1 A argumentação na redação no Enem

As questões de argumentação estiveram tradicionalmente ligadas à retórica, contudo, a partir dos meados do século XX, a argumentação tendeu a ser vista como um domínio disciplinar próprio. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), essa teoria tem como objeto o estudo das técnicas discursivas, as quais permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses propostas ao seu assentimento. Nesse sentido, observa-se que os estudos sobre argumentação constituem um campo amplo, uma vez que o próprio ato de argumentar encontra espaço em todos os locais onde exista a abertura para a dúvida e para o conflito, em que não se disponha de uma verdade definitiva a respeito de um dado.

Os autores do Tratado da Argumentação não buscam restringir sua pesquisa à adesão baseada unicamente em evidências; enfatizam que a argumentação vai além de uma demonstração lógica irrefutável, focando na construção da adesão por meio de razões verossímeis e opiniões fundamentadas em valores. A ênfase recai não na verdade absoluta, mas na persuasão baseada em razões sólidas.

A partir disso, este trabalho defende que a redação do Enem apresenta uma argumentação com base no sistema retórico, o qual pode ser definido como o sistema discursivo empregado com o intuito de convencer ou de persuadir uma pessoa ou um conjunto de pessoas a respeito de alguma coisa, consoante Reboul (2004). Aristóteles (2005) aponta o sistema retórico como estudo dos meios de provas persuasivas, não pertencentes somente à lógica formal, que possibilitam obter ou aumentar a adesão do auditório às teses/ideias propostas ao assentimento pelo orador. Com isso, quem escreve a redação emprega argumentos, defende-os com o propósito de convencer o auditório a quem ele se direciona. Nesse caso, o auditório se configura nos dois primeiros corretores da redação ou na banca examinadora do concurso e, quando

necessário, no caso de disparidade nas notas, nos outros membros que são mobilizados para auxiliar na resolução dessa questão.

Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), a noção de auditório é crucial, porque, “como a argumentação visa obter a adesão daqueles a quem se dirige, ela é, por inteiro, relativa ao auditório que procura influenciar” (2014, p. 21). É fundamental afirmar que os autores não entendem o auditório como um conjunto de pessoas físicas, visto que eles afirmam que “cada orador pensa, de uma forma mais ou menos consciente, naqueles que procura persuadir e que constituem o auditório ao qual se dirigem seus discursos” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 22).

Também cabe ressaltar que, no desenvolvimento da escrita da redação, os argumentos são utilizados pelo autor para embasar a discussão de que trata o texto. Sendo assim, a classificação apontada nos estudos aristotélicos pode apresentar alguns traços de semelhanças com os gêneros atuais e são esses traços que permitem concluir que a redação do Enem apresenta características retórico-argumentativas.

Neste trabalho, a concepção de argumentação assumida é a interacional, que, segundo Grácio (2011, p. 122),

não é, contudo, algo que se reduza à argumentatividade, à força argumentativa vista em termos de produto ou fora de um quadro tensional, nem que se possa cingir à apresentação de argumentos considerados do ponto de vista dos mecanismos de orientação, de influência ou de inferência, mas sim como uma interação que tem na sua base uma situação argumentativa caracterizada pelos seguintes aspectos: a) A existência de uma oposição entre discursos [...] b) A alternância de turnos de palavra polarizados num assunto em questão e tendo em conta as intervenções dos participantes. [...]. c) Uma possível progressão para além do díptico argumentativo inicial e em que é visível a interdependência discursiva [...]. Neste sentido a fala de cada um não é dissociável da fala do outro e da circunscrição do assunto em que essas falas são consideradas de uma forma séria, porque tidas por relevantes e de interesse pelos participantes. (Grácio, 2011, p. 122)

Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), apenas no contexto de uma interação, e não considerados isoladamente, é que o sentido e o alcance dos argumentos podem ser captados. Escreveram sobre isso:

o sentido e o alcance de um argumento isolado não pode, senão raramente, ser compreendido sem ambiguidade; a análise de uma cadeia de argumentação, fora e independentemente do contexto em que se insere, apresenta perigos inegáveis. Estes devem-se não apenas ao carácter equívoco da linguagem mas, também, ao facto dos meios de uma argumentação não serem quase nunca completamente explicitados. (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 211).

Reforçando esse posicionamento, os autores escrevem, no final do Tratado da Argumentação, que o estudo analítico dos argumentos apresenta um caráter arbitrário e esquemático. Para os autores, os elementos isolados, com o objetivo do estudo, formam, na realidade, um todo; eles interagem constantemente e o fazem em vários planos: interação entre os diversos argumentos enunciados, entre estes e o conjunto da situação argumentativa, entre estes e a sua conclusão, e, finalmente, entre os argumentos contidos no discurso e aqueles que os tomam por objeto (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014).

Desse modo, é possível afirmar que uma interação comunicativa se torna uma argumentação quando, nessa interação, tornam-se destacáveis discursos em confronto. Além disso, na interação, há também estratégias retóricas que possuem o intuito de incentivar os participantes à argumentação e em que a construção da relevância funciona essencialmente como um incitamento à focalização do assunto (Grácio, 2011). Com isso, evita-se o que Grácio (2016) afirmou existir nas diferentes teorias da argumentação as quais possuem tendência a reduzir a análise argumentativa a questões de interpretação e à clarificação de funcionalidades e estratégias discursivas. Sendo assim, a perspectiva interacional da argumentação desenvolvida por Grácio (2016) ultrapassa a simples visão de trocas languageiras, porque a essa dimensão pragmático-conversacional da argumentação se soma uma preocupação com a ética da coexistência.

3.2.2 Funções de atuação da argumentação: proponente, oponente e terceiro

Conforme mencionado, a perspectiva interativa da argumentação se embasa em um cenário argumentativo no qual há necessariamente a interação, a qual surge a partir do momento em que os atores da argumentação se concretizam através dos atos argumentativos de propor, opor-se e duvidar, assumindo respectivamente as funções: proponente, oponente e terceiro. Sobre esses termos, parte-se do pressuposto teórico de que, a fim de que uma argumentação interativa exista, é preciso que o proponente e o oponente coexistam, visto que sem eles não há a interação, nem mesmo o assunto em questão, que surge a partir da proposição inicial do proponente, e muito menos o embate argumentativo, o qual permite o surgimento do contra discurso do oponente.

Além disso, a figura do ator que ocupa o papel de terceiro nem sempre existe de forma explícita. É importante evidenciar que esse papel de atuação, assim como os outros dois contextualizados, é mutável. Os atores podem ocupar sucessivamente cada uma das posições argumentativas. Um ator pode abandonar seu discurso de oposição por um discurso de dúvida, ou seja, passar da posição de Oponente para a de Terceiro. Pode até ocorrer que os papéis sejam trocados, uma vez que os parceiros tenham se convencido mutuamente. Reciprocamente, a própria posição de actante argumentativo pode ser ocupada por vários atores, isto é, por indivíduos aliados (PLANTIN, 2008). Desse modo, ao se analisar o cenário da redação do Enem, é possível delimitar devidamente os papéis de atuação da perspectiva interativa. Nesse sentido, diante da questão argumentativa, por exemplo da edição do Enem de 2021, *invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil*, a prova apresenta textos motivadores que evidenciam o posicionamento em relação à importância de se portar a certidão de nascimento, bem como os problemas de não ser registrado. Na ocasião, o Inep, representado pela banca examinadora do certame, assume o papel de proponente, sob a perspectiva interativa. Em contraponto, se o participante discordar de tal proposição, ocupará o papel de oponente e fará emergir o embate argumentativo.

De forma geral, os enfoques retórico e interacional da argumentação não se excluem, pelo contrário, complementam-se e fornecem suporte para uma análise mais ampla do texto argumentativo. Se Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) abriram caminho para a ruptura com o cartesianismo e o estabelecimento de uma teoria da argumentação dedicada não às verdades universais, mas ao provável, Grácio (2010) propõe uma teoria geral da argumentação, que tem por objetivo situar a argumentação em uma perspectiva de interação.

Assim, pode se afirmar que, no Enem, há argumentação interativa porque no momento em que o avaliador recebe o texto para a avaliação, ele interage com a escrita, mesmo que de uma maneira mais passiva, visto que avaliador e o participante não estão face a face. Sendo assim, a interação se dá quando o argumento de um se encaixa com o argumento do outro e, se houver um assentimento do que está sendo dito, há um elo interativo. Desse modo, há uma argumentação interativa, que pressupõe a presença de um interlocutor.

É possível afirmar, ainda, que, no ato de correção do texto, quando o avaliador, ao analisar a redação, atribui uma nota que não seja no nível máximo, tanto na

competência de número dois quanto na competência de número três, ele está afirmando, por meio dessa nota, que a técnica utilizada para dar à argumentação maior credibilidade não teve a eficácia pretendida. Nesse momento também acontece argumentação interativa, uma vez que há uma relação entre quem escreveu e quem está lendo o texto, formando, assim, a interação entre escritor e leitor.

3.2.3 O Sistema Retórico na Redação do Enem

Aristóteles revitalizou a retórica ao incorporá-la em uma visão abrangente do mundo, em que ela desempenha um papel distinto, em contraste com a ênfase exclusiva dos sofistas. Além disso, ele desenvolveu a retórica em um sistema que foi ampliado por seus seguidores, mas sem alterações significativas. A seguir, é possível entender como esse sistema se organiza.

3.2.3.1 Etapas do processo argumentativo

Desde os gregos antigos, afirma-se que o discurso retórico comporta quatro componentes que organizam as etapas do processamento argumentativo. Para os gregos, o orador que tivesse o propósito de construir um discurso persuasivo deveria passar por essas quatro fases ou, pelo menos, buscar cumprir as tarefas que cada uma delas representa. Conforme Reboul (2004, p. 43), “a retórica é decomposta em quatro partes, que representam as quatro fases pelas quais passa quem compõe um discurso, ou pelas quais acredita-se que passe”. Por meio dessas partes, pode-se observar como se ordenam os argumentos, como se organiza o discurso retórico.

Nas palavras de Reboul (2004), as partes são a invenção, a disposição, a elocução e a ação, às quais os romanos acrescentaram mais uma, a memória. Desse modo, o orador, para construir um discurso, deve compreender o tema escolhido e reunir todos os possíveis argumentos que possam servir (invenção) no momento de argumentação; após, o orador deve colocar esses argumentos em ordem (disposição); em seguida, redigir o discurso da melhor maneira possível (elocução); por fim, precisa exercitar-se proferindo o discurso (ação).

Esses passos apresentados pela retórica constituem relevantes procedimentos para um trabalho consistente Reboul (2004). Além disso, o autor destaca que, “as quatro partes na realidade são as quatro tarefas que devem ser cumpridas pelo

orador. Se este deixar de cumprir alguma delas, seu discurso será vazio, ou desordenado, ou mal escrito, ou inaudível” (Reboul, 2004, p. 44). Sob esse viés, constata-se que essas partes mostram que qualquer orador, quando argumenta, precisa, primeiro de tudo, encontrar o que dizer; em seguida, organizar as ideias encontradas e, por último, realizar uma espécie de projeto de texto para escolher os pontos a serem explorados no discurso argumentativo. Para os gregos, esses eram os passos fundamentais para a construção de um discurso persuasivo.

Nesse sentido, tendo em vista a importância das partes do sistema retórico para a organização do discurso, é necessário entender como elas funcionam.

3.2.3.1.1 A invenção

A palavra invenção (*inventio*, em latim, e *heurésis*, em grego) origina-se do termo latino *inventio*, que se vincula ao verbo *invenire*: descobrir, achar, encontrar. Na retórica, é utilizada para se referir ao momento da busca das provas que sustentarão o discurso. A invenção consiste na “busca que empreende o orador de todos os argumentos e de outros meios de persuasão relativos ao tema de seu discurso” (Reboul, 2004, p. 44). Segundo Ferreira (2015), a invenção diz respeito à busca que o orador faz para agrupar o máximo de argumentos possíveis.

Na redação do Enem, avalia-se essa etapa na Competência 3, em que se observa a capacidade de o participante “Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista” segundo a Matriz de Referência para Redação do Enem. Para o exame, esse processo corresponde ao Projeto de texto, o qual, consoante a autora usada como referência pela Banca avaliadora na elaboração do material explicativo para os corretores da redação Abaurre (2012), consiste em um esquema geral da estrutura de um texto, no qual se estabelecem os principais pontos pelos quais deve passar a argumentação a ser desenvolvida. Nesse projeto também ficam previstos os momentos de introduzir argumentos e a melhor ordem para apresentá-los, a fim de garantir que o texto final seja articulado, claro e pertinente. Desse modo, esse um planejamento prévio à escrita da redação, que se mostra subjacente no texto final consiste na etapa da invenção.

É importante afirmar também que, nesse momento da invenção, o orador demonstra conhecimento acerca do assunto tratado, por isso consegue reunir todos os argumentos plausíveis para a interpretação do discurso, isto é, na invenção, o

orador reúne e organiza tudo o que vai dizer; nela, o orador se interroga sobre as impressões do auditório, procura identificar-se com ele, para que seja possível estabelecer acordos, encurtar distâncias por meio do assunto que irá desenvolver no discurso.

Além disso, a base central da invenção é a prova, uma vez que o auditório precisa acreditar naquilo que foi criado pelo orador. Assim, embora a invenção possa parecer invisível para o auditório social, ela é sensível para o analista, pois aparece na disposição, na elocução e na ação do discurso argumentativo. Estrategicamente, cabe ao orador desenvolver uma investigação prévia do auditório e, com base nas impressões obtidas, buscar os melhores meios persuasivos (Ferreira, 2015).

Também, é necessário entender que, conforme Reboul (2004), antes de o orador empreender um discurso, é preciso perguntar-se acerca do que o discurso deve versar, sobre o tipo de discurso e até mesmo o gênero que convém ao assunto. Dessa forma, a invenção fundamenta-se “na busca que empreende o orador de todos os argumentos e de outros meios de persuasão relativos ao tema de seu discurso” (Reboul, 2004, p. 43). Assim, entende-se que serão as formas como os argumentos são utilizados que possibilitarão as tentativas de persuadir.

Avalizando a questão, Mosca (2004), defende que a invenção é o meio pelo qual o orador reúne os argumentos, as provas e outros possíveis elementos que servem para persuadir e que são relativos ao tema do discurso. Devido a isso, diz-se que, para que o orador reúna o máximo possível de argumentos persuasivos, é de fundamental necessidade o conhecimento aprofundado do tema por parte do orador. Além disso, cabe a ele saber se o auditório também conhece o tema, se há opiniões previamente formadas sobre o assunto e se as opiniões são positivas, negativas.

3.2.3.1.2 A disposição

A segunda etapa do processo persuasivo denomina-se disposição (*dispositio*, em latim, e *taxis*, em grego). No latim, o termo *dispositio* refere-se à ordenação e, na retórica, aplica-se à ordenação dos argumentos levantados durante a etapa da invenção.

Na invenção, o orador junta as provas, já na disposição, ele as coloca no texto em ordem lógica ou psicológica de modo a atingir o objetivo de persuadir o auditório.

Para Reboul (2004, p. 44), “a disposição, em si, é um lugar, ou seja, um plano-tipo ao qual se recorre para construir o discurso”.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a disposição é uma das partes do sistema retórico, na qual se estuda como se ordenam os argumentos, ou seja, como se organizam os discursos. De acordo com Reboul (2004), a disposição trata de uma formulação de argumentos para se construir o discurso e refere-se à “ordenação desses argumentos, donde resultará a organização interna do discurso, seu plano” (Reboul, 2004, p. 43). Para Ferreira (2015), a disposição é uma parte do sistema retórico que hoje se denomina macroestrutura textual. Nessa ótica, compete ao orador construir a organização do discurso da maneira mais favorável possível às suas intenções persuasivas, retirando ou acrescentando informações encontradas na invenção. Por esse motivo, o discurso não pode ser aleatório, desconexo, mas sim harmonizado logicamente. Assim, entende-se que a disposição “é a etapa em que são organizados e distribuídos os argumentos de maneira racional e plausível no texto, em busca de uma solução para um problema em tela” (Ferreira, 2015, p. 110).

Desse modo, visto que a disposição diz respeito à maneira como o orador se utiliza de intenções persuasivas para organizar as diferentes partes do discurso argumentativo, segundo Ferreira (2015), essa etapa prevê a análise da organização interna do discurso, o auditório, o gênero escolhido, ou seja, os aspectos que norteiam a argumentação. Portanto, compreende-se que “a disposição, em si, é um lugar, ou seja, um plano-tipo ao qual se recorre para construir o discurso” (Reboul, 2004, p. 55). Assim sendo, pode-se afirmar que dessa etapa na redação nota 1000 do Enem se faz presente, visto que ela também pode ser relacionada ao projeto de texto esperado e avaliado pela Competência 3, ou seja, uma redação somente obterá a nota máxima 1000 se a disposição for tratada como etapa fundamental pelo orador na elaboração do texto persuasivo.

Desse modo, observa-se que o lugar de um argumento deverá ser determinado a partir de sua finalidade e do meio mais eficaz de alcançá-la. Perelman (1987), ao refletir sobre a força dos argumentos e sua relação com a ordem em que estão dispostos dentro do texto, enumera mais duas formas possíveis; “a ordem da força crescente (em que se começa pelo argumento mais fraco), a ordem da força decrescente (em que se inicia pelo argumento mais forte) e a ordem nestoriana.” (Perelman, 1987, p.151).

Ainda segundo Reboul (2004), existem três razões que justificam a necessidade dessa etapa na construção do processo argumentativo. Primeiramente, a disposição tem primeiramente uma função econômica: “permite nada omitir sem nada repartir” (Reboul, 2004, p.60); depois a disposição é em si mesma um argumento, pois “o orador faz o auditório encaminhar-se pelas vias e pelas etapas que escolheu, conduzindo-o assim para o objetivo que propôs” (Reboul, 2004, p.60) e, por último, “a disposição tem função heurística, por permitir interrogar-se metodicamente” (Reboul, 2004, p.60).

Assim, a primeira justificativa (função econômica) refere-se à coerência global do texto e aponta para que o orador possa concretizar, por meio do discurso, as suas intenções persuasivas. Segundo Ferreira (2015, p. 110), “a disposição é um lugar retórico, um plano do tipo em que se sustenta o discurso”. Já a segunda justificativa (a disposição é em si mesma um argumento) diz respeito ao fato de que a disposição forma e ordena o discurso, caracterizando-se, consoante Meyer (2007, p. 46), “o cerne do edifício retórico”. Por fim, a terceira justificativa (a disposição tem uma função heurística) remete ao ato de encontrar os argumentos para proceder à elocução e, consecutivamente, à ação do ato discursivo retórico.

3.2.3.1.3 A elocução

A terceira parte do processo argumentativo é a elocução, cuja função é reagir ao material organizado. É o momento em que se estrutura o texto para se proceder ao ato retórico-argumentativo. Nesse sentido, a elocução “não diz respeito à palavra oral, mas à redação escrita do discurso, ao estilo” (Reboul, 2004, p. 43).

Entende-se que, nos processos da invenção e da disposição, o orador já possua todos os argumentos necessários para tentar persuadir o auditório a que se destina. Desse modo, presume-se que, no momento da elocução, o orador esteja pronto para agir retoricamente.

Na elocução, todo o empenho se concentra no nível verbal. Logo, a relação entre invenção e disposição é indissociável. Conforme Reboul (2004), a elocução diz respeito à criação do discurso por parte do orador. Para o autor, a elocução é a parte destinada à expressão do sentido, isto é, tudo aquilo que o orador já criou e organizou é colocado em prática. Essa etapa constitui um dos principais momentos do orador, porque ele se centra na redação e na organização do material encontrado. Assim, a

elocução é a fase do momento retórico que está à mercê exclusivamente das artimanhas persuasivas empreendidas pelo orador.

Sobre a elocução, Ferreira (2015) defende que ela culmina o processo argumentativo, visto que revela a superfície textual que, como significação global do ato retórico, chega ao auditório social. Ainda, consoante o autor,

Em sentido técnico, a elocução é a redação do discurso retórico. Mais do que uma questão estilística, envolve o tratamento da língua em sentido amplo, abrange o plano da expressão e a relação forma e conteúdo: a correção, a clareza, a adequação, a concisão, a elegância, a vivacidade, o bom uso das figuras com valor de argumento. Como componente teórico operacional, mantém relação de sucessividade com a dispositio. Para o analista, é a única fonte de onde se extraem todos os elementos analíticos e depreendem-se as operações retóricas anteriores (Ferreira, 2015, p. 116).

Diante disso, observa-se que a elocução remete ao estilo do orador ou às escolhas realizadas para que o conteúdo possa ser adequado ao discurso argumentativo. Também se refere à “construção linguística que manifesta as virtudes e defeitos de energia retórica de construção textual” (Ferreira, 2015, p. 116). Para Reboul (2004), o estilo mais eficaz é aquele que se adapta ao assunto; o discurso precisa ser clareza, ou seja, é necessário adaptar o estilo ao auditório, já que o que é claro para um público poderá não o ser para outro. Por fim, o bom orador tem uma programação previamente definida e não improvisa, ao contrário, discursa de maneira clara, coerente e demonstra sabedoria pelo discurso.

3.2.3.1.4 A ação

A quarta parte é a ação (actio, em latim, e hypocrisis, em grego), ou seja, “a proferição efetiva do discurso, com tudo o que ele pode implicar em termos de efeitos de voz, mímicas e gestos”. (Reboul, 2004, p. 44). Ela tem como finalidade a captação da atenção do auditório e a sua persuasão, visto que é por meio dela que o discurso atinge o público. Seu objetivo é executar o discurso.

Também é necessário apontar que, nessa etapa, é importante a consideração da presença de um auditório, já que este é o princípio básico da adequação, cuja finalidade maior é ganhar a adesão desse auditório por meio da persuasão. Desse modo, tem-se que:

Ação, que em grego é *hypocrisis*, no início, antes de adquirir sentido pejorativo, significava a interpretação do adivinho, depois a interpretação do ator, a ação teatral. Assim como o hipócrita, o autor finge sentimentos que não tem, mas sabe disso, e seu público também. Assim também o orador: pode exprimir o que não sente, e sabe disso; mas não pode informar seu público, ou destruiria seu discurso. O autor que finge bem é um artista; o orador que finge bem seria um mentiroso...o fato é que o orador sincero não pode deixar de 'representar' segundo regras semelhantes às do autor. Se renunciasse a isso, se abandonasse a *hypocrisis*, trairia sua mensagem (Reboul, 2004, p. 67).

Assim, a ação tem como finalidade a captação da atenção do auditório e sua persuasão, uma vez que é por meio dela que o discurso atinge o público. Daí advém seu caráter essencial.

Além disso, conforme Ferreira (2015), a ação tem como principal finalidade a captação da atenção do auditório social a fim de que o orador possa persuadi-lo. O autor ainda reforça que a ação se relaciona com os efeitos pragmáticos, pois engloba elementos interacionais, semânticos, entre outros, que colaboram com a eficácia do ato discursivo retórico. Logo, a ação “é uma forma particular de interação: orador e auditório estão plenamente envolvidos no processo de transmissão e recepção do discurso num contexto enunciativo-pragmático-interacional” (Ferreira, 2015, p. 138-139).

3.2.3.1.4 A memória

À ação acrescenta-se ainda uma quinta etapa pela qual um discurso passa para ser construído – a memória. Segundo Mosca (2004), a memória (*mnéme*) é a retenção do material a ser transmitido, considerando-se, sobretudo, o discurso oral, em que um orador transmite a mensagem a um auditório específico e conhecido. Alguns elementos são imprescindíveis para a retenção, a exemplo de: a estrutura do discurso, o encadeamento lógico das partes, a eufonia de suas frases.

Além disso, a memória permite uma melhor recepção do discurso, mas isso não suprime a improvisação e a capacidade de adaptação às possíveis refutações. Assim, ela permite não somente reter o material persuasivo, mas também a improvisação.

De acordo com Reboul (2004), os discursos, na tradição dos antigos, parece que seriam aprendidos de cor, razão por que a importância da memória. “Donde a importância da memória (*mnémé*), que para certos autores latinos constituía a quinta

parte da retórica: a arte de memorizar o discurso” (Reboul, 2004, p. 68). Os oradores da antiguidade tinham de pronunciar com frequência longos discursos sem o auxílio de notas escritas. Isso levou a darem grande atenção à memorização.

Além disso, segundo Reboul (2004), existem três observações essenciais para o processo da memória como uma etapa do discurso argumentativo. Primeiro, a memória depende do estado físico do orador, porque é preciso estar com boa saúde; segundo, o discurso precisa estar disposto estruturalmente de uma maneira que seja fácil memorizá-lo; terceiro, o orador precisa dominar o discurso para que seja possível realizar ajustes necessários ou até mesmo proceder a improvisações. A memória é, portanto, um fato essencial para a criatividade do orador.

Em síntese, após o estudo sobre as etapas do processo argumentativo, afirma-se que um orador precisa passar por essas quatro tarefas e mais a memória para compor seu processo. Quanto mais atenção ele der para cada uma delas, mais chance de sucesso ele terá. No caso da redação do Enem, o sucesso pode ser representado justamente pela nota 1000 atribuída pela Banca.

A seguir, a subseção se dedica às partes que compõem o discurso.

3.2.3.2 As partes do discurso

Consoante Reboul (2004), as partes que constroem o discurso retórico são: exórdio, narração, confirmação e peroração. Todas elas fazem parte da etapa da disposição, uma etapa do sistema retórico. Resumidamente, a primeira parte caracteriza-se como a inicial e/ou introdutória do discurso; a segunda remete à exposição dos fatos; a terceira engloba o conjunto de provas, seguido por uma refutação, isto é, uma destruição dos argumentos adversários; e a quarta é entendida como o fim do discurso, ou seja, na conclusão.

Cada uma delas tem uma função específica, conforme Reboul (2004), e, graças a elas, o orador encaminha auditório pelas etapas que escolheu, conduzindo-o, assim, para o objetivo que propôs. Desse modo, o discurso do orador perfaz o caminho do exórdio, da narração, da confirmação e da peroração para construção do seu discurso. No caso da redação do Enem, essas partes correspondem à introdução, ao desenvolvimento e à conclusão, respectivamente.

Assim, dada a importância dessas etapas, a seguir serão analisadas cada uma delas a fim de buscar uma compreensão mais clara acerca desse assunto.

3.2.3.2.1 O exórdio

O exórdio (*prooimion*), a primeira parte do discurso, refere-se à introdução de um discurso retórico. Ele será sempre adaptado às circunstâncias do discurso, ao orador e ao auditório, assim como ao assunto tratado e aos eventuais adversários. Sua função consiste em obter a adesão do auditório, criando nele uma possível disposição para aceitar a proposta apresentada. No exórdio, o orador apresenta o assunto, faz a repartição e a divisão, e anuncia o plano de sua exposição (Fiorin, 2020).

O exórdio é o momento em que o orador estabelece uma conexão com seu público, seja por meio de um conselho, elogio, crítica ou censura, dependendo do tipo de discurso escolhido. Dessa forma, o exórdio serve como a introdução de um ato retórico, conforme Ferreira (2015).

Segundo Reboul (2004, p. 55), o " exórdio é a parte que inicia o discurso, e sua função é essencialmente fática: tornar o discurso dócil, atento e benevolente ". Nesse ponto, o orador se apresenta e busca alcançar esses três objetivos: parecer acessível, atento e benevolente. Sobre isso, Ferreira (2015, p. 112) afirma que

[...] o discurso retórico, não basta que o orador se prepare. O auditório é o foco central e isso nos remete ao pathos, pois não há comunicação sem comunhão e nem comunhão sem identificação, sem que sejam suscitadas as paixões e sentimentos do público. Assim, é comum que, no exórdio, o orador já procure estabelecer contato por meio da exortação, do reconhecimento, do receio, da piedade, da frustração, do descaso, da briga explícita contra um adversário declarado, da condição social, da moral, das dificuldades partilhadas, do orgulho, das realizações positivas ou negativas, das vilanias sociais, do justo e do injusto, do belo e do feio, enfim, de uma série de artifícios discursivos iniciais que conduzam a alegria, tristeza, saudade, amor, ódio, ira, cólera, amizade, ciúme... Enfim, às paixões do auditório. (Ferreira, 2015, p. 112)

Dessa maneira, a partir do exórdio, o orador visa a chamar a atenção do auditório para aquilo que será proferido e buscará, a todo momento, confirmar as suas boas qualidades enquanto orador e ajustar determinadas posturas que podem prejudicar o ato discursivo retórico. Assim, conforme Aristóteles (2005, p. 254), quando o exórdio se destina ao auditório, seu objetivo é conseguir dele "sua benevolência ou provocar sua cólera, algumas vezes atrair sua atenção ou, ao contrário, fazê-lo distrair-se. O fato é que nem sempre é conveniente tornar o ouvinte atento, o que leva, inclusive, muitos oradores a buscar incitá-lo ao riso".

Nesse sentido, é por intermédio do exórdio que o orador atuará na disposição do auditório, projetando diferentes *ethé* de si mesmo. Por isso, o exórdio é uma parte imprescindível do discurso e não pode ser preterido pelo analista retórico, pois é o meio pelo qual são introduzidos o discurso e as possíveis informações sobre aquilo que o orador abordará durante toda a argumentação. Desse modo, essa é uma parte importante, visto que prende a atenção do auditório e cria uma disposição favorável à persuasão.

3.2.3.2.2 A narração

A segunda parte do discurso é a narração que, segundo Ferreira (2015), remete à maneira pela qual o orador apresenta os fatos, isso, por si só, já caracteriza um argumento. Sendo assim, a narração é a exposição dos fatos referentes à causa. Ela indica o caminho que o orador seguirá e marca a escolha de um ponto de vista que será defendido nas demais partes do discurso argumentativo.

Sobre a narração, Reboul (2004, p. 56) defende que ela é uma exposição dos fatos referentes à causa, “exposição aparentemente objetiva, mas sempre orientada segundo as necessidades da acusação ou da defesa. O fato é que, se não for objetiva, deverá parecer. E é na narração que o *logos* supera o *etos* e o *patos*”. Desse modo, entende-se que é por meio da narração que o orador lança mão dos argumentos para tentar persuadir o seu auditório. O *logos*, isto é, a argumentação propriamente dita, aparece e, constituído de recursos persuasivos, busca conquistar a adesão daqueles que ouvem o discurso argumentativo, o auditório.

Acerca disso, Reboul (2004) ressalta que existem três qualidades específicas para que o discurso do orador seja eficaz, isto é, persuade o auditório: clareza, brevidade e credibilidade. A primeira diz respeito à clareza no discurso do orador, pois se acredita que o orador deve utilizar recursos que visem a persuadir, deve organizar o discurso de forma coerente e deve organizar um tempo cronologicamente adequado.

A segunda característica refere-se à brevidade do discurso, visto ser ela uma peça fundamental no jogo discursivo do orador. Este, por sua vez, necessita eliminar tudo aquilo que seja inútil em seu discurso e, caso necessite, deve excluir todas as possíveis circunstâncias que não colaboram para o desenvolvimento do discurso em cena.

Por fim, a terceira e última característica é a credibilidade do discurso, haja vista a importância de o orador deixar transparecer para o auditório a ideia de que ele é acreditável. Para isso, deverá enunciar os fatos com as respectivas causas e mostrar que os atos estão associados ao caráter de quem os pratica. As provas, os fatos e as causas são postos pelo orador na parte da narração.

3.2.3.2.3 A confirmação

A terceira parte do discurso é a confirmação, considerada a mais longa, “um conjunto de provas, seguido por uma refutação (confutatio), que destrói os argumentos adversários” (Reboul, 2004, p. 57). Desse modo, a confirmação nem sempre está separada da narração e centra-se em mostrar as provas contra o discurso do oponente. Consoante a essa ideia, Ferreira (2015) ratifica que a confirmação é a parte mais densa do discurso e, por meio das provas, defendem-se os próprios pontos de vista e refutam-se os contrários. Assim, a credibilidade do argumento associa-se à capacidade do orador de comprovar as afirmativas enunciadas.

Além disso, no discurso retórico, as provas são elementos determinantes para a ordem do processo, por isso a confirmação caracteriza-se por ser “o ponto forte de sedimento do logos. Ao orador compete ordenar os argumentos em forte ou fracos e ao analista, verificar como se dá a apresentação dos argumentos e como contribuem para a persuasão” (Ferreira, 2015, p. 114). A apresentação e a sustentação do tema para o assentimento da tese acontecem por meio da confirmação.

3.2.3.2.4 A peroração

A quarta parte do discurso retórico é a peroração, que remete à parte final. Nesse sentido, é na peroração que o orador resume os pontos mais importantes proferidos nas partes anteriores. Para Reboul (2004), a peroração pode ser considerada como o momento em que a afetividade se une à argumentação, o que constitui a alma da retórica. Em virtude disso, “a peroração é o que se põe no fim do discurso. Aliás, pode ser bastante longa e dividir-se em várias partes” (Reboul, 2004, p. 59).

Aristóteles (2005, p. 270) postula que a peroração, ou epílogo, é composta de quatro partes: predisposição do orador, ampliação da ideia defendida, apelo às

paixões e recapitulação. A primeira “consiste em predispor o auditório a nosso favor e contra nosso opositor”; a segunda “cumpre a função de amplificar ou atenuar o que foi dito”; a terceira tem a “função de estimular as paixões do auditório”; e “finalmente, a quarta consiste em fazer uma recapitulação”.

Para o filósofo, é na peroração que o orador deve se apresentar como uma pessoa de bem, de virtudes e apresentar o opositor como alguém perverso. Nesse sentido, o orador louva a si mesmo e passa a censurar o adversário diante do auditório.

Para finalizar o discurso retórico, como ensina Aristóteles (2005), o orador, por via de consequência, deverá recapitular tudo aquilo que já foi dito, mas agora retomando de forma resumida, para não se correr o risco de o discurso formar novos argumentos. Trata-se apenas de o orador ampliar o que foi dito no discurso em que se propôs envolver o auditório, despertando paixões, sentimentalismos.

Dessa maneira, pode-se “realizar corretamente aquilo que alguns equivocadamente recomendam que seja feito no exórdio, ou seja, para que os pontos do discurso sejam facilmente compreendidos, repeti-los frequentemente” (Aristóteles, 2005, p. 271). Assim, o filósofo grego mostra que a repetição corroborará a compreensão do discurso retórico, já que ela contribui com a ênfase dada a um determinado conteúdo ou parte do discurso para que os ouvintes possam frisá-lo ou até mesmo memorizá-lo. Portanto, na peroração ou “[...] no epílogo, será necessário recapitular sinteticamente os argumentos que serviram para a demonstração” (Aristóteles, 2005, p. 271).

3.2.4 Coerência e coesão: uma breve análise

Visto que o Enem espera que o repertório sociocultural mobilizado pelo participante seja pertinente e tenha uso produtivo, pode-se afirmar que a coerência é de fundamental importância na redação, uma vez que a textualidade – conjunto de características que fazem uma sequência linguística ser considerada um texto - é fundamentada pela coerência. Desse modo, a forma como as estratégias argumentativas é mobilizada pelo autor, conferindo sentido ao texto, assume fundamental importância para a redação.

A coerência se constitui como uma condição indispensável para que um enunciado passe a ser considerado como texto. Nesse sentido, para estabelecer a definição exata, Koch (2002) defende:

A coerência está diretamente ligada à possibilidade de estabelecer um sentido para o texto, ou seja, ela é o que faz com que o texto faça sentido para os usuários, devendo, portanto, se entendida como um princípio de interpretabilidade, ligada à inteligibilidade do texto numa situação de comunicação e à capacidade que o receptor tem para calcular o sentido deste texto. (Koch, 2002, p. 21)

Assim, por possuir esse caráter que faz com que o texto seja compreendido pelos leitores, a coerência se estabelece através de um sentido composto por um todo. Com base nessa constituição de sentido da coerência, Marcuschi (2008, p.121) afirma que “a coerência é, sobretudo, uma relação de sentido que se manifesta entre os enunciados”, visto que sua composição de sentido está intrinsecamente relacionada a questões de situacionalidade que envolvem a interação comunicativa.

O sentido global da coerência pode ser instituído de distintas maneiras, como pelo ponto de vista do leitor (caso tratado como sujeito histórico e social), pela relação “na sequência de dois enunciados, na qual um é interpretado em função de outro” (Marcuschi, 2008, p.121), ou também por qualquer outra forma em que se possa constituir sentido inteligível no enunciado textual. Assim, consoante Koch e Travaglia (2001, p.21) “para haver coerência é preciso que haja possibilidade de estabelecer no texto alguma forma de unidade ou relação entre seus elementos”, sendo essas relações existentes não apenas no campo semântico, mas também âmbito pragmático.

A importância da coerência para um texto também é defendida pela Cartilha do Participante do Enem (2020), a qual explica aos inscritos no exame os critérios que caracterizam um texto dissertativo-argumentativo como satisfatório, conforme as competências que são avaliadas na redação do participante. Sobre a coerência, a Cartilha diz:

A coerência se estabelece por meio das ideias apresentadas no texto e dos conhecimentos dos interlocutores, garantindo a construção do sentido de acordo com as expectativas do leitor. Está, pois, ligada ao entendimento e à possibilidade de interpretação dos sentidos do texto. O leitor poderá compreender esse texto, refletir a respeito das ideias nele contidas e, em resposta, reagir de maneiras diversas: aceitar, recusar, questionar e até mesmo mudar seu comportamento em face das ideias do autor, compartilhando ou não da sua opinião. (Brasil, 2020, p. 23)

Nesse sentido, pode-se perceber a coerência como um princípio de interpretabilidade ligado a uma situação de comunicação e à capacidade de o leitor interpretar o sentido do texto. Para isso, é necessário que haja uma relação harmoniosa entre a unidade e seus elementos.

Este critério, a coerência, foi muito observado no uso das estratégias argumentativas na redação que será analisada neste trabalho, pois a Competência III da Matriz de Referência para Redação do Enem avalia a forma como o autor, em seu texto, “seleciona, relaciona, organiza e interpreta informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa do ponto de vista escolhido” (Brasil, 2020, p.20). Desse modo, ele precisa elaborar uma redação que apresente, claramente, uma ideia a ser defendida e os argumentos que justifiquem a posição assumida por ele em relação à temática da proposta de redação. Nesse sentido, segundo Brasil (2020), a Competência III trata da inteligibilidade do texto, da coerência e plausibilidade entre as ideias apresentadas, o que está alicerçado em um planejamento prévio à escrita, definido como projeto de texto.

Além da coerência, a coesão é fundamental para a construção de sentido do processo argumentativo. Para Koch (1999, p. 35), a coesão é o “modo como os elementos linguísticos presentes na superfície textual se encontram interligados, por meio de recursos também linguísticos, formando sequências veiculadoras de sentido”. Nesse sentido, a coesão refere-se aos mecanismos linguísticos que estabelecem conexões entre as partes de um texto, garantindo a sua continuidade e unidade. Esses mecanismos incluem o uso de pronomes, conjunções, advérbios, sinônimos, entre outros recursos, que funcionam como elos para evitar rupturas na progressão textual.

Além disso, a coesão vai além de uma simples relação entre palavras ou frases; ela também envolve a organização do sentido do texto, isto é, a coesão contribui para que o leitor ou ouvinte possa acompanhar o fluxo lógico das ideias e compreender a mensagem de forma clara e estruturada. Isso acontece por meio de relações de referência, substituição, elipse, conexão e reiteração, que ajudam a dar continuidade às informações e permitem que o texto funcione como um todo integrado. Assim, um texto coeso não apenas conecta frases e parágrafos, mas também cria uma rede de relações semânticas que orienta o leitor na interpretação do discurso. Nesse sentido, a coesão atua na superfície textual, isto é, ela se manifesta por meio de marcas linguísticas que ajudam a chegar à compreensão profunda do texto:

[...] por coesão se entende a ligação, a relação, os nexos que se estabelecem entre os elementos que constituem a superfície textual. Ao contrário da coerência, que é subjacente, a coesão é explicitamente revelada através de marcas linguísticas, índices formais na estrutura da sequência linguística e superficial do texto, o que lhe dá um caráter linear, uma vez que se manifesta na organização sequencial do texto (Koch e Travaglia, 2013, p. 47).

Além disso, há nesse grupo de elementos coesivos, os chamados operadores argumentativos, que, conforme Koch e Elias (2016, p. 76), são elementos que fazem parte do repertório linguístico e “são responsáveis pelo encadeamento dos enunciados, estruturando o texto e determinando a orientação argumentativa”. Nesse sentido, esses elementos linguísticos se encontram entre os principais componentes da articulação do texto dissertativo-argumentativo, tal como prevê a Matriz de Referência para Redação do Enem, na Competência IV, a qual avalia a presença de elementos coesivos variados, sem inadequações: “demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação”.

Assim, a coerência e a coesão são responsáveis pela construção do sentido de um texto e de uma de suas características essenciais: a textualidade. Já os operadores argumentativos contribuem para evidenciar as estratégias argumentativas bem como para cooperar na coesão do texto, por meio da relação entre as diferentes ideias apresentadas.

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho segue uma linha qualitativa, pelo fato de as ações adotadas neste trabalho se desenvolverem em processo que analisa os dados de forma interpretativa e não se preocuparem com representatividade numérica, e, sim, com o aprofundamento da compreensão de uma organização. Isso vai ao encontro do que defenderam Silveira e Córdova (2009),

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens. (Silveira e Córdova, 2009, p. 31)

Seguindo o pensamento das autoras, o propósito dessa abordagem qualitativa é, desse modo, interpretar, compreender e explicar processos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Além disso, a linha qualitativa, consoante Oliveira (2011), analisa os dados, buscando seu significado. Para isso, ela toma como base a percepção do seu fenômeno no contexto em que se insere. Ainda, segundo o autor, a utilização da descrição qualitativa tem o intuito de observar não apenas a aparência do fenômeno como também suas essências, objetivando explicar sua origem, suas relações e mudanças, tentando incluir as consequências.

Também não se pode deixar de destacar que, conforme Flick (2009, p.20), “A pesquisa qualitativa é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido a pluralização das esferas de vida”. Dessa forma, pode-se afirmar que há uma pluralidade de relação social neste estudo, uma vez que esta pesquisa é desenvolvida a partir da análise de redações produzidas por participantes do Enem - cuja diversidade social é conhecida - para a leitura de integrantes da Banca avaliadora, que, embora devam atender aos critérios expostos pela Banca para se tornarem avaliadores das redações do Enem, também podem ser caracterizados como dotados de diversidade social.

Por conseguinte, é fundamental afirmar que os aspectos fundamentais do trabalho qualitativo consistem na escolha adequada de métodos e teorias convenientes. Também envolvem o reconhecimento e a análise de diferentes perspectivas, as reflexões dos pesquisadores acerca das pesquisas como parte do

processo de produção de conhecimento e, por fim, consistem na variedade de abordagens e métodos, segundo Flick (2009).

Além disso, conforme explica Massmann (2017, p.95), “tão importante quanto a explanação do quadro teórico é a apresentação do corpus e dos pressupostos teóricos metodológicos da pesquisa”. Nessa perspectiva, os pressupostos metodológicos, assim considerados como ferramenta para o tratamento e a análise do corpus (*Idem, ibidem*), abrangem a leitura desse *corpus* e a análise.

Selecionado o *corpus*, deu-se início à primeira etapa do tratamento do *corpus*, a qual compreende a leitura dos textos, obtidos por meio da Cartilha de Redação 4.0 de Lucas Felpi, participante do Enem em 2018, que conquistou a nota máxima na redação e, desde então, após a divulgação das notas e dos espelhos –versão digitalizada do texto escrito à mão - pelo Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa (INEP), reúne redações nota 1000 do Enem, que são publicadas nessa cartilha, na internet, com a devida autorização dos autores dos textos.

É necessário esclarecer que o universo da redação nota 1000 do Enem contempla a Matriz de Referência para Redação do Enem, que apresenta um guia de avaliação das redações dos participantes, estabelecido com base em cinco competências analisadas para a avaliação dos textos produzidos pelos participantes. A primeira Competência da Matriz avalia o domínio que os participantes desse exame apresentam em seus textos quanto à modalidade escrita formal da Língua Portuguesa. Essa avaliação é pautada pelo que dispõe a norma padrão e considera que o domínio dessa norma está estratificado em níveis que contemplam aspectos de ordem léxico-gramatical e de construção adequada de períodos e frases, garantindo a fluidez da leitura.

A Competência II da Matriz de Referência para Redação do Enem trata dos elementos essenciais da produção textual, ou seja, o tema e o tipo de texto. Ela avalia como o participante se apropria da Proposta de Redação — aplicando conceitos de várias Áreas de Conhecimento para desenvolver o tema de forma plena e consistente —, bem como do texto dissertativo-argumentativo, demonstrando conhecimento sobre os limites estruturais da tipologia textual em prosa.

Desse modo, nesta competência, avaliam-se três pontos principais: a compreensão da proposta de redação; a aplicação de conceitos e argumentos socioculturais - podem ser alusão histórica, citação de autoridade na área, fato social, dados estatísticos, filme, livro, reportagens, entre outros -, que embasem a

apresentação do tema, a defesa da tese, o tema, que sejam produtivos e que possam desenvolver a argumentação com pertinência; e a estrutura do texto dissertativo-argumentativo que apresenta introdução, desenvolvimento e conclusão.

A Competência III da Matriz de Referência para Redação do Enem avalia a capacidade do participante de “selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista”. Esse descritor estabelece que a Competência avalia a construção de sentido do texto, reconstruindo o caminho percorrido e os recursos mobilizados pelo participante na argumentação. Espera-se, portanto, que, nessa etapa de escolaridade, o participante seja capaz de selecionar os argumentos mais adequados e organizá-los de forma clara e estratégica a partir de um projeto que subjaz ao texto, ao mesmo tempo em que relaciona e interpreta as informações para o desenvolvimento de uma efetiva defesa do ponto de vista.

De acordo com a Matriz de Referência para Redação do Enem, a Competência IV se destina a avaliar a capacidade de o participante demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação. Isso significa que, nesta Competência, é analisado como o participante se vale dos recursos coesivos para articular os enunciados de seu texto.

E, por fim, a prova de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) diferencia-se das provas de produção de texto dissertativo-argumentativo de outros exames, porque exige a elaboração de uma proposta de intervenção para o problema apresentado pelo tema, considerando os direitos humanos. Essa proposição vai ao encontro do que promulgam a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) no que tange aos seguintes objetivos da formação do estudante: o pleno desenvolvimento do educando e seu preparo para o exercício da cidadania (BRASIL, 1988; 1996).

Na prova de redação, essa exigência é avaliada na Competência V, a qual, segundo a Matriz de Referência para Redação do Enem, determina que o participante deve “Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos” (Brasil, 2019, p. 8). Assim, verifica-se, na Competência V, se o participante demonstra ter construído, ao longo de sua formação, conhecimentos para propor, em seu texto, uma intervenção para um problema de ordem social, científica, cultural ou política, sem ferir os direitos humanos.

Essas competências, conforme o Documento Básico 2000, baseiam-se nos documentos de apoio para a formulação do ENEM e contemplam a questão do exercício da cidadania, como se observa na introdução do Documento Básico.

O ENEM será realizado anualmente, com o objetivo fundamental de avaliar o desempenho do aluno ao término da escolaridade básica, para aferir o desenvolvimento de competências fundamentais ao exercício pleno da cidadania. As tendências internacionais, [...], acentuam a importância da formação geral na educação básica, não só para a continuidade da vida acadêmica como, também, para uma atuação autônoma do sujeito na vida social. (INEP, 2002, p.1).

Nessa perspectiva, destaca-se que cada uma das cinco competências, contempladoras do exercício da cidadania, tem seu objetivo de avaliação, assim totalizando a nota máxima que é mil. No entanto, este estudo focará especialmente nas competências de números 2 e 3, no uso do repertório sociocultural pertinente e produtivo, considerado pela competência 2, e nas estratégias argumentativas usadas para fundamentar os argumentos no desenvolvimento da redação, avaliadas pela competência 3.

Acerca da competência 2, este estudo considera, então, a aplicação de conceitos e argumentos de várias áreas de conhecimento que podem ser utilizados como suporte para os argumentos selecionados em defesa da tese apresentada pelos participantes na redação. O repertório sociocultural, para o Enem, é o conhecimento que o participante tem sobre vários assuntos, tais como filosofia, sociologia, história, política, economia, saúde, dentre outros.

Para isso, são consideradas e avaliadas as habilidades de leitura e escrita dos candidatos. Tais habilidades têm um papel muito importante na escrita da redação (BRASIL, 2021), já que é a partir de uma vivência de leitura que os participantes do exame se tornam capazes de produzir uma redação com argumentos que sustentam a tese apresentada, trazendo consigo informações que envolvem outras áreas de conhecimento.

Sobre a competência 3, este trabalho observa especificadamente a seleção das informações, dos fatos, das opiniões e dos argumentos que sustentam a tese apresentada na redação. A competência considera o desenvolvimento dos argumentos, pois é por meio disso que a tese dos participantes é explicitada e defendida com coerência. Tais argumentos devem fazer sentido, pois nessa

competência o participante do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) demonstra habilidade de realizar uma produção textual coerente quanto à argumentação.

O passo seguinte consistiu em criar um sistema de identificação dos textos que compõem o *corpus*. O universo desta pesquisa (universo) constitui-se de 18 redações nota 1000 produzidas no Enem 2021, ano em que somente 22 participantes atingiram a nota máxima na redação. Entre essas redações, selecionaram-se 02 textos para constituir o corpus desta pesquisa.

A terceira etapa consistiu no tratamento do material linguístico, a partir da construção de um mecanismo – uma tabela de identificação desse material - que auxiliou no reconhecimento dos elementos linguísticos mobilizados para a produção do texto argumentativo. Na etapa seguinte, foi proposta a análise que destacou os principais fenômenos identificados nos textos selecionados.

As etapas propostas são consolidadas com a análise, em que se investiga a organização argumentativa do conjunto de redações que compõem o *corpus* da pesquisa especialmente a partir do referencial teórico de Aristóteles (2005), Reboul (2004), Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), dando, assim, sentido à pesquisa.

4.1 Análises dos textos selecionados

4.1.1 A proposta de redação de 2021

Em 2021, o Enem apresentou ao participante como proposta de redação a seguinte frase-tema: “Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil”. Desse modo, o tema do Enem regular 2021 traz a proposta de associação entre os termos-chave expostos na frase temática: “invisibilidade”, “registro civil”, “acesso à cidadania”.

Como em todas as edições anteriores do exame, foram dadas instruções para orientar o candidato a redigir um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema, apresentando uma proposta de intervenção para o problema abordado que respeitasse os direitos humanos. Para o embasamento da discussão, a proposta apresentou uma coletânea com 4 textos motivadores de diferentes fontes e gêneros discursivos, cuja interpretação visa auxiliar o participante a situar-se em relação aos conceitos-chave da frase-tema.

O Texto 1 constitui um fragmento de uma tese de doutorado cuja autora descreve uma cena flagrada por ela no Rio de Janeiro, vista no seu estudo de campo: idas e vindas de pessoas pobres e marginalizadas para a obtenção da certidão de nascimento na Vara da Infância e Juventude, localizada na Praça Onze, parte do centro histórico da cidade. Nesse texto 1, aparece o conceito de invisibilidade social e sua relação com o registro civil.

O Texto 2, por sua vez, apresentou um fragmento de uma matéria jornalística, a qual situou o candidato quanto à gratuidade do registro, garantido pela Lei nº 9.534/97, e ofereceu um infográfico com o número de pessoas sem registro em cada região brasileira, destacando-se a região sudeste com 1,15 milhão. Com isso, o texto 2 garantiu o dimensionamento e a problematização da questão proposta.

Já o Texto 3 possibilitou a compreensão da importância da certidão de nascimento como documento inicial na vida do cidadão, ao indicá-la como um instrumento que garante uma série de outros direitos civis ao cidadão, como é o caso dos direitos educacionais, políticos, trabalhistas e outros benefícios sociais.

Tais informações apresentadas pela coletânea encontram sua síntese no Texto 4, cartaz de uma campanha dos defensores públicos na defesa pelo direito à documentação pessoal dos indivíduos invisibilizados. Assim, este último texto articula-se ao Texto 1, que aludiu à Vara da Infância e Juventude, e situa-se como uma possível sugestão à criação de medidas de solução ao problema.

4.1.2 O percurso para a análise das redações

Em um primeiro momento, antes de apresentar as análises dos textos selecionados, é importante reforçar o percurso analítico percorrido para esta etapa do estudo. Nesse sentido, com base no sistema retórico e na argumentação, constatados para serem componentes do gênero “redação do Enem”, pode-se asseverar que os textos analisados neste trabalho se organizam no sistema retórico, sistematizado por Aristóteles. Essa afirmativa se justifica pelo fato de que as redações apresentam as partes do discurso, as quais são componentes essenciais para a construção de um discurso eficaz, consoante Aristóteles (2005).

Com alicerce nesse sistema, pode-se identificar nas redações o exórdio (a chamada Introdução), cujo objetivo é estabelecer uma conexão com o auditório de

maneira favorável e prepará-lo para o tema que será apresentado e para a tese que será defendida. Também se observa a presença da Narração e da Confirmação (desenvolvimento do texto), em que, primeiramente o orador apresenta os fatos ou o contexto do assunto em discussão de modo claro e conciso, fornecendo as informações necessárias para que o auditório compreenda o argumento a ser desenvolvido; a segunda é a parte das provas, em que o orador apresenta seus argumentos e suas evidências para apoiar sua tese. Aristóteles (2005) destaca a importância do *éthos*, do *páthos* e do *lógos* nesta seção, em que orador deve estruturar seus argumentos de maneira lógica e persuasiva, utilizando, para isso, estratégias argumentativas como exemplos, testemunhos e raciocínios sólidos.

Por fim, vê-se a Peroração (Conclusão), parte em que o orador recapitula os pontos principais do discurso. Esta seção serve para reforçar a persuasão, resumindo os argumentos e deixando uma impressão duradoura no auditório. No Enem, essa é a parte do texto em que comumente é colocada a proposta de intervenção para o problema desenvolvido na redação, intervenção essa solicitada como obrigatória pela prova e avaliada pela Competência 5 da grade de avaliação da redação do Enem.

Desse modo, o orador primeiro expõe o tema e a sua tese sobre o assunto, depois emprega argumentos e constrói propostas de intervenção que intentam convencer o auditório a quem ele se direciona – eis aqui a argumentação interativa defendida neste estudo – e, por fim, reforça o que defendeu além de propor intervenção. Nesse caso, o auditório é constituído pelos dois primeiros avaliadores da redação, integrantes da Banca examinadora do concurso, e, quando necessário, em caso de disparidade nas notas, por outros avaliadores que são mobilizados para auxiliar na resolução dessa disparidade.

Com relação à argumentação, a abordagem deste estudo concebe a argumentação retórica, que, conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), focaliza o processo e as técnicas de persuasão a fim de se chegar a um acordo com o auditório, e a argumentação interacional, que, consoante Grácio (2016), volta-se para as trocas ocorridas em interações especificamente argumentativas.

Além disso, é cabível lembrar que, para que haja possibilidade de persuasão, é preciso que, de acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), a fundamentação atinja o que o outro, no caso o auditório, considera real ou preferível, com o que esse outro se compromete (em maior ou menor grau). Nesse sentido, a força de influência do argumento vem, em partes, dos acordos entre os participantes da interação. Assim,

quanto aos tipos de acordo e às técnicas argumentativas presentes nas redações, observa-se que, conforme o tipo de acordo, há uma tendência para a escolha do argumento. Dessa maneira, o autor, para manter uma relação interacional com o seu auditório (no caso do Enem, com os avaliadores do texto), faz escolhas que revelam a defesa de pontos de vista. Para isso, ele recorre ao tipo de acordo que melhor possibilite essa interação e, conseqüentemente, recorre às técnicas argumentativas que fundamentem as escolhas realizadas por ele.

A partir disso, em termos metodológicos, as análises iniciam com a interpretação da redação, com a apresentação do assunto de que ela trata, conforme o escrevente disse. Em seguida, são evidenciados os elementos de que o orador precisou para contextualizar o tema (elementos temáticos), os parágrafos e sua organização interna, com tópico frasal, argumentos secundários, estratégias argumentativas. Observam-se também a quantidade de períodos e o uso de elementos coesivos.

Em seguida, observa-se o uso das partes do sistema-retórico e a circulação das estratégias argumentativas. Nessa circulação, localiza-se em cada parágrafo quais foram as estratégias que foram usadas em relação ao argumento e os operadores argumentativos que ajudam nas estratégias. Nessa etapa, também se analisa a interação entre as estratégias argumentativas com o propósito de avaliar a coerência no uso delas.

4.1.3 Análise das redações

Uma vez que o objetivo maior deste trabalho é observar como ocorre o uso das técnicas argumentativas apresentadas com vistas a tornar o argumento a elas conectado convincente e persuasivo, analisam-se a seguir 02 redações produzidas pelos participantes no Enem 2021, 1ª aplicação, cuja nota atribuída pelos avaliadores foi a máxima, 1000. Os textos foram escritos a partir da instrução da prova de redação do exame, que solicitou aos participantes a escrita de um texto dissertativo-argumentativo de, no mínimo, 08 linhas e, no máximo, 30 linhas sobre o tema “Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil”. Para embasamento dos participantes em relação ao tema, a prova ofereceu os quatro textos motivadores descritos na seção anterior.

É importante recordar que os textos selecionados para este estudo foram divulgados na Cartilha Redação a Mil 4.0, a qual é pública. Todos eles são constituídos de quatro parágrafos, organizados de acordo com a estrutura prevista para um texto dissertativo-argumentativo: introdução, desenvolvimento e conclusão, que remetem às partes do discurso, referidas por Reboul (2004): Exórdio, Narração, Confirmação e Peroração.

As redações selecionadas foram identificadas neste trabalho como análise 01 e análise 02. O foco maior das análises foi dado ao desenvolvimento (parte em que se constroem a Narração e a Confirmação), visto que é nele em que as estratégias argumentativas mais aparecem, embora não se ignorem as demais partes constituintes do texto. Desse modo, optou-se por fazer a análise a cada parágrafo visando facilitar o modo de compreensão e, também, o padrão comumente ensinado na escola, em que se estuda a produção textual de forma fragmentada, considerando-se as três partes do texto: introdução, desenvolvimento e conclusão.

Para facilitar a visualização dos elementos analisados, foram reproduzidas as versões completas das duas redações. A versão escrita à mão de cada uma delas encontra-se em anexo neste trabalho. Cada parágrafo foi identificado conforme a ordem em que aparece no texto: primeiro, segundo, terceiro e quarto para haver melhor referência das partes do texto nas análises expostas a seguir.

Análise 1

A obra modernista "Vidas Secas", produzida por Graciliano Ramos, retrata a história de vulnerabilidade socioeconômica enfrentada por Fabiano e seus dois filhos, os quais eram chamados por seu pai de filho mais novo e mais velho, não possuindo seus nomes registrados durante o desenvolvimento do enredo. Ao sair do campo literário e fazer uma análise da atual conjuntura brasileira, nota-se ainda a invisibilidade associada ao acesso das pessoas ao registro civil, visto que tal problema é negligenciado por diversos segmentos sociais e políticos. A partir desse contexto, é fundamental entender o que motiva essa situação irregular de documentação e o principal impacto para a sociedade, a fim de que o acesso à Cidadania seja eficiente.

Diante desse cenário, percebe-se que a invisibilidade acerca da questão do registro civil é motivada pela falta de uma política pública eficaz que regularize essa problemática. Isso ocorre, principalmente, porque, como já mencionado nos estudos da antropóloga Lilia Schwarcz, há a prática de uma política de eufemismos no Brasil, ou seja, determinados problemas tendem a ser suavizados e não recebem a visibilidade necessária. Sob essa ótica, é perceptível que o reduzido debate sobre a importância da certidão de nascimento e de outros documentos, bem como a baixa presença de estratégias para facilitar o acesso a pessoas de baixa renda dificultam a mudança dessa situação preocupante. Desse modo, enquanto a desinformação e a assistência precária se mantiverem, a procura pelo registro de nascimento será reduzida.

Outrossim, convém pontuar que o principal efeito negativo disso é o afastamento desses grupos não registrados dos espaços públicos, em especial da escola e do mercado de trabalho. Tal situação é discutida no livro "A cidadania no Brasil: o longo caminho", do historiador José Murilo de Carvalho, ao sustentar que a desigualdade social impede a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Ao seguir essa linha de pensamento, à medida que o indivíduo não tem seus documentos regularizados, a possibilidade da inclusão no meio escolar e no laboral diminui, uma vez que tais

papéis são pré-requisitos para se matricular e ser, posteriormente, contratado por uma empresa. A título de exemplo, o Brasil é o 9º país mais desigual do mundo, conforme o IBGE. Dessa maneira, observa-se como esse problema promove vulnerabilidade.

Portanto, a invisibilidade associada ao registro civil no Brasil precisa ser revertida. Para isso, é fulcral que o Poder Executivo Federal, mais especificamente o Ministério da Cidadania, estimule ações estratégicas para ampliar o número de pessoas registradas oficialmente, principalmente nas comunidades pobres. Essa iniciativa ocorrerá por meio da implantação de um "Projeto Nacional de Incentivo à Formalização da Documentação Pessoal", o qual irá contar tanto com o aumento do envio de assistentes sociais para verificar a situação do registro nas residências. Isso será feito a fim de conter o impacto social desse problema e aumentar a cidadania. Afinal, casos como o do livro "Vidas Secas" precisam ser reduzidos."

Corpus da pesquisadora

A redação da primeira análise constitui um texto dissertativo-argumentativo, em modalidade escrita formal da língua portuguesa. Ela foi redigida no Enem 2021, a partir da seguinte frase temática: Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil. Consoante o comando da prova de redação, o orador selecionou, organizou e relacionou, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista. Além disso, a redação foi organizada em quatro parágrafos, sendo um de introdução, dois de desenvolvimento e um de conclusão, conforme se pode visualizar na reprodução da Redação 1, anexo 2. Com isso, o texto apresenta as partes do Sistema Retórico: exórdio, narração, confirmação e peroração.

Ao se interpretar o texto, o assunto do qual ele trata, constata-se que a redação faz uma análise crítica da invisibilidade social e da exclusão resultantes da falta de registro civil no Brasil. Para isso, utiliza o livro "Vidas Secas" de Graciliano Ramos, publicado pela primeira vez em 1938, como ponto de partida para essa reflexão. A fim de estabelecer uma contextualização da obra com o tema da redação, o orador destaca no exórdio a vulnerabilidade socioeconômica dos personagens Fabiano e seus filhos, que, por não terem seus nomes formalmente registrados, refletem a situação de muitas pessoas que ainda hoje vivem sem documentação no país.

Além disso, o texto explora como a ausência de uma política pública eficaz para garantir o acesso ao registro civil contribui para a marginalização desses indivíduos, o que, para o orador, constitui o que motiva a existência do problema da invisibilidade. De acordo com a redação, a prática de eufemismos, como apontado pela antropóloga Lilia Schwarcz, suaviza a gravidade do problema e impede uma discussão mais ampla sobre o tema. A falta de informação e assistência adequada dificulta o acesso ao registro civil, especialmente para pessoas de baixa renda.

Em adição, a redação argumenta que a falta de documentação afasta as pessoas de espaços públicos essenciais, como a escola e o mercado de trabalho, reforçando a desigualdade social no Brasil, conforme discutido pelo historiador José Murilo de Carvalho. O orador aponta, com isso, que, sem documentos, os indivíduos não conseguem se matricular em escolas ou serem contratados formalmente.

Por fim, na peroração, o texto propõe uma solução sugerindo que o Ministério da Cidadania implemente um "Projeto Nacional de Incentivo à Formalização da Documentação Pessoal", que enviaria assistentes sociais para verificar a situação de registro nas comunidades mais pobres. Para o orador, isso ajudaria a reduzir os casos de exclusão social e invisibilidade, como o vivido pelos personagens de "Vidas Secas". Com essa etapa argumentativa final, o orador atende a uma das Competências do Enem, a 5, que exige a presença de uma proposta de intervenção para o problema abordado. Com isso, o argumenta que, para garantir o acesso à cidadania e reduzir a vulnerabilidade social, é necessário ampliar o acesso ao registro civil por meio de políticas públicas eficazes.

Em seguida, analisa-se a estrutura dos parágrafos da redação, considerando sua organização, o uso de elementos coesivos, a extensão (em linhas e frases) e a relação entre os parágrafos. Aqui também se observam na redação as partes do sistema-retórico criado por Aristóteles. A análise se inicia pela peroração (introdução), construída no primeiro parágrafo:

Primeiro parágrafo
A obra modernista "Vidas Secas", produzida por Graciliano Ramos, retrata a história de vulnerabilidade socioeconômica enfrentada por Fabiano e seus dois filhos, os quais eram chamados por seu pai de filho mais novo e mais velho, não possuindo seus nomes registrados durante o desenvolvimento do enredo. Ao sair do campo literário e fazer uma análise da atual conjuntura brasileira, nota-se ainda a invisibilidade associada ao acesso das pessoas ao registro civil, visto que tal problema é negligenciado por diversos segmentos sociais e políticos. A partir desse contexto, é fundamental entender o que motiva essa situação irregular de documentação e o principal impacto para a sociedade, a fim de que o acesso à Cidadania seja eficiente.

Corpus da pesquisadora

No primeiro parágrafo, identificam-se sete linhas, organizadas em três frases, três períodos compostos. Esse é o parágrafo de introdução – exórdio, para Aristóteles (2005) -, o qual apresenta uma estrutura coordenada em suas ideias. Ele começa apresentando a obra "Vidas Secas" de Graciliano Ramos, faz uma conexão com a realidade social brasileira e finaliza com o estabelecimento da importância de discutir

a invisibilidade social pela ausência do registro civil, sua causa e seu impacto na cidadania.

Quanto aos elementos coesivos, observa-se o uso de um conector que articula a transição entre o exemplo literário e a realidade social: "Ao sair do campo literário e fazer uma análise da atual conjuntura brasileira", 2º período. Também há a conexão da análise da conjuntura com a necessidade de discutir as causas e impactos da ausência de registro civil por meio do conector "A partir desse contexto". Assim, há uma unidade no parágrafo que introduz a redação.

Quanto aos estudos retórico-argumentativos, observa-se, desde o Exórdio, presente no primeiro parágrafo, qual seja: a perspectiva da retórica argumentativa, que destaca como os elementos do texto introduzem o tema e constroem-no com uma base sólida para o desenvolvimento da argumentação. A tese do orador está implicitamente introduzida na última frase do parágrafo, quando ele indica que é necessário entender as causas e os impactos da falta de registro civil, abrindo o espaço para a argumentação que virá nos próximos parágrafos e que será concluída no último.

Os elementos da retórica, usados para a persuasão do auditório aparecem em todo o texto. No exórdio, o Ethos, que, para Meyer (2007), remete à credibilidade do orador, demonstra-se a partir do uso de referências culturais. Ele é um dos três modos de persuasão, segundo Aristóteles (2005). Nesse sentido, o orador constrói a credibilidade ao mencionar um clássico da literatura brasileira, "Vidas Secas", de Graciliano Ramos, uma obra reconhecida pela crítica social que faz ao retratar a miséria e a invisibilidade dos personagens. Ao trazer uma referência tão respeitada, o autor demonstra conhecimento literário e uma capacidade de relacionar arte com questões sociais contemporâneas. Há também um tom impessoal e acadêmico por parte do orador, o qual revela um estilo de escrita formal e objetivo, com linguagem técnica (como "vulnerabilidade socioeconômica" e "invisibilidade associada ao acesso das pessoas ao registro civil"), a qual reforça a autoridade do autor e sua seriedade no trato do tema.

Outro modo de persuasão é o Logos, que, para Aristóteles (2005), constitui uma prova de persuasão a qual reside no próprio discurso e revela um apelo à lógica, à razão. Isso é visualizado no primeiro parágrafo a partir de uma relação lógica entre literatura e realidade social, em que o orador utiliza a lógica ao traçar um paralelo entre a invisibilidade dos personagens de "Vidas Secas", que não têm nomes, e a realidade

de muitas pessoas no Brasil que, do mesmo modo, não possuem registro civil. Ele aponta a negligência desse problema por setores sociais e políticos, estabelecendo uma conexão clara entre a obra literária e a situação atual. Além disso, o orador não só introduz de forma racional o problema central da redação: a falta de registro civil e seus impactos na cidadania - utilizando termos como "negligenciado", "invisibilidade" e "acesso à Cidadania" para construir uma linha de raciocínio que será aprofundada nos parágrafos seguintes-, como também propõe o objetivo da discussão na finalização do exórdio. Ele termina com uma clara formulação da questão a ser debatida: entender o que motiva a falta de registro civil e quais são seus impactos na sociedade. Esse é um elemento essencial na construção da argumentação, pois apresenta o problema de forma estruturada, a ser analisado nos parágrafos seguintes.

Em relação ao último modo de persuasão, o Pathos - o apelo emocional, para Aristóteles (2005) -, está perceptível no exórdio com a evocação de sentimentos por meio da vulnerabilidade. Para isso, o orador menciona a obra "Vidas Secas", que trata de miséria e exclusão social, que desperta no leitor uma carga emocional relacionada à realidade dura dos personagens e, por extensão, à condição de muitos brasileiros que vivem à margem da sociedade. Nesse sentido, a invisibilidade dos filhos de Fabiano, sem nome próprio, gera empatia ao conectar essa situação com a privação de direitos básicos, como o registro civil. Além disso, o orador usa termos impactantes, como "vulnerabilidade", "negligenciado" e "invisibilidade" para provocar no leitor uma sensação de urgência e gravidade sobre o tema, influenciando emocionalmente o entendimento da problemática. Por fim, no exórdio também é possível identificar o uso de exemplo concreto, "Vidas Secas", para ancorar a discussão em um exemplo de fácil compreensão, que facilita o envolvimento do leitor com o problema da invisibilidade social.

Em sequência, analisa-se a circulação das estratégias argumentativas. Com base no entendimento da importância das estratégias argumentativas, iniciou-se a análise da redação pelo primeiro parágrafo do texto, buscando identificar qual (is) estratégia (s) argumentativa (s) foi selecionada(s) pelo orador para a defesa de seu posicionamento. Nesse sentido, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) defendem que o escritor deve dispor de recursos argumentativos a fim de que possa persuadir seu público e também convencê-lo, já que convencer é muito mais do que persuadir, é levar o outro a aceitar as ideias expostas no texto.

A partir disso, foi identificada, já no Exórdio – primeiro parágrafo-, a construção do argumento para a apresentação da tese que será defendida na sequência da redação. A tese de que ainda existe a invisibilidade associada ao acesso das pessoas ao registro civil foi apresentada a partir de um argumento que fundamenta a estrutura do real: a Ilustração. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), a ilustração possibilita a generalização a partir de um caso particular.

Quando o orador cita a obra modernista “Vidas Secas”, escrita por Graciliano Ramos, a qual, segundo o texto, “retrata a história de vulnerabilidade socioeconômica enfrentada por Fabiano e seus dois filhos, os quais eram chamados por seu pai de filho mais novo e mais velho, não possuindo seus nomes registrados durante o desenvolvimento do enredo”, observa-se o uso da Ilustração como técnica argumentativa. O intuito é mostrar ao avaliador da redação, em um processo de argumentação interativa, que a história que se passa no caso específico dos personagens da obra também acontece com muitas pessoas no contexto brasileiro, o que se percebe com o anúncio da tese: “Ao sair do campo literário e fazer uma análise da atual conjuntura brasileira, nota-se ainda a invisibilidade associada ao acesso das pessoas ao registro civil”.

No entanto, nessa parte, apesar de este texto ter recebido a nota máxima, identifica-se uma incoerência na relação de ilustração. O que o argumento por ilustração aponta é que os filhos do personagem principal, Fabiano, não possuem nome registrado e que toda a família enfrenta uma suscetibilidade econômica. Contudo, ao fazer a generalização, para a realidade atual do contexto brasileiro, a coerência se torna falha, visto que a ilustração se dá com aspectos diferentes: na história da obra, fala-se vulnerabilidade socioeconômica e da ausência de nome; já na realidade do Brasil se fala da invisibilidade associada ao acesso das pessoas ao registro civil, o que é diferente em sentido e traduz a falha na coerência dessa relação ilustrativa da obra, um caso particular para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), com a realidade das pessoas sem acesso ao registro civil, uma generalização.

Pode-se afirmar, no entanto, que o uso produtivo do repertório sociocultural ocorreu, já que há imbricação do repertório na sequência discursiva é visível no fragmento “Ao sair do campo literário e fazer uma análise da atual conjuntura brasileira” – mesmo que sem coerência. Desse modo, é possível que esse uso produtivo tenha levado o avaliador do texto – o auditório para o orador - a não perceber a falta de coerência presente.

Quanto ao uso dos operadores argumentativos, observa-se em “Ao sair do campo literário” uma transição da ficção para a realidade, conectando a ilustração literária à realidade brasileira atual. Esse operador é fundamental para a argumentação, pois permite ao orador usar uma ilustração concreta para demonstrar como a obra reflete uma situação social real.

Por último, analisa-se a presença da argumentação interacional que, segundo Grácio (2011, p.122), pressupõe que “a fala de cada um não é dissociável da fala do outro”, observa-se nesta redação a presença da argumentação interativa focada na relação dialógica entre o orador e o auditório (neste caso, o avaliador), já que aquele tenta envolver este de forma reflexiva na construção da argumentação. Com isso, o orador frequentemente antecipa possíveis objeções, questionamentos ou dúvidas do auditório (mesmo que implicitamente), utilizando estratégias retóricas para estimular a reflexão crítica e engajar esse auditório.

Para esse fim, consta-se um apelo ao Conhecimento Comum a partir do uso de referências conhecidas, como a obra “Vidas Secas” de Graciliano Ramos, presente no exórdio, primeiro parágrafo, a antropóloga Lilia Schwarcz e o historiador José Murilo de Carvalho, figuras amplamente reconhecidas no cenário acadêmico brasileiro, presentes na Confirmação. Esse tipo de referência não apenas solidifica a argumentação, mas também estabelece uma ponte de compreensão com o auditório, que pode compartilhar esse conhecimento ou ser incentivado a refletir sobre essas referências. Esse apelo à cultura comum promove uma conexão imediata, o que permite ao auditório se sentir parte da discussão.

Além disso, o orador cria uma provocação reflexiva, pois sujeita o auditório a refletir sobre a atual conjuntura brasileira ao fazer uma relação entre a ficção literária e a realidade contemporânea. Desse modo, o uso do exemplo da invisibilidade social vivida por Fabiano e sua família em “Vidas Secas” leva o leitor a pensar sobre como a falta de registro civil é uma questão que ainda presente e é negligenciada no contexto brasileiro. Assim, essa conexão entre passado e presente convida o auditório a questionar se o progresso social e político foi suficiente, o que incentiva uma participação ativa do auditório no processo reflexivo.

Essa mesma narrativa também constrói um apelo emocional e uma conexão humana, os quais garantem a argumentação interacional. Ao citar o enredo dos filhos de Fabiano, o orador destaca a ausência de nomes dos meninos, chamados pelo pai de “menino mais velho e menino mais novo”, o que se torna um poderoso símbolo de

desumanização e invisibilidade social, que ressoa com a realidade de muitas pessoas que não possuem documentação no Brasil. Essa escolha narrativa feita pelo orador apela à empatia do auditório, o qual pode se sentir compelido a refletir sobre a importância de garantir a cidadania e os direitos humanos básicos para todos. Assim, mesmo que esse auditório (no caso o avaliador do Enem) não se manifeste ativamente, ele se torna parte desse processo da argumentação interativa e mostra o entendimento das pretensões do orador por meio da atribuição da nota máxima na redação.

A seguir há a análise do segundo parágrafo da redação.

Segundo parágrafo
Diante desse cenário, percebe-se que a invisibilidade acerca da questão do registro civil é motivada pela falta de uma política pública eficaz que regularize essa problemática. Isso ocorre, principalmente, porque, como já mencionado nos estudos da antropóloga Lilia Schwarcz, há a prática de uma política de eufemismos no Brasil, ou seja, determinados problemas tendem a ser suavizados e não recebem a visibilidade necessária. Sob essa ótica, é perceptível que o reduzido debate sobre a importância da certidão de nascimento e de outros documentos, bem como a baixa presença de estratégias para facilitar o acesso a pessoas de baixa renda dificultam a mudança dessa situação preocupante. Desse modo, enquanto a desinformação e a assistência precária se mantiverem, a procura pelo registro de nascimento será reduzida.

Corpus da pesquisadora

No segundo parágrafo, parte em que dá início ao desenvolvimento da redação – narração e argumentação para Aristóteles (2005) -, a fim de apresentar e defender os argumentos que sustentam a tese, há oito linhas, organizadas em quatro períodos compostos. Esse parágrafo se apresenta de maneira subordinada ao anterior, uma vez que aprofunda a análise iniciada na introdução. Ele desenvolve a ideia de que a falta de políticas públicas eficazes perpetua a invisibilidade do registro civil. Há uma clara progressão lógica, que explica como a política de eufemismos, mencionada pela antropóloga Lilia Schwarcz, contribui para a falta de visibilidade do problema.

Acerca dos elementos coesivos, o orador conecta este parágrafo ao anterior, mostrando uma continuidade do raciocínio, por meio de "Diante desse cenário". Além disso, usa uma conjunção explicativa que introduz uma explicação para a falta de políticas eficazes no seguinte fragmento: "Isso ocorre, principalmente, porque" e usa uma expressão que anuncia uma reflexão a partir do que foi exposto antes: "Sob essa ótica". Por fim, o orador finaliza a discussão do parágrafo com a expressão "Desse modo", a qual termina a progressão lógica, com a sugestão de uma consequência para a situação descrita.

Quanto aos estudos retórico-argumentativos, na Narração e Confirmação - exposição dos fatos que se referem à causa e conjunto de provas que sustentam a tese defendida, segundo Reboul (2004) -, também se observa o Ethos do orador. A credibilidade do orador se fortalece quando ele faz referência à antropóloga Lilia Schwarcz, no segundo parágrafo do texto “Isso ocorre, principalmente, porque, como já mencionado nos estudos da antropóloga Lilia Schwarcz, há a prática de uma política de eufemismos no Brasil, ou seja, determinados problemas tendem a ser suavizados e não recebem a visibilidade necessária.” O orador fortalece a credibilidade do seu argumento ao citar uma referência acadêmica reconhecida no campo das ciências sociais, Lilia Schwarcz. Isso não só dá suporte à sua afirmação sobre a “política de eufemismos”, mas também demonstra que a análise está embasada em estudos consistentes, conferindo autoridade ao texto. No mesmo parágrafo, o orador usa terminologia técnica, como “invisibilidade”, “política pública eficaz” e “regularize essa problemática”, reforçando a seriedade e o conhecimento dele sobre o tema.

Do mesmo modo, na Narração e Confirmação, o Logos pode ser reconhecido. Nesse sentido, o segundo parágrafo é construído com base em uma relação lógica de causa e efeito. O orador afirma que a “falta de política pública eficaz” causa a invisibilidade social, e justifica isso explicando que existe uma “política de eufemismos” no Brasil, o que leva à negligência do problema. Essa cadeia de raciocínio é clara e linear, o que facilita a compreensão da argumentação. Além disso, no mesmo parágrafo, o orador faz uma análise do problema social. Ele utiliza um raciocínio lógico ao explicar que a ausência de debate sobre a importância do registro civil e a falta de estratégias de acesso para os mais pobres resultam na manutenção dessa situação de exclusão. O argumento é desenvolvido de forma progressiva e coerente, sustentando a lógica de que, enquanto não houver informação e políticas adequadas, a exclusão persistirá.

Também, na Narração e Confirmação, observa-se o Pathos quando o orador usa, no segundo parágrafo, termos emocionalmente carregados, a exemplo de expressões como “invisibilidade”, “preocupante” e “desinformação”, que provocam no auditório uma sensação de urgência e gravidade. Esses termos têm o objetivo de despertar no auditório um sentimento de indignação com a situação descrita e aumentar a percepção de que o problema precisa ser resolvido. Do mesmo modo, ao mencionar as “pessoas de baixa renda”, o orador apela para a empatia do auditório,

sugerindo que os mais pobres são os mais prejudicados pela ausência de políticas eficazes, o que reforça a conexão emocional com o público e destaca a injustiça social.

Sobre as estratégias argumentativas, no segundo parágrafo do texto, início da Narração e da Confirmação, são apresentados dois argumentos fundados na estrutura do real: a causalidade e o argumento de autoridade. O primeiro, que, para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), constitui um encadeamento de fatos, em que um acontecimento produz um certo efeito, está visível na afirmação de que a falta de uma política pública eficaz desencadeia a falta de registro civil. O segundo é o argumento de autoridade, que “se fundamenta no ponto de vista ou na ação de uma pessoa ou de um grupo de pessoas (de prestígio moral ou intelectual) para servir de prova a uma tese” (Santos, 2018, p. 68). Ele foi apresentado no intuito de promover a defesa dessa causa. O argumento da autoridade “utiliza atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 348). Esse argumento revela a necessidade que o orador sente de mobilizar, em seu discurso, uma figura importante considerada uma autoridade pelo auditório e, por esse motivo, esse auditório poderá aderir à tese defendida pelo orador com mais convicção – neste caso, de que “falta de uma política pública eficaz que regularize essa problemática”. Nesse sentido, quanto mais importante for a autoridade mencionada, a exemplo da antropóloga Lilia Schwarcz (Doutora em antropologia social pela Universidade de São Paulo e, atualmente, professora titular da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas na mesma universidade), mais indiscutíveis serão as suas palavras, conseqüentemente, o posicionamento defendido pelo orador.

Diante disso, constata-se a presença de uma explicação baseada na citação dos estudos da antropóloga Lilia Schwarcz, a qual, segundo o que é afirmado no texto, defende a existência de uma política no Brasil que abrande certos problemas e, com isso, não dá a visibilidade de que eles precisam. Assim, não havendo essa visibilidade, o problema da falta de registro de nascimento é pouco debatido e recebe baixa presença de estratégias que facilitem o acesso ao documento para pessoas de baixa renda, o que configura a política pública ineficaz.

Desse modo, as estratégias argumentativas usadas nesse parágrafo da redação alcançam o propósito de legitimar, validar a argumentação para que ela seja convincente e persuasiva, visto que são coerentes, o que, segundo Koch (2002) constitui um critério que garante possibilidade de estabelecer um sentido para o texto. Tal fenômeno efetiva-se nessa parte, uma vez que se encontra a relação de sentido

entre os estudos da antropóloga e o argumento de causa apresentado no primeiro período do parágrafo.

Também se observa nessa parte o uso produtivo do repertório sociocultural, o que se verifica na correlação feita entre a causalidade e a explicação dessa causalidade segundo o testemunho de autoridade: "Isso ocorre, principalmente, porque, como já mencionado nos estudos da antropóloga Lilia Schwarcz, há a prática de uma política de eufemismos no Brasil, ou seja, determinados problemas tendem a ser suavizados e não recebem a visibilidade necessária".

Quanto aos operadores argumentativos, observa-se o uso de "Isso ocorre, principalmente, porque" para introduzir o argumento causal, conectando a falta de políticas públicas com a invisibilidade das pessoas sem registro. Dessa maneira, ele organiza a argumentação de maneira lógica e direta. E o operador conclusivo "Desse modo" aponta para a consequência da falta de políticas, o que fortalece a estrutura causal ao longo do parágrafo.

A seguir, encontra-se a análise do terceiro parágrafo da redação.

Terceiro parágrafo
Outrossim, convém pontuar que o principal efeito negativo disso é o afastamento desses grupos não registrados dos espaços públicos, em especial da escola e do mercado de trabalho. Tal situação é discutida no livro "A cidadania no Brasil: o longo caminho", do historiador José Murilo de Carvalho, ao sustentar que a desigualdade social impede a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Ao seguir essa linha de pensamento, à medida que o indivíduo não tem seus documentos regularizados, a possibilidade da inclusão no meio escolar e no laboral diminui, uma vez que tais papéis são pré-requisitos para se matricular e ser, posteriormente, contratado por uma empresa. A título de exemplo, o Brasil é o 9º país mais desigual do mundo, conforme o IBGE. Dessa maneira, observa-se como esse problema promove vulnerabilidade.

Corpus da pesquisadora

No terceiro parágrafo, há cinco períodos compostos, formados em oito linhas. Esse parágrafo também se subordina ao anterior, ao abordar o efeito da falta de registro civil, aprofundando a discussão da consequência dessa invisibilidade, ou seja, o afastamento das pessoas não registradas de espaços públicos. Sua argumentação é ampliada pela referência ao livro "A Cidadania no Brasil" de José Murilo de Carvalho.

Quanto aos elementos coesivos, observa-se o uso de "Outrossim", um nexos aditivo que introduz uma nova ideia relacionada ao impacto social. "Tal situação" é outro elemento de coesão que retoma a ideia da exclusão discutida anteriormente. Ademais, o orador cria uma progressão lógica com base no argumento do historiador

citado com o uso de "Ao seguir essa linha de pensamento". E, por fim, "A título de exemplo", é usado para introduzir dados que reforçam o argumento do orador.

No que se refere aos estudos retórico-argumentativos, no parágrafo, ainda parte da Narração e Confirmação, o orador continua a construir sua autoridade e credibilidade ao citar um renomado historiador, José Murilo de Carvalho, que estudou a cidadania no Brasil. Isso mostra que o argumento está baseado em fontes respeitadas e oferece uma fundamentação histórica para a análise, o que enriquece a discussão. Neste mesmo parágrafo, o uso de dados do IBGE para sustentar a posição de que o Brasil é o 9º país mais desigual do mundo confere um tom factual e sério à argumentação, visto que demonstra que a exclusão discutida não é apenas teórica, mas tem consequências concretas e mensuráveis.

Já o terceiro parágrafo - no que se refere ao Logos - apresenta o efeito direto da falta de registro: O orador segue uma estrutura lógica ao explicar que a ausência de documentação exclui as pessoas da escola e do mercado de trabalho, estabelecendo uma relação clara entre falta de documentos e exclusão social. Desse modo, a linha argumentativa é simples: se não há documentos, as pessoas não podem se matricular nem ser contratadas. Isso é uma consequência direta e inquestionável, que reforça a coerência do raciocínio. Por fim, este parágrafo reforça o apelo à razão, à lógica, ao trazer uma exemplificação com dados concretos. Assim, o uso do dado do IBGE para reforçar a afirmação de que o Brasil é extremamente desigual apoia a argumentação com números. Desse modo, a citação de um fato concreto confere solidez à análise e ajuda a convencer o leitor pela lógica de que essa desigualdade é amplamente reconhecida.

Em relação ao Pathos, no terceiro parágrafo, o apelo ao emocional está visível no fato de que o orador apela à emoção ao descrever o impacto da falta de documentação como algo que afasta os indivíduos de espaços fundamentais para a vida em sociedade, como a escola e o mercado de trabalho. A ideia de que esses indivíduos são impedidos de estudar e trabalhar provoca um sentimento de injustiça no leitor, o que evoca no auditório empatia pelas pessoas afetadas. Além disso, o orador faz uma seleção lexical de termos como "vulnerabilidade" e "desigualdade", que são palavras que remetem a situações de sofrimento e exclusão. Assim o orador intensifica o apelo emocional, colocando o leitor diante de um problema social que afeta diretamente a construção de uma sociedade mais justa.

Em relação ao uso de estratégias argumentativas, há, no terceiro parágrafo, novamente o uso do testemunho de autoridade para validar o posicionamento assumido. Nesse parágrafo, apresenta-se o efeito de não se ter o documento: “o afastamento desses grupos não registrados dos espaços públicos, em especial da escola e do mercado de trabalho”. De forma coerente, o argumento de autoridade representado pela figura do historiador José Murilo de Carvalho fundamenta o efeito anunciado no início do parágrafo, uma vez que o historiador, em sua obra “Cidadania no Brasil: o longo caminho”, teria sustentado que a desigualdade social impede a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, porque sem a documentação, não é possível estudar e trabalhar em uma empresa. Assim, a coerência se estabelece no uso do repertório. E neste caso a técnica argumentativa obtém o resultado pretendido, a persuasão e o convencimento.

Na sequência, dentro do mesmo parágrafo, é realizado o uso do argumento pelo exemplo, pois “A argumentação pelo exemplo fornece um caso eminente em que o sentido e a extensão das noções são influenciados pelos aspectos dinâmicos de seu emprego.” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014, p.406), que ocorre quando, a partir de dados concretos se fazem generalizações, levando para dentro da argumentação um exemplo que lhe fundamente. Apresenta-se como exemplo o fato de o Brasil ser o 9º país mais desigual do mundo, segundo a fonte do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Este é um argumento de fato, fundamentado em uma realidade concreta e verificável. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), esse tipo de argumento é uma base forte para a argumentação, pois se sustenta em dados objetivos que são difíceis de refutar.

Esse argumento foi utilizado no intuito de persuadir o auditório, pois o orador defende que, à medida que uma pessoa não tem seus documentos regularizados, ela reduz a possibilidade da inclusão no meio escolar e laboral, visto que tais documentos são pré-requisitos para se matricular e ser, posteriormente, contratado por uma empresa. Todavia, há incoerência no uso dessa técnica argumentativa, já que a posição do Brasil em relação à desigualdade presente nele se deve a inúmeros fatores, como má distribuição de renda, administração insatisfatória dos recursos públicos, não garantia de serviços básicos, por exemplo, e não à somente falta de acesso à escola e, conseqüentemente ao trabalho, por falta de registro civil. Dessa maneira, constata-se uma falha na relação de coerência entre fato e exemplo.

Em relação aos operadores argumentativos, vê-se o uso de um operador de continuidade, "Ao seguir essa linha de pensamento", que mostra que a argumentação está progredindo de forma lógica, construindo-se a partir do que foi apresentado no período anterior. Há também "A título de exemplo", um operador que introduz o dado estatístico do IBGE, o que dá peso à argumentação ao incorporar um fato objetivo.

Desse modo, a redação utiliza tanto argumentos fundados na estrutura do real, quanto argumentos que fundamentam a estrutura do real de acordo com o que Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) discutem em sua obra *Tratado da Argumentação*. As estratégias argumentativas circulam de forma coesa e organizada, conectam exemplos literários e fatos reais e operam com eficiência para construir um discurso persuasivo.

Em relação à argumentação interacional, observa-se que o orador fez uso de dados e argumentos de autoridade quando apresentou, no terceiro parágrafo, dados concretos, como o fato de o Brasil ser o 9º país mais desigual do mundo, segundo o IBGE. Isso constitui uma estratégia eficaz na argumentação interativa, haja vista que usar informações de fontes confiáveis permite ao orador demonstrar a gravidade do problema, trazendo à tona questões que o auditório possivelmente não havia considerado. Assim, o uso de estatísticas não apenas reforça o argumento, mas também interpela o auditório a refletir sobre a realidade da invisibilidade das pessoas que não possuem registro civil de forma mais concreta e objetiva.

A seguir, encontra-se a análise do quarto parágrafo da redação.

Quarto parágrafo
Portanto, a invisibilidade associada ao registro civil no Brasil precisa ser revertida. Para isso, é fulcral que o Poder Executivo Federal, mais especificamente o Ministério da Cidadania, estimule ações estratégicas para ampliar o número de pessoas registradas oficialmente, principalmente nas comunidades pobres. Essa iniciativa ocorrerá por meio da implantação de um "Projeto Nacional de Incentivo à Formalização da Documentação Pessoal", o qual irá contar tanto com o aumento do envio de assistentes sociais para verificar a situação do registro nas residências. Isso será feito a fim de conter o impacto social desse problema e aumentar a cidadania. Afinal, casos como o do livro "Vidas Secas" precisam ser reduzidos.

Corpus da pesquisadora

No quarto e último parágrafo deste texto, tem-se a peroração para Aristóteles (2005), parte em que o orador recapitula a tese defendida e faz um apelo ao auditório, em um movimento interativo, próprio da argumentação interativa. O parágrafo é formado por sete linhas, organizadas em quatro frases que concluem a redação, subordinando-se a todos os anteriores. Nele o orador propõe uma solução para o

problema da falta de registro civil. Para isso, ele articula a proposta de ação do Ministério da Cidadania, sugerindo um projeto específico para enfrentar a invisibilidade social.

Acerca da coesão do parágrafo, tem-se inicialmente o uso da conjunção "Portanto", a qual indica conclusão, que liga o parágrafo à argumentação precedente. Também utiliza "Para isso" para indicar uma consequência ou finalidade (o chamado "efeito" da proposta de intervenção solicitada pelo Enem). Por fim, o orador usa "Afinal" para reforçar a justificativa da proposta, conectando-a à situação exemplificada no livro "Vidas Secas", em um movimento circular, dando um uso produtivo para o repertório usado no exórdio.

Assim, constata-se que a redação segue uma progressão textual, subordinando um parágrafo ao outro. Cada parágrafo desenvolve uma ideia em continuidade ao anterior, construindo uma linha argumentativa coesa. A introdução apresenta o problema, e os demais parágrafos aprofundam a análise, até chegar à conclusão com a proposta de solução. Também há um uso variado e eficiente dos elementos coesivos, como se observa nas conjunções "Portanto", "Diante desse cenário", "Desse modo" e nos pronomes demonstrativos como "isso" e "tal situação" para manter a coesão textual.

Além disso, na peroração, quarto parágrafo, em relação aos estudos retórico-argumentativos, observa-se que o orador finaliza o raciocínio, a argumentação com base nos apelos de Ethos, Logos e Pathos. O Ethos manifesta-se pela proposta de solução concreta, pois o orador apresenta uma sugestão de uma solução específica – o "Projeto Nacional de Incentivo à Formalização da Documentação Pessoal" –, o que revela que o orador não só entende o problema, mas também tem uma ideia clara de como ele pode ser resolvido. Isso fortalece a credibilidade, mostra que a análise foi pensada de forma prática e fundamentada, o que vai além da simples crítica ao problema, comportamento esse esperado pelo Enem nas redações feitas no exame. Além disso, a conexão com o governo, realizada ao mencionar o "Poder Executivo Federal" e o "Ministério da Cidadania", demonstra que o orador apresenta familiaridade com a estrutura administrativa do país, visto que dá legitimidade à proposta e indica que conhece as instâncias responsáveis por lidar com a questão.

Quanto ao Logos, na Peroração, o apelo à lógica e à razão demonstra-se por meio da estrutura lógica de solução. Há uma linha lógica clara, que se conecta diretamente com a discussão apresentada nos parágrafos de desenvolvimento. O

problema da invisibilidade é apresentado como algo que “precisa ser revertido” (reafirmando a tese), e o orador propõe um plano de ação que envolve estratégias concretas, como o envio de assistentes sociais para verificar a situação de registro civil nas comunidades pobres. Também há foco em políticas públicas eficazes, o que se observa a partir de um raciocínio direto e coerente. O orador sugere que o problema da falta de registro civil pode ser mitigado por meio de uma ação governamental bem planejada. Assim, ao mencionar “ações estratégicas” e “ampliar o número de pessoas registradas”, ele articula soluções viáveis e coerentes com o problema que foi descrito anteriormente. Por fim, há uma justificativa prática: a ideia de que o projeto aumentará a cidadania e conterà o impacto social é uma conclusão lógica baseada nos argumentos desenvolvidos. Afinal, se mais pessoas forem registradas, elas poderão ter acesso a direitos básicos e a participação plena na sociedade.

Por último, na Peroração, o apelo emocional, Pathos, manifesta-se a partir do apelo à urgência e à justiça social quando o orador afirma que “a invisibilidade associada ao registro civil no Brasil precisa ser revertida”. Com isso, ele utiliza um tom de urgência, sugerindo que o problema é grave e não pode continuar sem solução. Isso apela ao senso de justiça do leitor e evoca a ideia de que a ausência de registro é uma violação dos direitos básicos de cidadania. Também no parágrafo final, 4D, há referência emocional a “Vidas Secas”, feita por meio da colocação da frase final – “Afinal, casos como o do livro ‘Vidas Secas’ precisam ser reduzidos” – que serve para conectar emocionalmente o leitor com o exemplo literário apresentado na introdução. Dessa forma, ao retomar a imagem da família de Fabiano, que vive na miséria e invisibilidade, o orador reforça a conexão emocional com a realidade das pessoas sem registro, fazendo o auditório lembrar-se do sofrimento dos personagens e associá-lo ao sofrimento real de muitos brasileiros.

Desse modo, observa-se que o Exórdio, a Narração, a Confirmação e a Peroração utilizam eficazmente os três apelos retóricos (ethos, logos e pathos) para construir uma base argumentativa sólida. Nesse sentido, a referência à literatura, no Exórdio, confere credibilidade ao autor e oferece um paralelo lógico com a realidade atual, enquanto a escolha de termos carregados emocionalmente prepara o leitor para refletir sobre a gravidade da falta de registro civil no Brasil. Ao final do parágrafo, o leitor é conduzido de forma lógica e emocional para a questão central que será explorada ao longo do texto. A Narração e Confirmação, no segundo e terceiro parágrafos, também utilizam de forma equilibrada os três principais elementos da

retórica argumentativa, pois o orador constrói credibilidade ao citar referências acadêmicas e dados estatísticos confiáveis (Ethos), estrutura a argumentação de forma lógica e clara, com explicações que seguem uma progressão racional, como causas e consequências da falta de registro civil (Logos) e faz um apelo emocional ao destacar a vulnerabilidade social, a exclusão e a desigualdade, evocando empatia do leitor (Pathos). Por fim, a Peroração, localizada no quarto parágrafo, apresenta utiliza com eficácia os três principais elementos da retórica: A credibilidade do autor (Ethos) é reforçada pela proposta de uma solução concreta e realista, o que revela conhecimento sobre as responsabilidades governamentais e entendimento prático do problema; a estrutura lógica (Logos) está clara, visto que conecta diretamente o problema discutido à solução apresentada, com base em argumentos racionais e coerentes com o desenvolvimento do texto; por fim, o apelo emocional (Pathos) é intensificado ao final, ao conectar a discussão teórica com a realidade de sofrimento descrita no livro "Vidas Secas", buscando empatia e compaixão do auditório, o que configura também a argumentação interativa, a qual ocorre com o intuito de envolver o outro na argumentação. Assim, a Peroração cumpre o papel de fechar o raciocínio de forma coesa e impactante, deixando o auditório com a sensação de que o problema é real, urgente e que a solução é possível e necessária. Tudo isso cumpre o papel de colaborar na persuasão do auditório.

Quanto às estratégias argumentativas, não se constatou a presença delas na peroração, quarto parágrafo. Essa ausência está associada ao fato de que essa é a parte em que o orador reforça sua tese e propõe uma medida para intervir no problema discutido na redação, atendendo à Competência V do Enem, mostrando as possíveis soluções ao problema tematizado, no caso, a invisibilidade de quem não tem registro de nascimento.

Por fim, não se pode deixar de destacar que a proposta de solução concreta apresentada na Peroração constitui uma estratégia que assegura a argumentação interacional. O orador propõe a criação de um "Projeto Nacional de Incentivo à Formalização da Documentação Pessoal", que engaja o leitor ao oferecer uma solução tangível para o problema da invisibilidade de quem não tem certidão de nascimento, e não apenas uma crítica abstrata. Tal medida dá ao auditório um papel mais ativo na discussão, pois ele é levado a ponderar sobre a viabilidade e a necessidade de políticas públicas eficazes.

Com isso, embora a redação ofereça argumentos sólidos, ela também deixa espaço para o auditório questionar ou complementar o raciocínio do orador. O texto não fecha as discussões, mas, ao contrário, possibilita o debate ao indicar que o problema da invisibilidade civil é complexo e exige múltiplas abordagens, tanto do governo quanto da sociedade. Assim, a argumentação interativa desta redação convida o seu público-alvo a se engajar ativamente com o tema “Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil”, utilizando referências culturais, dados concretos e apelos emocionais para criar um diálogo dinâmico. Ao fazer isso, o orador estimula o leitor tanto a absorver a informação passivamente, como também a refletir, questionar e considerar possíveis soluções para o problema da invisibilidade de quem não possui registro civil. Essa interação entre o orador e auditório revela que o orador pensou estrategicamente naqueles que procura persuadir (Gracio, 2011), no caso o avaliador, e obteve, com isso, a argumentação interativa.

Assim, pode-se afirmar que a argumentação retórico-interacional presente neste texto foi eficaz conforme as expectativas do Enem, visto que recebeu nota máxima da Banca avaliadora, embora tenha apresentado algumas falhas no uso das técnicas argumentativas da ilustração e do exemplo, uma vez que a coerência não se fez inteiramente presente nessas duas situações. Desse modo, a persuasão pretendida do auditório foi obtida, no entanto poderia ficar comprometida caso os avaliadores verificassem essa falta de coerência no uso dos repertórios socioculturais que constituíram os argumentos de ilustração e de exemplo.

Análise 2

Na obra "Utopia", do escritor inglês Thomas More, é retratada uma sociedade perfeita, na qual o corpo social se ausenta de conflitos e problemas. No entanto, o que se observa na realidade contemporânea é o oposto ao que o autor prega, tendo em vista que a invisibilidade de registro civil ainda persiste na sociedade brasileira. Esse cenário antagônico é fruto tanto da ausência de atuação estatal, quanto da escassez de conhecimento sobre a importância desse registro. Desse modo, analisar intrinsecamente as causas dessa problemática na sociedade é medida que se faz imediata. Precipuamente, é fulcral pontuar a falta de atuação dos setores governamentais, no que concerne à criação de mecanismos que coíbam tais recorrências. Segundo Thomas Hobbes, o estado é responsável por garantir o bem-estar da população, entretanto, isso não ocorre no Brasil. Devido à falta de atuação das autoridades, o Brasil ainda se encontra com o índice de pessoas sem documentação pessoal muito elevado. De acordo com o IBGE, no sudeste, foram registrados 1,15 milhões de pessoas sem certidão de nascimento, e isso se deve pelo fato de não haver políticas públicas que informem sobre a importância da documentação. Dessa forma, faz-se mister a reformulação dessa postura estatal de forma urgente.

Ademais, é imperativo ressaltar a escassez de informação da população como promotora do problema. De acordo com a Constituição Brasileira, a partir de 1997 o registro de nascimento tornou-se gratuito no país, o que facilita o acesso a documentação àqueles que possuem dificuldades financeiras. Partindo desse pressuposto, apesar da gratuidade do registro, a problemática ainda persiste na sociedade, o que remete ao pensamento de que a complexidade dessa invisibilidade

ultrapassa o campo financeiro, podendo ser vista como uma falta de conhecimento da população sobre as leis do país. Tudo isso retarda a resolução do empecilho, já que a precariedade informacional contribui para a perpetuação desse quadro deletério.

Assim, medidas exequíveis são necessárias para conter o avanço do impasse na sociedade brasileira. Dessarte, com o intuito de mitigar a invisibilidade e garantir a cidadania, necessita-se, urgentemente, que o Tribunal de Contas da União direcione capital que, por intermédio do Ministério da Educação, será revertido em ações sociais nas escolas e faculdades, que visem passar prematuramente, informações do quão importante é o registro civil na sociedade brasileira, através de palestras com profissionais do meio estatal. Desse modo, atenuar-se-á em médio e longo prazo, o impacto nocivo da invisibilidade e a coletividade alcançará a Utopia de More.

Corpus da pesquisadora

A redação da análise 2 também foi redigida no Enem 2021 e trata da problemática da invisibilidade causada pela ausência de registro civil no Brasil e da consequente falta de acesso à cidadania. O orador faz uma reflexão sobre as causas desse problema e propõe soluções para mitigá-lo.

A redação inicia, no primeiro parágrafo, com uma analogia à obra "Utopia" de Thomas More, a qual retrata uma sociedade perfeita, sem conflitos. Esse é considerado pela Banca do Enem um repertório sociocultural legitimado. O autor utiliza essa imagem idealizada por More para contrastá-la com a realidade brasileira, marcada pela invisibilidade civil de uma parte significativa da população, que permanece sem o devido registro civil, o que configura, segundo o orador, uma quebra da sociedade ideal apresentada na obra "Utopia". Esse contraste introduz a discussão sobre o tema e aponta que a "ausência de atuação estatal" e a "escassez de conhecimento" da população sobre a importância do registro civil são as principais causas desse problema.

Na sequência, no segundo parágrafo, o orador argumenta sobre a falta de atuação estatal, a qual é a primeira causa abordada. Para a discussão, o orador recorre a Thomas Hobbes – outro repertório sociocultural legitimado, na ótica do Enem – para reforçar que, segundo o filósofo, o Estado tem a responsabilidade de garantir o bem-estar da população, mas, no Brasil, isso não se concretiza em relação ao registro civil. Além disso, o dado do IBGE mencionado — "1,15 milhões de pessoas sem certidão de nascimento no sudeste" — ilustra a magnitude do problema e revela que "a ausência de políticas públicas eficazes" é uma barreira significativa. Com isso, consoante o orador, o Estado falha ao não criar mecanismos de informação e acesso, o que perpetua a invisibilidade dessas pessoas.

Em seguida, há o segundo argumento discutido (no terceiro parágrafo), "a falta de conhecimento" da população, especialmente em relação à gratuidade do registro

civil, estabelecida pela Constituição Brasileira desde 1997. Nesse sentido, o orador conclui que, embora haja a facilidade financeira na aquisição do documento, a persistência do problema indica que a falta de informação sobre os direitos e a importância do registro civil são fatores decisivos para a continuidade desse quadro de invisibilidade social daqueles que não possuem acesso à cidadania.

Como encerramento da redação, no quarto parágrafo, o orador propõe uma medida concreta para mitigar o problema, cumprindo assim uma exigência do comando da proposta de redação do Enem: apresentar uma solução para o problema discutido. A solução envolve a destinação de recursos pelo Tribunal de Contas da União, que seriam utilizados pelo Ministério da Educação a fim de promover ações educativas sobre o tema em escolas e faculdades. O objetivo dessa medida seria conscientizar a população, desde cedo, sobre a importância do registro civil por meio de palestras com profissionais do governo. A ideia é que essa solução, em médio e longo prazo, ajude a reduzir a invisibilidade civil, aproximando a sociedade brasileira do conceito de “utopia”, idealizado pelo filósofo Thomas More.

Quanto à estrutura dos parágrafos, de como se apresentam, vê-se que a redação apresenta parágrafos que se subordinam e se coordenam entre si de maneira lógica e organizada como será vista na análise de cada parágrafo a seguir. Observar-se-á que cada parágrafo de desenvolvimento trata de uma causa específica (a falta de atuação estatal e a falta de informação) que contribui para o problema da invisibilidade das pessoas que não possuem o registro civil e ambos se conectam à proposta final apresentada na peroração. Assim, há uma progressão clara de ideias, já que cada segmento do texto complementa o anterior, culminando na solução proposta para o problema da falta de cidadania.

A seguir, analisam-se os elementos temáticos, a estrutura dos parágrafos da redação, considerando sua organização, o uso de elementos coesivos, operadores argumentativos, a extensão (em linhas e frases) e a relação entre os parágrafos. Aqui também se observam na redação as partes do sistema-retórico criado por Aristóteles. A análise se inicia pelo exórdio (introdução), construída no primeiro parágrafo:

Primeiro parágrafo
Na obra "Utopia", do escritor inglês Thomas More, é retratada uma sociedade perfeita, na qual o corpo social se ausenta de conflitos e problemas. No entanto, o que se observa na realidade contemporânea é o oposto ao que o autor prega, tendo em vista que a invisibilidade de registro civil ainda persiste na sociedade brasileira. Esse cenário antagônico é fruto tanto da ausência de atuação

estatal, quanto da escassez de conhecimento sobre a importância desse registro. Desse modo, analisar intrinsecamente as causas dessa problemática na sociedade é medida que se faz imediata.

Corpus da pesquisadora

Quanto aos elementos temáticos usados para contextualizar o texto e desenvolver os argumentos sobre “invisibilidade e registro civil no Brasil”, observa-se a presença de diversos deles, os quais são fundamentais para a construção da linha de raciocínio do orador e para estabelecer uma conexão entre o problema da invisibilidade de quem não possui certidão de nascimento e possíveis soluções.

O primeiro elemento é a referência à obra "Utopia" de Thomas More no primeiro parágrafo. O orador utiliza tal elemento como ponto de partida para introduzir o tema da redação. "Utopia" representa uma sociedade ideal, sem problemas sociais, um contraste direto com a realidade brasileira. Assim, ao mencionar a obra, o orador estabelece um paralelo entre a utopia fictícia e os problemas do Brasil contemporâneo, enfatizando como a invisibilidade de quem não tem a certidão de nascimento está longe de permitir uma sociedade justa e equitativa. Essa analogia ajuda o auditório a perceber o quanto a realidade está distante de um ideal, ao mesmo tempo que introduz a temática da exclusão social no contexto brasileiro.

Em relação aos parágrafos da redação, constata-se uma similaridade com a redação da análise 01, visto que ambas apresentam quatro parágrafos em sua constituição. A redação selecionada para a análise 2 apresenta o primeiro parágrafo com seis linhas, organizadas em quatro frases. Nesse parágrafo, o orador estabelece uma relação coesiva adequada entre o elemento textual “obra ‘Utopia’ de Thomas More” e o tema “a falta do registro civil no Brasil” por meio do conector "no entanto", para estabelecer um contraste entre a sociedade ideal retratada por More e a realidade brasileira. Além disso, o termo "esse cenário" retoma a ideia anterior para garantir continuidade na argumentação. Em seguida, a função Retórica se estabelece com a apresentação da situação-problema (invisibilidade de quem não possui a certidão de nascimento) e suas causas principais, funcionando como uma introdução ao tema.

Além disso, também se observa nesta redação a presença clara das partes do discurso retórico: exórdio, narração, confirmação e peroração. O exórdio, nas palavras de Aristóteles (2011), tem a função de captar a atenção do auditório e introduzir o tema que será discutido. No caso da redação da análise 2, essa função é cumprida já no primeiro parágrafo quando o autor faz uma analogia entre a obra "Utopia" de

Thomas More e a realidade brasileira: “Na obra 'Utopia', do escritor inglês Thomas More, é retratada uma sociedade perfeita, na qual o corpo social se ausenta de conflitos e problemas. No entanto, o que se observa na realidade contemporânea é o oposto ao que o autor prega, tendo em vista que a invisibilidade de registro civil ainda persiste na sociedade brasileira.” Esse início não só chama a atenção do auditório ao fazer uma referência literária conhecida, mas também cria um contraste com a realidade do Brasil, introduzindo a falta de visibilidade de quem não tem o registro civil como o foco da redação. Assim, o exórdio cumpre eficientemente o que cabe a ele porque desperta o interesse no auditório ao fazer uma conexão entre uma ideia idealizada e a situação real do Brasil.

A Narração, que tem a função de expor os fatos ou apresentar o problema de maneira clara, proporcionando ao leitor uma compreensão do contexto, segundo Reboul (2004), ocorre logo após o exórdio, quando o autor explica que a invisibilidade de quem não tem o registro civil no Brasil é resultado de dois fatores principais: “Esse cenário antagônico é fruto tanto da ausência de atuação estatal, quanto da escassez de conhecimento sobre a importância desse registro.” Nessa parte, o orador apresenta a situação de maneira clara e objetiva, expondo as causas do problema. É válido destacar que, embora a narração tenha sido feita de forma sucinta, ela é eficaz em destacar que a falta de políticas públicas e a desinformação são as causas principais da invisibilidade civil.

Em relação às técnicas argumentativas, observa-se, desde o Exórdio deste discurso, a presença delas. No primeiro parágrafo, há o Argumento de Autoridade – um dos argumentos baseados na estrutura do real, segundo a Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014)-, pois o orador utiliza a obra "Utopia" de Thomas More como forma de contextualizar o tema da redação. Nesse sentido, pode-se afirmar que o orador se refere a um clássico literário a fim de construir uma base de autoridade, de quem apresenta uma visão idealizada de sociedade para criar um contraste com a realidade brasileira. É importante destacar que, para o Enem, a oposição de ideias entre um repertório e a ideia do orador confere ao repertório sociocultural uso produtivo. Essa oposição é identificada pelo uso do operador argumentativo, "No entanto", um operador de contraste que destaca a diferença entre a sociedade perfeita da Utopia e a realidade brasileira. Além disso, o uso de “Esse cenário antagônico” reforça o contraste, funcionando também como um operador de oposição.

Sobre a argumentação interacional na análise 2, pode-se afirmar que o orador pressupõe a existência de um auditório – a Banca avaliadora - composto por um público que valoriza questões sociais e legais, visto que há a inclusão de dados do IBGE e referências filosóficas e jurídicas na sua argumentação. Essa é uma escolha válida para o processo de interação com o auditório, pois, consoante Grácio (2011), a eficácia de um texto depende de como ele se conecta com o seu auditório, ou seja, o orador precisa como considerar as expectativas do auditório.

Desse modo, aponta-se como uma primeira evidência da argumentação interativa as referências a autores e teorias clássicas, pois a redação interage com o pensamento de Thomas More no primeiro parágrafo, estabelecendo uma conexão entre a teoria filosófica e a realidade social contemporânea do Brasil. Ao fazer isso, há na redação uma intertextualidade que oferece ao auditório uma reflexão mais profunda: a citação de Thomas More e sua obra "Utopia" cria uma base teórica para contrastar a realidade brasileira com a ideia de uma sociedade perfeita, sugerindo, com isso, que, na prática, há grandes lacunas entre o ideal utópico e a vida cotidiana no Brasil. Assim, essa referência é um elemento de interação discursiva, pois conecta o auditório com um debate filosófico e estimula a reflexão crítica sobre como tal teoria se aplica à realidade atual.

A seguir, encontra-se a análise do segundo parágrafo da redação.

Segundo parágrafo
Precipualemente, é fulcral pontuar a falta de atuação dos setores governamentais, no que concerne à criação de mecanismos que coíbam tais recorrências. Segundo Thomas Hobbes, o estado é responsável por garantir o bem-estar da população, entretanto, isso não ocorre no Brasil. Devido à falta de atuação das autoridades, o Brasil ainda se encontra com o índice de pessoas sem documentação pessoal muito elevado. De acordo com o IBGE, no sudeste, foram registrados 1,15 milhões de pessoas sem certidão de nascimento, e isso se deve pelo fato de não haver políticas públicas que informem sobre a importância da documentação. Dessa forma, faz-se mister a reformulação dessa postura estatal de forma urgente.

Corpus da pesquisadora

No segundo parágrafo, há a exposição do segundo elemento temático, a “Teoria política” do filósofo contratualista Thomas Hobbes, a qual defende que o papel central do Estado é a garantia do bem-estar dos cidadãos. Desse modo, ao usar essa referência, o orador critica a falha do Estado brasileiro em garantir a documentação civil para todos, mostrando que o governo não está cumprindo seu papel de assegurar a cidadania plena. Assim, esse elemento filosófico reforça a ideia de que o problema é uma falha estrutural do poder público.

No mesmo parágrafo, o uso de dados estatísticos do IBGE, terceiro elemento temático, traz a questão da invisibilidade de quem não tem certidão de nascimento no Brasil para um contexto mais concreto e realista. Para isso, o orador menciona que “1,15 milhões de pessoas no Sudeste” não possuem certidão de nascimento, o que ilustra a extensão do problema. Assim, esse elemento temático confere credibilidade à argumentação e quantifica a gravidade da situação discutida, o que ajuda o auditório a entender a profundidade do problema.

Além disso, neste parágrafo, formado por oito linhas, distribuídas em cinco frases, há a presença de tópico frasal claro na primeira frase, em que o orador apresenta a “falta de atuação estatal” como causa do problema, primeiro argumento da Narração. Para estabelecer a relação argumentativa entre o tópico e o elemento textual escolhido para este parágrafo, o orador usa o operador argumentativo, “entretanto” para retomar a citação de Thomas Hobbes e contrastar a teoria com a realidade brasileira. Além disso, o termo “devido à falta de atuação das autoridades” também serve de coesão para explicar os dados apresentados. Com isso, há uso de mecanismos linguísticos envolvidos na articulação do texto dissertativo-argumentativo na redação do Enem, avaliados na Competência IV.

Sobre as partes do sistema retórico, observa-se a Confirmação a partir do segundo parágrafo. Nessa parte que corresponde ao desenvolvimento e à comprovação dos argumentos para Aristóteles (2005), o orador a organiza em dois parágrafos de desenvolvimento. No segundo parágrafo, o orador explora o primeiro argumento: “a falta de atuação estatal”. Para isso, ele utiliza a teoria do filósofo contratualista “Thomas Hobbes” e dados do IBGE para justificar a ideia de que o governo falha em garantir a documentação civil para todos: “Segundo Thomas Hobbes, o estado é responsável por garantir o bem-estar da população, entretanto, isso não ocorre no Brasil. De acordo com o IBGE, no Sudeste, foram registrados 1,15 milhões de pessoas sem certidão de nascimento.” Com isso, constata-se que o orador não somente confere autoridade à crítica sobre a falta de atuação governamental com a apresentação da teoria do filósofo, mas também corrobora a tese de que essa falta de atuação governamental tem consequências por meio do uso de dados concretos, que é o caso dos dados estatísticos do IBGE. Por fim, o orador conclui o parágrafo com a proposição de uma solução — a reformulação urgente da postura estatal — que surge como um desdobramento lógico das provas apresentadas. A partir das evidências, o autor apela para a necessidade de ação imediata. Assim, a Confirmação

se torna evidente pela apresentação de um raciocínio bem estruturado, com evidências que sustentam a tese e uma conclusão que advoga por uma mudança urgente.

Quanto às estratégias argumentativas, observa-se, neste segundo parágrafo, a estratégia do argumento de autoridade, porque o orador cita Thomas Hobbes, um filósofo político, para sustentar a ideia de que o Estado deve garantir o bem-estar da população. Essa escolha em citar um teórico reforça a credibilidade da argumentação, visto que, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), esse argumento apresenta grande valor baseado no prestígio da pessoa.

Além disso, o orador utiliza estatística, o que a Nova Retórica chama de argumento de Probabilidades, quando expõe um dado numérico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para mostrar a magnitude do problema; “1,15 milhões de pessoas sem certidão de nascimento no sudeste”. Esse argumento Quase-Lógico é uma estratégia eficaz para ilustrar a gravidade do problema apresentado pela proposta de redação do Enem em 2021.

Também é importante evidenciar que há o argumento da causalidade, já que a argumentação é construída com base na relação de causa e efeito. Nesse sentido, o orador estabelece uma conexão entre a falta de políticas públicas e o elevado número de pessoas sem documentação. Esse argumento baseado na Estrutura do real, conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014, p.299), “o vínculo causal desempenha, incontestavelmente, um papel essencial” na argumentação.

Para a construção desse processo argumentativo, o orador utilizou devidamente operadores que explicitam as relações entre argumentos e explicações. O operador “Precipuamente” indica a introdução do argumento central do parágrafo; após há “Entretanto”, operador que sinaliza um contraste entre o ideal teórico de Thomas Hobbes e a realidade brasileira. “Devido à falta de atuação” é um operador de causalidade, usado pelo orador para reforçar a relação entre a falta de ação governamental e o problema da falta de registro civil. Por último, o orador usa “Dessa forma” para sugerir a necessidade de reformulação da postura estatal. Assim, há coesão estabelecida conforme as pretensões do orador.

Ademais, é importante destacar a presença da argumentação interativa neste parágrafo. O orador faz referência ao filósofo contratualista Thomas Hobbes e à responsabilidade do Estado em garantir o bem-estar da população, o que estabelece um elo entre a teoria política e a crítica à ineficiência governamental no Brasil. Ele

também faz uso de dados estatísticos, o que constitui uma estratégia, a qual possibilita ao texto dialogar com a realidade empírica. Assim, por meio de embasamento da filosofia e dados concretos, o orador permite ao auditório fazer uma ponte entre o abstrato (a discussão teórica) e o concreto (a realidade brasileira), o que cria uma interação do orador com o auditório, o qual pode reconhecer o impacto prático do problema descrito. Também, os dados reforçam a legitimidade do argumento ao ancorá-lo em fatos verificáveis, convidando o auditório a refletir sobre a gravidade da situação com base em evidências.

A seguir, encontra-se a análise do terceiro parágrafo da redação.

Terceiro parágrafo
Ademais, é imperativo ressaltar a escassez de informação da população como promotora do problema. De acordo com a Constituição Brasileira, a partir de 1997 o registro de nascimento tornou-se gratuito no país, o que facilita o acesso a documentação àqueles que possuem dificuldades financeiras. Partindo desse pressuposto, apesar da gratuidade do registro, a problemática ainda persiste na sociedade, o que remete ao pensamento de que a complexidade dessa invisibilidade ultrapassa o campo financeiro, podendo ser vista como uma falta de conhecimento da população sobre as leis do país. Tudo isso retarda a resolução do empecilho, já que a precariedade informacional contribui para a perpetuação desse quadro deletério.

Corpus da pesquisadora

Em sequência, no terceiro parágrafo, há referência à Constituição Brasileira, que, a partir de 1997, garantiu a gratuidade do registro de nascimento, como uma forma de contextualizar o problema em termos legais. Essa referência é importante porque mostra que, embora exista um direito garantido por lei, muitas pessoas ainda permanecem sem registro civil, o que revela uma desconexão entre a legislação e a realidade prática e reforça a necessidade de maior conscientização e ação por parte do Estado e da sociedade.

Dessa maneira, os elementos temáticos utilizados pelo autor — como referências filosóficas (Thomas More e Hobbes), dados concretos (IBGE) e elementos legais (Constituição Brasileira) — serviram para contextualizar e fortalecer o argumento central da redação da análise 2. Nesse sentido, quando os integra de forma coerente, o orador constrói uma argumentação crítica sobre a invisibilidade das pessoas que não possuem registro civil.

Outrossim, quanto à constituição, esse terceiro parágrafo apresenta oito linhas, no entanto com um número menor de frases em relação ao anterior, quatro períodos. Do mesmo modo, há tópico frasal logo no início, em que o orador afirma haver “escassez de informação da população” sobre o tema, o que contribui para a invisibilidade das pessoas que não possuem o documento. Essa ideia norteia o

restante do parágrafo, que discute a gratuidade do registro civil e o desconhecimento das leis. Observa-se também uma relação de coordenação com o parágrafo anterior, visto que há uma soma de argumentos, estabelecida pelo uso do operador argumentativo "ademais" para introduzir uma nova causa do problema, indicando uma progressão lógica. Já o operador "partindo desse pressuposto" estabelece uma relação de causa e efeito entre a gratuidade do registro prevista pela Constituição brasileira e a persistência do problema no país. Essa relação causa e efeito constitui uma função retórica, complementando o primeiro argumento com a questão da desinformação da população.

Ademais, em relação às partes do discurso, no terceiro parágrafo, em que o orador apresenta o segundo argumento: a “falta de informação da população”, há a continuidade da Confirmação. Nessa parte, o orador menciona a gratuidade do registro civil e a falta de conhecimento da população sobre esse direito, o que perpetua o problema: "De acordo com a Constituição Brasileira, a partir de 1997 o registro de nascimento tornou-se gratuito no país, o que facilita o acesso à documentação àqueles que possuem dificuldades financeiras. (...) a problemática ainda persiste na sociedade, o que remete ao pensamento de que a complexidade dessa invisibilidade ultrapassa o campo financeiro." Com isso, a Confirmação é percebida por meio da prova legal, que fortalece o argumento de que, teoricamente, as barreiras financeiras deveriam ter sido superadas. Além disso, observa-se a presença de um raciocínio lógico, pois o parágrafo segue com uma análise que vai além da questão econômica. Ao observar que, apesar da gratuidade, o problema ainda persiste, o orador propõe que a questão se estende à falta de conhecimento sobre as leis, o que sugere uma dimensão mais profunda do problema — a falta de informação. Desse modo, a Confirmação está presente à medida que o segundo parágrafo expõe uma tese inicial, que se apoia em uma norma jurídica e desenvolve uma linha de raciocínio que oferece uma explicação alternativa (informacional) ao problema. As evidências são organizadas de modo a sustentar a conclusão de que a falta de conhecimento é um fator crucial a ser abordado para resolver o problema.

Por conseguinte, pode-se afirmar que ambos os parágrafos de desenvolvimento cumprem a função da Confirmação, visto que fornecem argumentos e evidências que sustentam a tese de que a invisibilidade civil de quem não é portador do registro de nascimento no Brasil é causada pela ineficiência do Estado e pela falta de conhecimento da população.

Em relação às técnicas argumentativas, neste terceiro parágrafo, observa-se o uso do “Argumento Jurídico”, haja vista que o orador faz referência à “Constituição Brasileira” para mencionar a gratuidade do registro civil e, com isso, reforça a ideia de que a legislação facilita o acesso ao documento, mas que a informação não chega à população. Esse argumento também pode ser tratado com um Argumento de Autoridade, uma vez que a Constituição, por ser a lei máxima do Brasil, carrega um alto grau de autoridade jurídica e política. Assim, o orador se apoia em uma fonte reconhecida e respeitada para sustentar seu ponto de vista e convencer o auditório. Com isso, tanto esta quando as demais técnicas usadas na redação 2 pelo orador apresentam um uso produtivo, porque elas alcançam o propósito de embasar e validar os argumentos selecionados pelo orador, o que é importante para a persuasão, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014).

Em adição, como elemento da argumentação interativa, pode-se destacar a menção à “Constituição Brasileira”. Com a apresentação desse argumento de autoridade, o orador faz com que o texto dialogue diretamente com a estrutura legal que rege a sociedade brasileira. Isso não apenas informa o auditório sobre um direito importante, como também destaca uma falha no cumprimento desse direito, o que pode criar reflexões, como: Se a lei existe e é acessível, por que a questão debatida persiste? Essa interação com o texto constitucional engaja o auditório a pensar sobre a desconexão entre a existência formal de uma lei e a sua implementação prática.

Na sequência, encontra-se a análise do quarto parágrafo da redação.

Quarto parágrafo

Assim, medidas exequíveis são necessárias para conter o avanço do impasse na sociedade brasileira. Dessarte, com o intuito de mitigar a invisibilidade e garantir a cidadania, necessita-se, urgentemente, que o Tribunal de Contas da União direcione capital que, por intermédio do Ministério da Educação, será revertido em ações sociais nas escolas e faculdades, que visem passar prematuramente, informações do quão importante é o registro civil na sociedade brasileira, através de palestras com profissionais do meio estatal. Desse modo, atenuar-se-á em médio e longo prazo, o impacto nocivo da invisibilidade e a coletividade alcançará a Utopia de More.
--

Corpus da pesquisadora

O último parágrafo da redação selecionada para a análise 2, parte em que se forma a Peroração para o sistema retórico de Aristóteles, apresenta oito linhas, as quais formam três períodos compostos. Logo no início do parágrafo, o orador já sugere que são necessárias “medidas exequíveis” para conter o problema e, com isso, orienta a proposta apresentada em seguida. Essa parte se subordina à anterior, uma vez que traz a solução para as causas discutidas pelo orador. Essa relação é demonstrada pelo

operador argumentativo "dessarte", que é um elemento de coesão usado para introduzir a proposta de solução. Além disso, há a retomada de termos usados anteriormente, como "mitigar a invisibilidade" e "garantir a cidadania", que conectam a conclusão com os argumentos anteriores. Desse modo, a peroração se apresenta de forma organizada e coesa para apresentar uma solução prática para o problema discutido. Ela propõe ações governamentais e educacionais, cumprindo, assim, a função de encerramento da redação.

Em adição, é importante destacar que este último parágrafo forma a última parte do discurso, a Peroração, em que se reafirma o que foi exposto e se faz uma proposta de intervenção – a pedido da proposta de Redação do Enem. Nesta redação, essa parte é cumprida no quarto parágrafo, quando o orador recapitula os principais argumentos e, ao mesmo tempo, evoca emoções no público, pois provoca uma impressão final favorável à sua causa, já que propõe uma solução prática para o problema, o que possibilita imaginar que há uma forma de reduzir esse impasse social que é a falta de certidão de nascimento: "Assim, medidas exequíveis são necessárias para conter o avanço do impasse na sociedade brasileira. Dessarte, com o intuito de mitigar a invisibilidade e garantir a cidadania, necessita-se, urgentemente, que o Tribunal de Contas da União direcione capital que, por intermédio do Ministério da Educação, será revertido em ações sociais nas escolas e faculdades, que visem passar prematuramente, informações do quão importante é o registro civil na sociedade brasileira, através de palestras com profissionais do meio estatal." Portanto, o parágrafo forma a última parte do discurso retórico, a peroração, ao combinar uma recapitulação do problema, uma solução prática e um apelo emocional e idealista, concluindo sua argumentação de maneira persuasiva.

Por conseguinte, é possível afirmar que a redação apresenta, de forma clara, as partes do discurso de Aristóteles: com o Exórdio, o orador chama a atenção do auditório –o que confere a interação com esse auditório- com a comparação entre a “utopia” de Thomas More e a realidade brasileira; com a “Narração”, que expõe o problema da invisibilidade civil e suas causas, com a “Confirmação”, que apresenta dois argumentos centrais, apoiados por referências teóricas e dados concretos; e, por fim, com a “Peroração, que conclui as teses defendidas com uma proposta de solução.

Além disso, na mesma linha de elementos garantidores da argumentação interativa há a proposta de solução ao problema da invisibilidade de quem não tem registro civil e o apelo à ação que reduz esse problema. No quarto parágrafo, na

Peroração, o orador descreve o problema e propõe uma solução concreta, como a alocação de capital pelo Tribunal de Contas da União, que seria direcionado pelo Ministério da Educação para ações de conscientização nas escolas e faculdades. Com isso, o orador interage diretamente com o auditório ao sugerir um caminho prático para enfrentar o problema.

Nessa mesma parte do discurso, a Peroração, no parágrafo final, o orador também garante a existência da interação por meio do tom de urgência e do apelo à coletividade. Isso se visualiza por meio do uso de termos como "faz-se mister a reformulação dessa postura estatal de forma urgente" e "necessita-se, urgentemente" reforça o tom de urgência da argumentação. Esse tom provoca uma interação emocional com o auditório, incentivando-o a reconhecer a gravidade da situação e a necessidade de ações imediatas. Assim, ao apelar para a "coletividade", a redação envolve o leitor em um "sentimento de responsabilidade social", pois sugere que a resolução do problema depende de um esforço conjunto da sociedade e das instituições públicas.

Por fim, há conexão entre a realidade contemporânea e a "Utopia" de Thomas More, apresentada no início e no final da redação, o que cria um ciclo argumentativo que incentiva o auditório a comparar o ideal com a prática. Assim, esse movimento retoma o ponto inicial, criando uma estrutura cíclica que conecta a reflexão teórica com a realidade, envolvendo o auditório no processo de imaginar uma sociedade melhor e convidando-o a participar da construção dessa "utopia".

Diante disso, pode-se asseverar que os elementos discursivos que evidenciam a argumentação interativa na redação escolhida para a análise 2 incluem a intertextualidade com autores clássicos, o uso de dados estatísticos, a citação da Constituição, a proposta de soluções concretas, o tom de urgência e o apelo à coletividade. Esses recursos dialogam diretamente com o auditório, provocando reflexões e criando um espaço para a interação crítica e ativa no debate sobre a invisibilidade civil de quem não tem certidão de nascimento no Brasil. Desse modo, como defende Grácio (2011), esses elementos tornam a argumentação dinâmica, porque estimula a participação do auditório na construção de significados e na busca por soluções.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho está situado na Retórica, a qual apresenta categorias importantes que ajudaram a interpretar as redações nele analisadas. Nesse sentido, mesmo que nem todas as categorias estudadas e apresentadas neste trabalho tenham sido referidas nas análises das redações nota 1000, elas foram fundamentais para embasamento sobre Retórica e Argumentação e melhor compreensão dessas áreas.

Nesse viés, a Seção I desta dissertação foi de extrema relevância para o aprofundamento dos conceitos de Retórica e Argumentação. Com esse estudo, embasado principalmente em Aristóteles (2005), Meyer (1998), Reboul (2004), Abreu (2008) e Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), foi possível compreender a sistematização da Retórica estabelecida por Aristóteles, o que permitiu entender como se organiza o discurso que tem como propósito a persuasão e o convencimento. Desse modo, percorrer a trajetória da Retórica antiga, desde sua origem judiciária, na Grécia, perpassando pelos sofistas até chegar a uma nova definição de Retórica com Aristóteles foi fundamental para entender que ela é a arte de persuadir pelo discurso, inicialmente manifestado de forma oral e, posteriormente, também na forma escrita, dando ênfase à estrutura da argumentação, como vista na obra *Tratado da Argumentação* (Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014)).

Além disso, com o estudo do sistema retórico desenvolvido por Aristóteles, foi possível entender que as redações nota 1000 analisadas apresentam subjacente as quatro partes da retórica: a Invenção, a Disposição, a Elocução e a Ação. A isso, o Enem chama de Projeto de texto, isto é, um planejamento da escrita da redação argumentativa, o qual foi perceptível na organização textual e argumentativa das redações analisadas. Também, com esse embasamento teórico, estudaram-se as partes que constituem o discurso: Exórdio, Narração, Confirmação e Peroração. Assim, com esse conhecimento, tornou-se viável identificar um plano ao qual os oradores recorrem para construir o discurso argumentativo.

Em relação ao estudo da Argumentação, primeiramente buscou-se a tríade proposta por Aristóteles, o *logos* (voltado à argumentação propriamente dita), o *ethos* (centrado nas características do orador) e o *pathos* (relacionado aos sentimentos, às emoções despertadas no auditório). Com isso, pôde-se constatar nas redações estudadas as causas e consequências apresentadas pelo orador (*logos*) em relação à ausência de certidão de nascimento de aproximadamente 3 milhões de pessoas,

bem como a escolha das técnicas argumentativas para despertar emoções no auditório (*pathos*), tudo com a intenção de revelar um nível intelectual elevado por parte do orador (*ethos*). Dessa forma, os três componentes da persuasão reúnem os três lugares complementares de todo o movimento argumentativo presente nas redações analisadas.

Sobre a argumentação na redação do Enem, foco da Seção II, este trabalho defendeu a concepção de argumentação interacional. Com ela, tem-se a noção de situação argumentativa enquanto episódio de interação social, na qual as pessoas assumem um comportamento específico (orador e auditório), mesmo que, no caso das redações avaliadas pela Banca do Enem, o auditório não se manifeste argumentativamente, mas sim por meio da nota atribuída às competências que avaliam o caráter argumentativo da redação.

Em continuidade à busca dos argumentos, este trabalho fixou-se especialmente em Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), que apresentam os quatro tipos de argumentos: os Argumentos quase-lógicos; os Argumentos que se fundamentam na estrutura do real; os Argumentos baseados na dissociação de noções e os Argumentos que fundamentam a estrutura do real. Tais argumentos apresentam um quadro de técnicas argumentativas que, quando bem aplicadas, conferem ao texto maior profundidade discursiva e maior capacidade de convencimento, aspectos fundamentais para uma boa argumentação.

Nesse contexto, foram estudadas as redações nota 1000 do Enem, porque é um material rico de pesquisa. Elas são apresentadas como exemplos de excelência no uso das estratégias argumentativas, por isso foram corpus deste trabalho a fim de compreender quais elementos retórico-argumentativos são determinantes para que um texto alcance a nota máxima. Assim, por meio da análise retórica, percebeu-se que as três categorias que foram mais utilizadas pelos oradores para construir a argumentação persuasiva nas redações nota 1000 do Enem analisadas foram os Argumentos quase lógicos, os Argumentos baseados na estrutura do real e os Argumentos que fundamentam a estrutura do real. Desse modo, foi possível responder a uma das perguntas que nortearam este trabalho que era saber quais estratégias são as mais dominantes nas redações nota 1000.

Nesse sentido, uma das principais técnicas identificadas foi a das Probabilidades, nos Argumentos Quase Lógicos, visto que ela busca conferir ao texto um senso de credibilidade. A técnica consiste em apontar dados relacionados a

cenários que, embora não garantidos, são altamente prováveis, o que conferiu à argumentação um aspecto de inevitabilidade ou racionalidade, fortalecendo, assim, a persuasão. Nesse sentido, nos contextos argumentativos analisados, observou-se que as afirmações apresentadas são as mais lógicas e esperadas, dado o conjunto de fatos.

Outras categorias que se destacaram foram duas técnicas dos Argumentos baseados na estrutura do real: o Vínculo causal e o Argumento de autoridade. Em relação ao primeiro, é importante destacar que, como o tema de redação do Enem consiste em um problema (geralmente de ordem social), um dos pilares da estrutura argumentativa na escrita do texto é a relação de causa e consequência. Desse modo os oradores utilizaram essa técnica para mostrar a origem de determinados eventos, o que fortalece a coerência do raciocínio. Assim, ao estabelecer um nexos causal, o orador construiu uma linha de argumentação que leva o auditório a enxergar as consequências diretas de certas ações ou eventos, o que facilita a aceitação de sua tese e o convencimento do auditório. Já em relação ao segundo subtipo, o Argumento de autoridade - que consiste em citar fontes confiáveis ou especialistas para sustentar as afirmações feitas -, constatou-se o seu uso pelos oradores para conferir maior credibilidade ao seu texto e, assim, garantir a persuasão do auditório. Essa estratégia é eficaz porque leva o auditório a confiar nas informações fornecidas pelo orador, dado o reconhecimento social da fonte citada.

Por fim, quanto à categoria de Ligações que fundamentam a estrutura do real, observaram-se, também, duas técnicas recorrentes: o argumento pelo caso particular (ilustração) e o Argumento pelo exemplo. O primeiro envolve o uso de ilustrações ou casos particulares para dar mais concretude à argumentação, pois essa técnica funciona como uma forma de transpor o debate abstrato, conectando o discurso com a realidade cotidiana do auditório. Dessa forma, ao trazer ilustração específica, o orador tornou o argumento mais acessível ao seu auditório e mais fácil de visualizar, o que facilita a compreensão por parte do auditório e gera maior impacto nele. Já a segunda técnica, o Argumentação pelo exemplo, de forma semelhante, trouxe às redações exemplos reais ou fictícios para corroborar a tese do orador. À luz disso, quando o orador utilizou exemplos, demonstrou como sua tese se aplica de maneira prática e universal, tornando seu argumento mais convincente e relevante para o auditório, o que fortalece a persuasão.

Nesse sentido, tais técnicas argumentativas combinadas nas redações nota 1000 do Enem 2021 analisadas neste trabalho demonstram como os participantes utilizaram recursos argumentativos diversificados para estruturar a argumentação de alta qualidade nas redações feitas no exame. Com isso, a outra pergunta acerca de como os participantes do Enem com nota máxima na prova de redação se organizam quanto à linguagem no uso das estratégias argumentativas também foi respondida, porque se constatou que o orador (participante do Enem 2021) apresentou técnicas como as probabilidades, o vínculo causal como relação de um fato com sua consequência, o argumento de autoridade, o argumento pelo caso particular (ilustração) e o exemplo para validar a sua tese. Para isso, ele fez uso de operadores argumentativos adequados à situação discursiva.

No entanto, não houve eficácia em todas as técnicas argumentativas utilizadas pelo orador, ainda que a organização delas tivesse um objetivo específico: persuadir o auditório (neste caso constituído pela Banca de avaliadores do Enem 2021) para que aceite a argumentação construída pelo orador. Tal constatação ocorreu na análise 1 em que, embora a redação tenha recebido nota máxima, houve uma incoerência na relação de ilustração. Isso revela que é preciso fazer uma seleção cuidadosa das técnicas para não haver fragilização da argumentação

Desse modo, de modo geral, apesar do caso da ilustração, as demais técnicas argumentativas foram devidamente utilizadas para a defesa dos argumentos nas redações nota 1000 do Enem 2021. Observou-se que essa escrita retórico-argumentativa constitui uma prática muito usual em redações nota máxima do Enem, já que o participante que escreve o texto dissertativo-argumentativo tem ciência de que, para atingir o nível mais elevado nas Competências II e III, é esperada dele a apresentação de estratégias argumentativas que ajudem na defesa do seu ponto de vista, como testemunho de autoridade, exemplificação, ilustração, dados estatísticos, por exemplo, técnicas essas usadas em ambas as análises.

Por fim, este trabalho mostra-se muito relevante no contexto atual de ensino-aprendizagem da redação em escolas brasileiras, visto que oferece mais uma leitura neste ano de 2024 acerca das redações nota 1000 do Enem 2021. Certamente este estudo ajudará não somente aos professores, mas também os alunos a adquirirem a habilidade para escreverem para o Enem, um exame de grande relevância no contexto educacional do Brasil, por ser uma das principais vias de acesso ao ensino superior público e privado. Com este trabalho, é possível aos discentes e docentes saberem

como os melhores textos estruturam seus argumentos, fornecendo aos alunos ferramentas mais eficazes para se expressarem de maneira persuasiva, convincente e organizada. Além disso, este reconhecimento do funcionamento da argumentação é uma habilidade essencial não apenas para o Enem, mas também para a vida acadêmica e profissional, pois saber como um orador defende sua tese, que técnicas retórico-argumentativas ele pode utilizar para convencer seu auditório contribui para uma formação crítica e para o desenvolvimento de uma comunicação escrita mais eficaz, habilidades valiosas em diversos contextos, como o mercado de trabalho e a participação na sociedade.

Portanto, estudar a argumentação em redações nota 1000 oferece subsídios para melhorar o ensino da escrita e preparar os alunos para o sucesso no Enem e em outros desafios que exigem a produção de textos dissertativo-argumentativos de qualidade. Assim, espera-se que as análises e reflexões aqui desenvolvidas contribuam para futuras pesquisas e práticas pedagógicas que busquem melhorar o ensino da escrita dissertativo-argumentativa no âmbito escolar brasileiro.

REFERÊNCIAS

ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete. **Um olhar objetivo para produções escritas: analisar, avaliar, comentar**. 1. Ed. São Paulo: Moderna, 2012.

Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Educação. **Proposta à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior**. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=768-proposta-novovestibular1-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192
 Acesso em: 17 de janeiro de 2024

Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Educação. **Enem 2015 Exame evolui desde a criação, há 17 anos, e amplia oportunidades na educação superior. 18 de setembro de 2015**. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/ultimasnoticias/212-educacao-superior-1690610854/30781-exame-evolui-desde-a-criacao-ha-17-anos-e-amplia-oportunidades-na-educacao-superior>. Acesso em: 18 de janeiro de 2024

ABREU, Antonio Suarez. **A Arte de Argumentar: gerenciando razão e emoção**. Cotia: Ateliê Editorial, 2009.

ALEXANDRE JUNIOR, Manuel. **Introdução**. In: ARISTÓTELES [384- -322 a.C.]. **Retórica**. 2 ed., revista. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

ARISTÓTELES. **Retórica**. 2 ed., revista. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Manual de correção da redação competência 2**. Brasília, 2019b.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Manual de correção da redação - competência 3**. Brasília, 2019c.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **A redação no Enem 2020: cartilha do participante**. Brasília, DF: INEP, 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **A redação no Enem 2023: cartilha do participante**. Brasília, DF: INEP, 2023.

FERREIRA, Luiz Antônio. **Leitura e persuasão: princípios de análise retórica**. São Paulo: Contexto, 2010.

FERREIRA, Luiz Antonio. **Leitura e persuasão - princípios de análise retórica**. São Paulo: Contexto, 2015.

FIORIN, J. L. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2020.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GRÁCIO, Rui Alexandre Lalanda Martins. **Para uma teoria geral da argumentação: questões teóricas e aplicações didáticas**. 2010

GRÁCIO, Rui Alexandre. **Do discurso argumentado à interação argumentativa**. EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação, Ilhéus, n. 1, p. 117-128, 2011. Disponível em: <http://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/388> . Acesso em 22 de setembro de 2023.

GRÁCIO, Rui Alexandre. **A argumentação na interação**. Coimbra: Grácio Editor, 2016.

INEP. **Exame Nacional do Ensino Médio**: ENEM: Documento Básico 2000. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linhaeditorial/publicacoes-institucionais/avaliacoes-e-exames-da-educacao-basica/enem2013-documento-basico> . Acesso em: 18 de fevereiro 2024.

LEITÃO, Selma. O lugar da Argumentação na construção do conhecimento em sala de aula. In: LEITÃO, Selma; DAMIANOVIC, Maria Cristina (Org.). **Argumentação na escola: o conhecimento em construção**. Campinas: Pontes Editores, 2011. p. 13-46.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 1999.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A coerência textual**. 12ª edição. São Paulo: Contexto, 2001.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A coerência textual**. 14ª edição. São Paulo: Contexto, 2002.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola editorial, 2008.

MATEUS, Samuel. **Introdução à Retórica no séc. XXI**. Covilhã-Portugal: Editora LabCom.IFP, 2018.

MASSMANN, D. **Retórica e argumentação: percursos de sentidos na biculturalidade**. Campinas: Pontes Editores, 2017.

MEYER, Michel. **As bases da retórica**. In: CASCARDI, Anthony; HINTIKKA, Jaakko; PORCHAT, Oswaldo et al. **Retórica e comunicação**. Trad. Fernando Martinho. Porto: Asa. 1994, p. 31-70.

MEYER, Michel. **A retórica**. 1 ed. São Paulo: Editora Ática, 2007.

MOSCA, L. S. (org.). **Retóricas de Ontem e de Hoje**. 3. ed. São Paulo: Humanitas Publicações/FFLCH-USP, 2004.

OLIVEIRA, M. F. **Metodologia Científica**: um manual para a realização de pesquisas em administração. Catalão: UFG, 2011.

PERELMAN, C. Argumentação. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1987. v. 11. p. 237-265.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação**: a nova retórica. Tradução: Maria Ermantina Galvão. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

PIRIS, Eduardo Lopes. **O ensino de argumentação como prática social de linguagem**. In: GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto; PIRIS, Eduardo Lopes (orgs.). Estudos em Linguagem, Argumentação e Discurso. Campinas: Pontes, 2021. p. 135-153.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PLANTIN, C. **A argumentação**: história, teoria, perspectivas. São Paulo: Parábola, 2008.

SANTOS, Maria Francisca Oliveira. **As marcas retórico-críticas no gênero editorial**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CORDOVA, Fernanda Peixoto. **A pesquisa científica**. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 31-42.

WESTON, Anthony. **A construção do argumento**. Trad. Alexandre F. Rosas. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

ANEXOS

Anexo 01 – Proposta de redação do Enem/2021



INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

1. O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
2. O texto definitivo deve ser escrito à tinta preta, na folha própria, em até 30 linhas.
3. A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para a contagem de linhas.
4. **Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:**
 - 4.1. tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "texto insuficiente";
 - 4.2. fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo;
 - 4.3. apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto;
 - 4.4. apresentar nome, assinatura, rubrica ou outras formas de identificação no espaço destinado ao texto.

TEXTOS MOTIVADORES

TEXTO I

Toda sexta-feira, o ônibus azul e branco estacionado no pátio da Vara da Infância e da Juventude, na Praça Onze, Centro do Rio, sacoleja com o entra e sai de gente a partir das 9h. Do lado de fora, nunca menos de 50 pessoas, todas pobres ou muito pobres, quase todas negras, cercam o veículo, perguntam, sentam e levantam, perguntam de novo e esperam sem reclamar o tempo que for preciso. Adultos, velhos e crianças estão ali para conseguir o que, no Brasil, é oficialmente reconhecido como o primeiro documento da vida – a certidão de nascimento. [...]

Ao longo do discurso desses entrevistados, fica clara a forma como os usuários se definem: "zero à esquerda", "cachorro", "um nada", "pessoa que não existe", entre outras, todas são expressões que conformam claramente a ideia da pessoa sem registro de nascimento sobre si mesma como uma pessoa sem valor, cuja existência nunca foi oficialmente reconhecida pelo Estado.

ESCOSSIA, F. M. *Invisíveis: uma etnografia sobre identidade, direitos e cidadania nas trajetórias de brasileiros sem documento*. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2019.

TEXTO II

A Lei Nº 9 534 de 1997 tornou o registro de nascimento gratuito no Brasil. Só que o problema persiste, mostrando que essa exclusão é complexa e não se explica apenas pela dificuldade financeira em pagar pelo registro, por exemplo.



Disponível em: <https://estudio.r7.com/>. Acesso em: 22 jul. 2021 (adaptado).

TEXTO III

A certidão de nascimento é o primeiro e o mais importante documento do cidadão. Com ele, a pessoa existe oficialmente para o Estado e a sociedade. Só de posse da certidão é possível retirar outros documentos civis, como a carteira de trabalho, a carteira de identidade, o título de eleitor e o Cadastro de Pessoa Física (CPF). Além disso, para matricular uma criança na escola e ter acesso a benefícios sociais, a apresentação do documento é obrigatória.

Disponível em: <http://www.senado.leg.br/>. Acesso em: 21 jul. 2021.

TEXTO IV



Disponível em: <https://www.ufrgs.br/humanista>. Acesso em: 26 jul. 2021 (adaptado).

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista.

Anexo 02 – Espelho de redação do Enem/2021

Assinatura do Participante	3. Não haverá substituição desta FOLHA DE RESPOSTA por erro de preenchimento do Participante. 4. Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo. 5. Não será avaliado todo escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.
1 A obra modernista "Vidas Secas", produzida por Graciliano Ramos, retrata a história de vulnerabilidade 2 de socioeconômica enfrentada por Fabiano e seus dois filhos, os quais eram chamados por seu pai de fi- 3 lhos mais novos e mais velhos, não possuindo seus nomes registrados durante o desenvolvimento do enredo, 4 ao sair do campo literário e fazer uma análise da atual conjuntura brasileira, nota-se ainda a in- 5 visibilidade associada ao acesso das pessoas ao registro civil, visto que tal problema é negligenciado por 6 diversos segmentos sociais e políticos. A partir desse contexto, é fundamental entender o que motiva essa situação in- 7 visível de documentação e o principal impacto para a sociedade, a fim de que o acesso à cidadania seja eficiente. 8 Diante desse cenário, percebe-se que a invisibilidade acerca da questão do registro civil é motiva- 9 da pela falta de uma política pública eficaz que regularize essa problemática. Isso ocorre, principal- 10 mente, porque, como já mencionado nos estudos da antropóloga Lúcia Schwarcz, há a prática de uma 11 política de sufocamentos no Brasil, ou seja, determinados problemas tendem a ser suavizados e não rea- 12 tem a visibilidade necessária. Desse modo, é perceptível que o reduzido debate sobre a importância 13 das atividades de nascimento e de outros documentos, bem como a baixa presença de estratégias para fa- 14 cilitar o acesso a pessoas de baixa renda dificultam a mudança dessa situação preocupante. Nesse modo, en- 15 quanto a documentação e a existência pública se mantiverem, a pressão pelo registro de nascimento será reduzida. 16 Retornando, convém pontuar que o principal efeito negativo disso é o afastamento desses grupos não 17 registrados dos espaços públicos, em especial da escola e do mercado de trabalho. Tal situação é discus- 18 tida no livro "A Cidadania no Brasil: O longo caminho", do historiador José Murilo de Carvalho, ao 19 sustentar que a desigualdade social impede a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Co- 20 nsequentemente, uma linha de pensamento, à medida que o indivíduo não tem seus documentos regularizados, 21 a possibilidade de inclusão no meio escolar e no laboral diminui, uma vez que tais papéis são pré-re- 22 quisitos para se matricular e ser, posteriormente, contratado por uma empresa. A título de exemplo, o Brasil é o 23 9º país mais desigual do mundo, conforme o IBGE. Dessa maneira, observa-se como esse problema promove vulnerabilidade. 24 Portanto, a invisibilidade associada ao registro civil no Brasil precisa ser revista. Para isso, é fun- 25 damental que o Poder Executivo Federal, mais especificamente o Ministério da Cidadania, estimule ações estru- 26 tégicas para ampliar o número de pessoas registradas oficialmente, principalmente nos municípios pobres. Uma in- 27 itiativa possível por meio da implantação de um "Programa Nacional de Incentivo à Formalização da Docu- 28 mentação Pessoal", o qual irá contar tanto com palestras nas escolas e nas redes sociais quanto com o au- 29 mento das ações de assistência social para verificar a situação de registro nas residências. Isso será feito a fim de comb- 30 o o impacto social desse problema e aumentar a cidadania, afinal, como o do livro "Vidas Secas" mostram, não reduzidos	

Foto: Reprodução/Inep

Fonte: FELPI, Lucas. Cartilha Redação a Mil. 4 ed. 2022

Anexo 03 – Espelho de redação do Enem/2021

Nome completo do Participante: YASMIN REIS MAGRINE		NÚMERO DE INSCRIÇÃO	
Y A S M I N - R E I S - M A G R I N E		SEQUENCIAL 008	LABORATÓRIO N314
PARA USO EXCLUSIVO DO CHEFE DE SALA:			
Data Nascimento: 30/09/2002	Número do CPF:	Cidade de realização do Exame/UF:	Participante AUSENTE? ☐ SIM
30/09/2002		JUIZ DE FORA/MG	
Língua Estrangeira: ESPANHOL	Local de realização do Exame:	Participante PRESENTE deixou a FOLHA DE REDAÇÃO em BRANCO? ☐ SIM	
Yasmin Reis Magrine		FOLHA DE REDAÇÃO substituída? ☐ SIM	
Assinatura do Participante			

INSTRUÇÕES

1. Verifique se o seu nome completo, a data do seu nascimento, o número da sua inscrição e os demais dados impressos nesta FOLHA DE REDAÇÃO estão corretos. Preencha o seu nome completo, a sua data de nascimento e assinie somente no local apropriado.
 2. A FOLHA DE REDAÇÃO é o único documento que será utilizado para a correção eletrônica de sua Redação. Não a amasse, não a rasgue, não a dobre, nem a rasque. Não haverá substituição desta FOLHA DE REDAÇÃO por erro de preenchimento do Participante.
 3. Escreva a sua Redação com letra legível e com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
 4. Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.
- Atenção: Em nenhuma hipótese, você poderá levar esta FOLHA DE REDAÇÃO ao deixar o laboratório, sob pena de sua eliminação do Exame.

1 Na obra "Utopia", do escritor Inglês Thomas More, é retratada uma sociedade perfeita, na qual
2 o corpo social se ausenta de conflitos e problemas. No entanto, o que se observa na realidade con-
3 temporânea é o oposto ao que o autor prega, tendo em vista que a invisibilidade de registro civil
4 ainda persiste na sociedade brasileira. Esse cenário antagônico é fruto tanto da ausência de atua-
5 ção estatal, quanto da escassez de conhecimento sobre a importância desse registro. Desse modo,
6 analisar intrinsecamente as causas dessa problemática na sociedade é medida que se faz imediata.
7 Precisamente, é crucial pontuar a falta de atuação dos setores governamentais, no que concerne
8 à criação de mecanismos que coibam tais recorrências. Segundo Thomas Hobbes, o estado é respon-
9 sável por garantir o bem-estar da população, entretanto, isso não ocorre no Brasil, devido a
10 falta de atuação das autoridades, o Brasil ainda se encontra com o índice de pessoas sem do-
11 cumentação pessoal muito elevado. De acordo com o IBGE, no sul-sudeste, foram registradas 1,15
12 milhões de pessoas sem certidão de nascimento, e isso se deve pelo fato de não haver políti-
13 cas públicas que informem sobre a importância da documentação. Dessa forma, faz-se mister
14 a reformulação dessa postura estatal de forma urgente.
15 Ademais, é imperativo ressaltar a escassez de informação na população como promotora do
16 problema. De acordo com a Constituição Brasileira, a partir de 1997 o registro de nascimento
17 tornou-se gratuito no país, o que facilita o acesso a documentação àqueles que possuem difi-
18 culdades financeiras. Partindo desse pressuposto, apesar da gratuidade do registro, a proble-
19 mática ainda persiste na sociedade, o que remete ao pensamento de que a complexidade dessa in-
20 visibilidade ultrapassa o campo financeiro, podendo ser vista como uma falta de conhecimento da po-
21 pulação sobre as leis no país. Tudo isso retarda a resolução do empecilho, já que a precariedade
22 informacional contribui para a perpetuação desse quadro nefasto.
23 Assim, medidas exequíveis são necessárias para conter o avanço do impasse na sociedade bra-
24 sileira. Desse modo, com o intuito de mitigar a invisibilidade e garantir a cidadania, necessita-se, urgen-
25 temente, que o Tribunal de Contas da União direcione capital que, por intermédio do Minis-
26 tério da Educação, será revertido em ações sociais nas escolas e faculdades, que visem passar
27 prematuramente, informações do quão importante é o registro civil na sociedade brasilei-
28 ra, através de palestras com profissionais do meio estatal. Desse modo, atenuar-se à em-
29 méio e longo prazo, o impacto nocivo da invisibilidade e a coletividade alcançará a Utopia
30 de More.

Foto: Reprodução/Inep

Fonte: FELPI, Lucas. **Cartilha Redação a Mil**. 4 ed. 2022